

Maria Eugênia Albino Andrade

**A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA EM MINAS GERAIS**

**Análise de acervo e recursos humanos e  
financeiros, de 1975 a 1979**

Belo Horizonte

1983

MARIA EUGÊNIA ALBINO ANDRADE

027.7  
A553b  
T

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA  
EM  
MINAS GERAIS  
Análise de acervo e recursos huma  
nos e financeiros, de 1975 a 1979

Dissertação de mestrado apresentada co  
mo requisito parcial para obtenção do  
grau de Mestre no Curso de Pós-Gradua  
ção em Biblioteconomia (Administração  
de Bibliotecas) da Escola de Bibliote  
conomia da UFMG.

Orientadora: Profa. Jeannette Marguerite  
Kremer

OK/06 OK/04  
U. F. M. G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



208828606

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

OK/20

9580  
027  
03

Belo Horizonte  
1983



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE BIBLIOTECOMIA  
Caixa Postal 1906 - Belo Horizonte - MG

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA  
MARIA EUGÊNIA ALBINO ANDRADE, APRESENTADA COMO REQUISITO  
PARCIAL À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM BIBLIOTECOMIA.

A Comissão examinadora da dissertação apresentada pela aluna Maria Eugênia Albino Andrade, para obtenção parcial do grau de mestre em biblioteconomia, aprovou a mesma com o seguinte parecer:

A Comissão examinadora da dissertação apresentada pela aluna Maria Eugênia Albino Andrade, para obtenção parcial do grau de mestre em biblioteconomia, aprovou a mesma com o seguinte parecer:

A Comissão abaixo assinada, tendo em vista a apresentação objetiva do trabalho, a atualização e pertinência da revisão da literatura, a análise dos resultados e as conclusões e a propriedade das respostas durante a fase de arguição, aprova a dissertação: "A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA EM MINAS GERAIS: ANÁLISE DE ACERVO E RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS, DE 1975 a 1979" apresentada pela aluna MARIA EUGÊNIA ALBINO ANDRADE, para obtenção parcial do grau de mestre em biblioteconomia, com voto de louvor.

Belo Horizonte, 24 de junho de 1983.

PROFa. JEANNETTE MARGUERITE KREMER  
Orientadora da Dissertação

*Isis Paim*  
PROFa. ISIS PAIM

*Maria Carmen Romcy de Carvalho*  
PROFa. MARIA CARMEN ROMCY DE CARVALHO

#### AGRADECIMENTOS

- Às Professoras Jeannette Marguerite Kremer e Cosette Kies pela orientação e pelo incentivo;
- À Professora Maria Luiza Marinho Coelho, pela orientação na parte de Estatística;
- À Professora Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova, pela revisão da redação;
- À Eliedir Marcelina dos Santos Simões, pelo excelente trabalho de datilografia;
- A todos que colaboraram para a realização deste trabalho.

## SUMÁRIO

### LISTA DE TABELAS

### LISTA DE SIGLAS

### RESUMO

### ABSTRACT

1	<u>INTRODUÇÃO</u> .....	13
2	<u>O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL</u> .....	17
2.1	<u>Histórico</u> .....	17
2.2	<u>Ensino de pós-graduação</u> .....	29
2.3	<u>Educação superior em Minas Gerais</u> .....	31
2.4	<u>Conclusão</u> .....	33
3	<u>REVISÃO DE LITERATURA</u> .....	35
3.1	<u>Biblioteca universitária em países em desenvolvimento</u> .....	35
3.2	<u>Biblioteca universitária na América Latina</u> .....	38
3.3	<u>Biblioteca universitária no Brasil</u> .....	40
3.4	<u>Conclusão</u> .....	55
4	<u>METODOLOGIA</u> .....	57
4.1	<u>População</u> .....	57
4.2	<u>Conceituação dos termos usados</u> .....	58
4.3	<u>Hipóteses</u> .....	61
4.4	<u>Coleta de dados</u> .....	61
4.4.1	<u>Instrumentos de coleta de dados</u> .....	62
4.4.2	<u>Procedimento de coleta de dados</u> .....	63
4.5	<u>Apresentação dos resultados</u> .....	65

5	<u>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</u> .....	67
5.1	<u>Caracterização das instituições de ensino superior em Minas Gerais</u> .....	67
5.2	<u>Caracterização das bibliotecas das instituições de ensino superior em Minas Gerais e relacionamento de seus dados com os das instituições ..</u>	85
5.2.1	Acervo .....	90
5.2.2	Recursos humanos .....	105
5.2.3	Recursos financeiros .....	121
5.2.3.1	Gastos com pessoal .....	122
5.2.3.2	Gastos com materiais bibliográfico e não bibliográfico .....	129
6	<u>CONCLUSÃO</u> .....	137
7	<u>BIBLIOGRAFIA</u> .....	148
8	<u>ANEXOS</u> .....	159

LISTA DE TABELAS

2.2.1 - NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EXISTENTES NO BRASIL - 1975-78 .....	31
2.3.1 - NÚMERO DE INSTITUIÇÕES MINEIRAS DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO SUAS SUBORDINAÇÕES FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA - 1979 .....	32
5.1.1 - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM MINAS GERAIS, SEGUNDO SUAS SUBORDINAÇÕES FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA - 1979 .....	67
5.1.2 - CURSOS DE GRADUAÇÃO DISTRIBUÍDOS PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1979 .....	69
5.1.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO POR ÁREAS DE CONHECIMENTO E INSTITUIÇÕES SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1979 ....	71
5.1.4 - NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DE ACORDO COM SUAS DATAS DE CRIAÇÃO; AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO PELO MEC E POR INSTITUIÇÃO SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA .....	72
5.1.5 - NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO SEGUNDO SEU NÍVEL, POR INSTITUIÇÕES DE ACORDO COM SUAS SUBORDINAÇÕES FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA - 1979 .....	74
5.1.6 - NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO E POR INSTITUIÇÕES, SEGUNDO SUAS SUBORDINAÇÕES FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA - 1979 .....	75
5.1.7 - DATA DE CRIAÇÃO E CREDENCIAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES MANTENEDORAS	76

5.1.8 - NÚMERO DE INSTITUIÇÕES MINEIRAS DE ENSINO SUPERIOR QUE REALIZAM PESQUISAS, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79 .....	77
5.1.9 - NÚMERO DE PROJETOS DE PESQUISA APRESENTADOS ÀS COORDENADORIAS DE PESQUISA E QUE RECEBERAM AJUDA FINANCEIRA, POR INSTITUIÇÕES SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79 ...	78
5.1.10 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79 .....	80
5.1.11 - DISTRIBUIÇÃO POR PROFESSORES DE ACORDO COM SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA - 1975-79 .....	81
5.1.12 - NÚMERO DE PROFESSORES POR REGIME DE TRABALHO E POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79 ..	82
5.1.13 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79 .....	83
5.1.14 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79 .....	84
5.2.1 - NÚMERO DE BIBLIOTECAS POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA - 1979 .....	86
5.2.2 - DATA DE CRIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS, SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES MANTENEDORAS .....	87
5.2.3 - RELAÇÃO ENTRE A SITUAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO FRENTE AO MEC E A DATA DE CRIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA .....	88



5.2.1.1 -	CONSTITUIÇÃO DO ACERVO DAS BIBLIOTECAS, SE- GUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTI- TUIÇÕES DE ENSINO - 1979 .....	91
5.2.1.2 -	ACERVO DAS BIBLIOTECAS POR TIPOS DE MATE- RIAIS E POR SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES MANTENEDORAS - 1975-79 .....	93
5.2.1.3 -	ÍNDICE DE RELAÇÃO ENTRE ACERVOS DAS BIBLIO- TECAS E USUÁRIOS - 1975-79 .....	95
5.2.1.4 -	ÍNDICE DE RELAÇÃO ENTRE ACERVOS DAS BIBLIO- TECAS E CURSOS MINISTRADOS PELAS INSTITUI- ÇÕES MINEIRAS DE ENSINO SUPERIOR - 1975-79	96
5.2.1.5 -	TIPOS DE AQUISIÇÃO UTILIZADOS NA FORMAÇÃO DOS ACERVOS DAS BIBLIOTECAS SEGUNDO A SU- BORDINAÇÃO FINANCEIRA DE SUAS INSTITUIÇÕES	98
5.2.1.6 -	FORMAÇÃO DO ACERVO DAS BIBLIOTECAS, DE A- CORDO COM OS TIPOS DE MATERIAIS E A SUBOR- DINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES - 1975-79 .....	100
5.2.1.7 -	ÍNDICE PERCENTUAL DE FORMAÇÃO DO ACERVO DAS BIBLIOTECAS, SEGUNDO OS TIPOS DE MATE- RIAIS E A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INS- TITUIÇÕES - 1975-79 .....	101
5.2.1.8 -	ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS MATERIAIS BIBLIO- GRÁFICO E NÃO BIBLIOGRÁFICO DAS BIBLIOTE- CAS ADQUIRIDOS POR COMPRA, SEGUNDO A SU- BORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES - 1975-79 .....	104
5.2.2.1 -	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DAS BIBLIO- TECAS, SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DE SUAS INSTITUIÇÕES MANTENEDORAS - 1979	106
5.2.2.2 -	NÚMERO DE BIBLIOTECÁRIOS POR INSTITUIÇÕES SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1979	108

5.2.2.3 -	NÚMERO DE PESSOAL DAS BIBLIOTECAS, SEGUNDO O REGIME DE TRABALHO E A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES - 1975-79 ....	110
5.2.2.4 -	ÍNDICE DE CRESCIMENTO DE PESSOAL DAS BIBLIOTECAS E DE SEUS USUÁRIOS - 1975-79 ..	112
5.2.2.5 -	ÍNDICE DE RELAÇÃO ENTRE PESSOAL DA BIBLIOTECA E PESSOAL ADMINISTRATIVO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E ENTRE PESSOAL DA BIBLIOTECA E USUÁRIOS - 1975-79 .....	114
5.2.2.6 -	INSTITUIÇÕES CUJOS BIBLIOTECÁRIOS PARTICIPAM DE ATIVIDADES DE TREINAMENTO, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79	116
5.2.2.7 -	BIBLIOTECÁRIOS QUE PARTICIPARAM DE ATIVIDADES DE TREINAMENTO SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DE SUAS INSTITUIÇÕES - 1975-79 .....	117
5.2.2.8 -	ÍNDICE PERCENTUAL DE BIBLIOTECÁRIOS QUE PARTICIPARAM DE ALGUMA FORMA DE TREINAMENTO EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE BIBLIOTECÁRIOS DE CADA CATEGORIA DE INSTITUIÇÃO SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA-1975-79	118
5.2.2.9 -	DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE BIBLIOTECÁRIOS POR FORMAS DE TREINAMENTO DE QUE PARTICIPAM, SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DE SUAS INSTITUIÇÕES - 1975-79 .....	120
5.2.3.1.1 -	FONTES DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DO PESSOAL DAS BIBLIOTECAS, SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES -1979	123
5.2.3.1.2 -	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DAS BIBLIOTECAS, SEGUNDO A FONTE DE RECURSOS PARA SEU PAGAMENTO E A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES - 1975-79 .....	125

5.2.3.1.3 -	ÍNDICE PERCENTUAL DE FONTES DE RECURSOS UTILIZADAS NO PAGAMENTO DE PESSOAL DAS BIBLIOTECAS, POR CATEGORIA DE FUNCIONÁRIOS - 1975-79 .....	127
5.2.3.1.4 -	ÍNDICE PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL DAS BIBLIOTECAS EM RELAÇÃO AOS GASTOS COM PESSOAL TOTAL DAS INSTITUIÇÕES, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79	129
5.2.3.2.1 -	ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS GASTOS DAS BIBLIOTECAS COM A COMPRA DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO E NÃO BIBLIOGRÁFICO E DOS GASTOS TOTAIS DAS INSTITUIÇÕES, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79	133
5.2.3.2.2 -	ÍNDICE PERCENTUAL DE GASTOS DAS BIBLIOTECAS COM A COMPRA DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO E NÃO BIBLIOGRÁFICO EM RELAÇÃO AOS GASTOS TOTAIS DAS INSTITUIÇÕES, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79 .....	135
5.2.3.2.3 -	ÍNDICE DE GASTOS COM A COMPRA DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO E NÃO BIBLIOGRÁFICO DAS BIBLIOTECAS POR CADA ALUNOS E POR CADA USUÁRIO, SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES - 1975-79	136

LISTA DE SIGLAS

- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CFE - Conselho Federal de Educação
- MEC - Ministério da Educação e Cultura
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## RESUMO

Estudo das bibliotecas universitárias mineiras no contexto do ensino superior, objetivando analisar suas condições quanto a acervo, recursos humanos e financeiros, no período de 1975 a 1979. Coletaram-se dados de noventa e duas instituições de ensino superior através de questionário. Conclui-se, através da análise dos dados, que os livros representam o material mais frequente nos acervos das bibliotecas universitárias mineiras. A expansão de suas coleções não corresponde à dos cursos de graduação e de pós-graduação e à do número de usuários. A relação de bibliotecários por usuários apresenta um índice baixo. Os auxiliares técnico-administrativos constituem a categoria funcional presente em um maior número de bibliotecas. Faltam maiores incentivos ao treinamento de bibliotecários. O crescimento dos recursos financeiros das bibliotecas não acompanha o dos gastos de suas instituições mantenedoras.

### ABSTRACT

Study of bibliographic, audiovisual, human and economic resources of academic libraries of the State of Minas Gerais, analyzed within the field of higher education from 1975 to 1979. Ninety-two institutions of higher education were included. The results showed that books are the most common existing resources, but acquisitions do not follow the growth of undergraduate and graduate courses and the growing number of library users. There are too few librarians per users and most professional tasks are performed by the clerical staff. Training of librarians is not encouraged. It is concluded that the growth of economic resources of the academic libraries does not follow the growth of the institutions of higher education.

A partir da década de sessenta, o ensino superior brasileiro apresenta um ritmo mais acentuado de crescimento em comparação ao registrado para os níveis educacionais que o antecedem. Esse crescimento ocorre concomitante ao período durante o qual o Brasil se empenha em um programa de desenvolvimentista. Nessa época domina o pensamento de que a formação de recursos humanos através do ensino superior constitui um elemento indispensável ao desenvolvimento sócio-econômico de uma nação. Por outro lado, a obtenção de um título de nível superior é vista como uma forma de ascensão social pela classe média brasileira. E nesse contexto, aumenta a demanda aos cursos de nível superior e a expansão do ensino de terceiro grau mostra a influência desses fatores.

Uma das características do ensino superior a partir dessa década é o grande número de estabelecimentos de ensino fundados nas cidades do interior dos estados. Anteriormente, a grande maioria das faculdades e universidades se encontrava nas capitais e em algumas cidades mais representativas.

A concentração de cursos, vagas e matrículas na área de Ciências Humanas e Sociais constitui um ponto a ser ressaltado, uma vez que representa uma contradição em relação ao crescimento do ensino superior. Não era de se esperar a concentração nessa área, considerando-se o programa de desenvolvimentista em que o governo se empenha. Esse programa enfatiza Ciências Exatas e Tecnologia, que representam requisitos básicos para a consecução da situação proposta.

Outra contradição relativa a essa expansão é a predominância de estabelecimentos isolados de ensino superior, apesar da Lei nº 5.540/68, que propõe a reforma universitária, estabelecendo que "O ensino superior indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades, e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como ins

tituições de direito público ou privado" (22:84). Entretanto, vê-se um quadro diverso do recomendado por essa lei. Talvez uma lei criada em bases distantes da realidade seja a causa dessa divergência. Contudo, um aprofundamento sobre esse item foge ao objeto desta pesquisa.

Minas Gerais, sob o aspecto de educação universitária, apresenta o mesmo comportamento observado a nível nacional, ou seja, mostra um período de expansão que segue os padrões citados anteriormente. Entretanto, esses fatos ocorrem aqui com maior intensidade a partir de 1970, segundo os dados de matrículas no Estado (2,66).

Essa expansão significativa do ensino superior deve, conseqüentemente, proporcionar mudanças nas estruturas e órgãos das instituições, que correspondam às modificações ocorridas no quadro da educação. E entre os órgãos inseridos nesse contexto, encontra-se a biblioteca que se destina a atender a uma população mais numerosa e com demandas geradas a partir da própria definição dos objetivos do ensino superior preconizados por lei (22:84-6). Dessa forma, accentua-se a importância da biblioteca universitária como elemento dinâmico e imprescindível ao processo educacional.

A biblioteca universitária em Minas Gerais constitui o objeto deste estudo. Contudo, não a biblioteca isolada, mas dentro de seu meio ambiente: o ensino superior. A relação íntima existente entre biblioteca e ensino não permite que se analise a biblioteca somente através de seus próprios dados. Faz-se necessário relacioná-la com os estabelecimentos de ensino superior para se ter uma visão mais ampla do papel que desempenha. Por outro lado, esse relacionamento proporciona ainda uma maior profundidade ao exame do próprio ensino. À medida que se observa a importância dada à biblioteca, obtêm-se também melhores condições para visualizar os objetivos propostos à educação superior e sua consecução.



Com base na existência de uma estreita ligação entre ensino e biblioteca, vários questionamentos básicos surgem. O crescimento das bibliotecas universitárias acompanha o das instituições de ensino superior? Existem bibliotecas para atender a essas instituições e que condições lhes são proporcionadas para atender à expansão ocorrida? Há pessoal em número suficiente e com qualificação adequada? E os recursos financeiros? Falar sobre sua importância e imprescindibilidade é supérfluo. Mas as bibliotecas obtêm um quantum pelo menos razoável para atender às demandas que lhes são apresentadas? Em síntese, essa série de questionamentos guiam esta pesquisa de forma que se possa conhecer mais a biblioteca universitária em Minas Gerais, considerada em relação a seu contexto mais próximo: as instituições de ensino a que serve.

Diante desses questionamentos, projetou-se e realizou-se a presente pesquisa que visa conhecer e analisar a situação das bibliotecas de instituições de ensino superior em Minas Gerais, no quinquênio 1975 a 1979. Os aspectos estudados se referem a acervo, recursos financeiros e humanos, considerados em relação aos dados sobre a instituição que abrangem os cursos, corpos docente e discente, e gastos. Procurou-se também comparar a situação das bibliotecas das instituições particulares com as que atendem aos estabelecimentos da rede pública.

De acordo com as idéias expostas anteriormente, estruturou-se e desenvolveu-se este estudo em cinco partes assim discriminadas:

- a) relato dos fatos marcantes do ensino superior brasileiro e mineiro. Essa visão concisa de educação baseia-se na leitura e análise de documentos existentes sobre o assunto;
- b) revisão de trabalhos publicados sobre a biblioteca universitária no Brasil;

- c) descrição da metodologia utilizada para a realização desta pesquisa;
- d) apresentação e análise dos dados obtidos junto às instituições mineiras de ensino superior;
- e) conclusões possibilitadas pelo estudo.

2.1 Histórico

A maioria dos autores registra como marco inicial da educação superior brasileira, a criação das escolas quando da vinda da família imperial portuguesa para o Brasil, em 1808. Entretanto, Cunha (28) discorda dessa opinião ao considerar os cursos ministrados nos colégios e seminários mantidos pela Companhia de Jesus como de nível superior no campo da teologia e da filosofia (ou de artes ou ciências naturais). Os colégios que realizavam essas atividades, se localizavam na Bahia, Rio de Janeiro, Olinda, Recife, Maranhão, Pará, São Paulo de Piratininga, Santos e Mariana. Frente à relação desses estabelecimentos, pode-se classificar como extensa a atuação dos jesuítas na educação superior no período colonial, observando-se a situação sócio-política da época. Durante sua atuação no Brasil, os jesuítas lutaram por uma equivalência de seus cursos com os das universidades portuguesas de Évora e Coimbra, embora não obtivessem os resultados desejados.

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas do solo brasileiro, diminui o número de cursos, além de que os mantidos sob a coordenação de outras ordens religiosas não apresentavam o mesmo nível de ensino. A partir dessa data, houve a abertura de aulas isoladas e a criação de cursos superiores no Rio de Janeiro e em Olinda, sob a orientação de franciscanos.

Cunha considera que "o ensino desenvolvido nos cursos de filosofia e teologia no Brasil do século XVI ao século XVIII, só pode ser entendido como atividade de um aparelho educacional posto a serviço da exploração da colônia pela metrópole" (28:19). O ensino superior dessa época não se preocupou em formar em seus alunos, a consciência da

necessidade de se libertar da metrópole, apesar disso, Cunha admite a possibilidade desses cursos terem propiciado a aceitação da idéia de libertação trazida por outros grupos como as lojas maçônicas. Para Ribeiro (77), o ensino jesuíta formou a elite colonial.

Freitag considera que a educação desenvolvida pelos jesuítas cumpriu duas funções: "a de reprodução das relações de dominação e a de reprodução da ideologia dominante" (46:47). A opinião de Freitag é reforçada por Salvador (81) ao dizer que não houve intenção de desenvolver uma cultura nacional nem a preocupação de implantar um sistema educacional que respondesse às necessidades nacionais. Sobre esse enfoque, o pensamento de Cunha mencionado anteriormente torna-se passível de questionamento.

Com a vinda do Príncipe Regente Dom João para o Brasil, foram criados os primeiros cursos superiores não teológicos na Colônia. Visando atender às necessidades surgidas com a transferência da sede do governo português, em 1808, foram criadas as Escolas de Medicina da Bahia, e a de Anatomia, Cirurgia e Medicina no Rio de Janeiro, que constituíram as sementes de nossas primeiras faculdades de medicina; bem como a Academia Real da Marinha e a Escola Real Militar que formavam engenheiros civis e preparavam para a carreira das armas. Um curso de economia política também foi criado e ficou a cargo de José da Silva Lisboa.

Segundo Romanelli, "embora organizados na base de aulas avulsas, esses cursos tinham um sentido profissional prático" (79:38). Para Cunha, "a partir de 1808, foram criados cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos; como subproduto, formar profissionais liberais" (28:62).

Em 1812, houve a tentativa de implantação do ensino técnico superior com a criação do Gabinete de Química organizado na Corte e o Curso de Arquitetura na Bahia. Entretanto, essas opções diferentes no ensino superior não obtiveram êxito.

Em 1820, foi criada a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, que mais tarde transformou-se na Escola Nacional de Belas Artes. Outros cursos e escolas surgiram ainda durante esse período, embora de menor importância.

Cabe ressaltar que essas iniciativas que culminaram no estabelecimento do ensino superior no Brasil, só objetivaram atender a uma elite aristocrática e nobre que compunha a Corte. Pode-se verificar esta afirmativa ao se ver o abandono a que ficaram relegados os demais níveis de educação no mesmo período. Para Ribeiro (77), um aspecto positivo da criação dessas escolas é que vieram de encontro às necessidades reais do Brasil, embora essas ocorressem por ser, então, a sede do governo do reino português. O pensamento de Ribeiro encerra em si contradições que vão ser reveladas mais tarde, pois não houve o atendimento real de necessidades brasileiras, mas sim do governo português transferido então para o Brasil.

Azevedo considerou esse período como um dos mais fecundos em nossa evolução cultural, uma vez que "foram lançados por Dom João VI os germes de numerosas instituições nacionais de cultura e de educação" (6:71).

Ao lado do incentivo à tradição aristocrática, "... lançaram-se as bases para uma revolução cultural que, embora lenta, culminou de certa forma na introdução de hábitos de pensamento e ação que vigoravam na Europa do século XIX e compuseram a ideologia da burguesia brasileira em ascensão, no final do século" (79:39).

Não se pode esquecer que o Brasil não contava com nenhuma universidade quando de sua independência política. E esse era mais um aspecto em que se diferenciava dos demais países da América na época de suas independências.

Após a proclamação da independência, não ocorreram grandes modificações no quadro educacional, assim co-

mo no social. Nesse setor, considera-se que houve um simples remanejamento de poderes dentro de uma mesma classe (os proprietários de terras e de engenhos, e os letrados).

Cursos jurídicos foram criados em São Paulo e Olinda, em 1827. No campo político da época, a formação de letrados assumiu importância especial, por ser um modo de possibilitar o preenchimento do quadro geral da administração e da política. E decorrente dessa demanda fundaram-se as escolas de direito citadas acima.

O ensino superior passou a ser monopólio do poder central do Império, continuando a atender a classe dominante no preparo de seus filhos para integrá-los no rol dos homens cultos.

No período 1871-76, correspondente ao Governo Rio Branco, alguns cursos superiores foram enriquecidos. Houve a transformação da antiga Escola Central em Escola Politécnica e a criação da Escola de Minas de Ouro Preto. Entretanto, o ensino jurídico ainda predominava sobre os de-mais, encaixando-se no quadro sócio-político da época.

Em 1879, implantou-se a primeira reforma de ensino que atingiu, principalmente, a educação superior. Seu autor foi Leoncio de Carvalho, quando de sua participação no governo por meio do Gabinete Sinimbu. Essa reforma não pode ser considerada como benéfica ao ensino de terceiro grau, uma vez que o levou a entrar em franca decadência, ficando as escolas e academias desertas, desaparecendo o convívio acadêmico, pois a frequência não era necessária. Instaurou-se também o ensino por correspondência.

Após a proclamação da república, em 1890, criou-se o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telegrafos. Benjamin Constant ocupou esse ministério e realizou uma nova reforma no ensino que levou seu nome. Embora a Reforma Benjamin Constant atingisse de maneira mais direta ao ensino primário e secundário, introduziu uma altera -

ção importante no superior: a regulamentação do regime de faculdades livres. Essas faculdades possibilitariam a fiscalização realizada pelo governo e em contrapartida, receberiam a prerrogativa de conferir graus profissionais. A partir dessa reforma, as escolas livres se multiplicaram no país, apesar do sistema de ensino superior deixar muito a desejar por sua ineficiência e pela pouca assiduidade de professores e alunos.

A Reforma Rivadávia Correia, de 1911, no governo do Marechal Hermes, mais prejudicou do que beneficiou a educação superior. Foi implantada, então, a total liberdade de ensino: suprimiu-se a fiscalização das escolas particulares, aboliu-se o diploma, foi dada total autonomia didática e administrativa às escolas do sistema federal. Dessa forma, agravaram-se os problemas que a reforma pretendia solucionar, como o tráfico de diplomas e o ensino por correspondência entre outros.

Em 1915, a Reforma Carlos Maximiliano, no governo do Presidente Wenceslau Braz, foi implantada a fim de reorganizar o ensino superior e melhorar sua qualidade. Dentre as medidas resultantes dessa reforma, cabe salientar a restauração do regime de estabelecimentos oficiais equipados, criação do exame de vestibular para o ingresso nas faculdades e a primeira autorização para a criação de uma universidade brasileira.

Durante o governo de Epiácio Pessoa, em 1920, criou-se a Universidade do Rio de Janeiro. Essa instituição resultou do agrupamento de escolas já existentes no Rio: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica, que mantiveram seus currículos anteriores e não se constituíram em uma universidade de fato, segundo Romanelli (79) e Cunha (28).

Uma nova reforma aconteceria em 1925: a Rocha Vaz. Estabelecia a possibilidade de faculdades particu-

lares e estaduais se equipararem a padrões federais. Limitava a matrícula no ensino superior à capacidade das instalações dos estabelecimentos. Criava o Departamento Nacional de Ensino, que foi a célula inicial do futuro Ministério de Educação. Substituía o Conselho Superior de Educação pelo Conselho Nacional de Ensino, modificando completamente sua composição e atribuições, resultando em um órgão mais dinâmico, atuante e melhor definido quanto à sua autoridade.

Em 1927, o Governo do Estado de Minas Gerais criou sua universidade, que resultou da agregação das Escolas de Direito, Engenharia e Medicina. Esse estabelecimento foi instituído segundo o modelo adotado pela Universidade do Rio de Janeiro.

A educação brasileira até a década de 20 sofreu a influência do sistema econômico, da herança cultural, da demanda social da educação e do sistema de poder que determinaram sua organização e evolução. Esses fatores, segundo Romanelli, "permaneceram durante o período que antecedeu a década de 20, integrados na formação de um complexo sócio-econômico-político-cultural que fez com que a educação ofertada à população brasileira correspondesse às reais exigências da sociedade então existente" (79:45). Para a autora, ainda, "a função social da escola era, então, a de fornecer elementos que iriam preencher os quadros da política, da administração pública e a formar a "inteligência" do regime. É possível, assim, pensar na ausência de uma defasagem entre educação e desenvolvimento, nessa época, ou se já, é possível pensar numa ausência de defasagem entre os produtos acabados oferecidos pela escola e a demanda social e econômica de educação" (79:46).

Freitag, ao analisar a educação brasileira nesse mesmo período, relata que "uma política educacional estatal é quase inexistente. Basta ressaltar que o primei-



ro Ministério de Educação é criado pelo Governo Getúlio Vargas em 1930" (46:46). Algumas páginas após a desta citação, explicita mais seu pensamento: "poderíamos dizer que no fim do Império e no começo da República se delineiam os primeiros traços embrionários de uma política educacional estatal. Ela é fruto do próprio fortalecimento do Estado, sob a forma de sociedade política. Até então a política educacional era feita quase que exclusivamente no âmbito da sociedade civil, por uma instituição todo-poderosa, a Igreja" (46:48-9).

Após a revolução de 30, Dr. Francisco Campos assume o Ministério da Educação. O novo ministro se empenhou na reforma do ensino superior, promulgando o Estatuto das Universidades Brasileiras. A universidade é concebida como o modelo de ensino superior, passando as escolas isoladas a serem consideradas como exceções. Essa reforma outorgou às universidades plena autonomia administrativa, didática e disciplinar. E assim, após 1935, começaram a surgir mais universidades - públicas e privadas - em todo o território nacional.

No Governo Dutra, o Ministro Clemente Mariani tentaria nova reorganização do ensino brasileiro, ao criar a Comissão de Diretrizes e Bases da Educação. Após sofrer várias modificações, o projeto dessa comissão foi aprovado em 1961 como a Lei nº 4.024, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, modificando também o ensino superior.

Florestan Fernandes ao explicar porque era contra o projeto da Lei de Diretrizes e Bases, considera-o anacrônico. "As medidas mais avançadas que ele contém dão margem a uma estranha reflexão: pretende-se estabelecer diretrizes e bases para o sistema educacional brasileiro com os olhos pregados no passado. Ignora-se a realidade educacional brasileira do presente e, mais ainda, as exigências dessa mesma realidade que aponta para o futuro. Todas as

questões foram reformuladas e resolvidas sob o império de concepções, de idéias e valores pedagógicos mais ou menos obsoletos" (37:360-1).

Essa defasagem é acentuada por Freitag e Sander. O segundo a explica ressaltando que "em vários aspectos a Lei de Diretrizes e Bases já nasceu defasada no tempo e as recentes modificações da sociedade brasileira acentuaram essa defasagem. Dessa forma, apenas seis anos depois da Lei de Diretrizes e Bases, foi promulgada a reforma universitária, através da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, revogando a parte relativa ao ensino superior da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Alguns anos depois efetuou-se a reforma do ensino fundamental e médio, através da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1ª e 2ª graus" (82:162).

Em relação à escola baseada na Lei de Diretrizes e Bases, Freitag observa ainda que essa "não só reproduz e reforça a estrutura de classes, como também perpetua as relações de trabalho que produziram essa estrutura, ou seja, a divisão do trabalho que separou o trabalho manual do intelectual" (46:66). A autora considera, também, que a escola idealizada então vai mais além, quando veicula a ideologia da igualdade enquanto contribui para manter a desigualdade social.

Considerando-se a educação brasileira no período de 1930 a 1964, é mais do que oportuno citar o pensamento de Romanelli que descreve de forma concisa a situação nessa época: "O tipo de escola que passou a expandir-se foi o mesmo que até então educava as elites e essa expansão, obedecendo, como já se disse, às pressões da demanda e controlada pelas elites, jamais ocorreu de forma que se tornasse universal e gratuita a escola elementar e adequado e suficiente o ensino médio e superior. Assumindo a forma de uma luta de classes, a expansão da educação no Brasil, a

contar de 1930, obedeceu às normas de instabilidade própria de uma sociedade heterogênea profundamente marcada por uma herança cultural academicista e aristocrática" (79:61).

Após o golpe de 31 de março de 1964, a educação sofreu influências decorrentes da nova situação, bem como os demais setores da sociedade brasileira.

Rodrigues analisa o papel do Estado em relação à educação da seguinte maneira: "a partir de 64, a educação escolar desempenha um papel profundamente vinculado aos objetivos delineados na política de desenvolvimento. O exame de tal especificidade atribuída à educação nos leva a compreender o modo de articulação da escola com o todo social no atual momento histórico. E na identificação desse modo de articulação evidencia-se o papel do Estado como a instituição mediadora dos novos processos" (78:21).

A posição do novo regime frente à educação encontra-se descrita por Romanelli, com uma visão diferente de Rodrigues (78), no seguinte texto: "se o significado da educação como fator de desenvolvimento foi percebido desde o início da implantação do novo regime, isso não foi demonstrado, pelo menos em sua plenitude, senão a começar de 1968. Como esse ano assinala também o início de mudanças mais profundas na vida da sociedade e da economia - já que foi época em que a expansão foi retomada de forma mais acelerada - pode-se perceber que o sistema educacional foi marcado por dois momentos nítidamente definidos em sua evolução, a partir de 1964" (79:69).

O primeiro momento considerado foi dedicado à implantação do novo regime e à recuperação econômica do país. Constituiu-se também em uma fase em que se acelerou o ritmo de crescimento da demanda social de educação, o que agravou a crise do sistema educacional. Tentou-se criar mecanismos para levantar recursos que permitissem a expansão, como, por exemplo, a instituição do salário-educação. Datam

dessa época os acordos MEC/USAID.

A adoção de medidas práticas a curto prazo o correu a partir de 1968, como uma tentativa governamental de enfrentar a crise estudantil. Mas a situação exigia mais do que tais medidas e chegou-se a uma nova reforma do ensino superior. O governo visava solucionar a crise ao mesmo tempo que adotava medidas que adequassem o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico que sofreu uma maior intensificação nessa época.

Nesse segundo período, o crescimento deu-se de forma mais lenta, o que levou a uma contestação do sistema educacional, por meio de manifestações estudantis em todos os grandes centros. O problema dos excedentes estava entre os que mais se avultavam. Mas como lembra Florestan Fernandes: "mais do que a pressão estudantil, a descoberta de que a inovação poderia ser manipulada sem ameaçar a estrutura de poder e, por outro lado, ajustaria melhor ao programa de desenvolvimento econômico pesaram mais do que a pressão estudantil para a reforma universitária" (38:58). Rodrigues compartilha desse pensamento de Florestan Fernandes ao escrever que "a reforma de ensino teve por finalidade realizar o ajustamento e a integração da escola aos objetivos fundamentais do projeto de desenvolvimento econômico" (78:21).

A reforma do ensino superior de 1968 foi liderada pela área conservadora que "não rompeu as antigas tradições nem feriu os interesses conservadores. O controle da inovação foi muito bem previsto, uma vez que correspondeu aos interesses, conveniências e valores da atual situação conservadora", segundo Romanelli (79:59). Reis Filho compartilha da opinião de Romanelli ao se expressar sobre a atuação do governo que culmina com a promulgação da Lei nº 5.540, a da reforma universitária, da seguinte maneira: "A partir de 1966 o Governo assumiu posição frente à

crise e através de uma série de medidas legais reorganizou todo o sistema universitário brasileiro... Deste modo, ao longo de 3 anos, o poder público, ao assumir o papel de dirigente e condutor da Reforma Universitária, estabeleceu o limite das transformações que foram mantidas sob controle" (75:202-3).

Dentro da filosofia adotada, tem-se a elaboração e promulgação de uma legislação que iria influenciar diretamente o ensino superior, como:

- a) Decreto nº 63.341, de 1.10.1968, que estabeleceu critérios para a expansão do ensino superior;
- b) Lei nº 5.537, de 21.11.1968, que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, complementada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15.09.1969;
- c) Lei nº 5.540, de 28.11.1968, que instituiu os princípios para a organização e o funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola-média, e o Decreto-Lei nº 464, de 11.02.1969;
- d) Decreto-Lei nº 405, de 31.12.1968, que fixou as normas para o incremento de matrículas e estabelecimentos de ensino superior;
- e) Decreto nº 68.908, de 15.07.1979, que dispôs sobre o vestibular.

Criaram-se outras legislações nesse mesmo período, de caráter repressivo às manifestações contrárias ao sistema por parte de professores e alunos.

Todo o aparato legislativo criado a partir dessa data não foi suficiente ou adequado para solucionar os problemas de ensino superior que continuaram a existir ou que surgiram então. Nem a integração do planejamento da educação aos planos nacionais de desenvolvimento resultou nas soluções exigidas. Muitas contradições e problemas persistem no ensino superior brasileiro acompanhando sua expansão e compondo o quadro atual, conforme descrito

na introdução deste trabalho.

Entre as distorções, pode-se citar o fato do ensino superior ser ministrado, principalmente, por um grande número de escolas isoladas e particulares. Segundo a Pesquisa-Diagnóstico do Ensino Superior em Minas Gerais (2:7), os estabelecimentos isolados detinham 36% das matrículas do ensino superior brasileiro em 1964 e, em 1977, essa proporção sobe para 56%. "... de 1960 a 1977, o crescimento das matrículas no setor privado atingiu índices superiores a 1.000% enquanto que no setor público esse índice foi inferior (676,00%)" (2:7). As matrículas do setor superior em 1977 apresentadas a estabelecimentos isolados correspondiam a 63% do total do país. Paralelamente a esse aumento de matrículas, ocorreu uma ampliação das vagas fornecidas pelo sistema particular.

Freitag relaciona uma outra característica do ensino superior ofertado pelo setor privado: "O ensino particular, apesar de expandir-se em áreas consideradas improdutivas ou supérfluas pelo planejamento e pela legislação educacionais, contradizendo assim os princípios básicos da atual política educacional está recebendo o apoio governamental" (46:116). As áreas onde se verifica uma maior atuação do setor particular correspondem, principalmente, à comunicação, pedagogia, administração, psicologia, sociologia, filosofia etc. Freitag (46) relata que a rede particular sofre uma maior demanda por estudantes que dispõem do horário noturno para frequentar a escola. Os cursos citados acima podem funcionar nesse horário sem prejuízos, ao mesmo tempo que não exigem equipamentos dispendiosos e pessoal especialmente treinado em relação a outros cursos como engenharia e medicina. Freitag, também, considera que os alunos, por outro lado, acreditam que os cursos da área de humanidades exigem menos estudo e absorvem um menor tempo de aula.

## 2.2 Ensino de pós-graduação

Ao se abordar o ensino superior, não se poderia deixar de apresentar alguns pontos em relação à pós-graduação por duas razões. A primeira diz respeito às bibliotecas universitárias, objeto deste estudo. Essas devem considerar em seu planejamento e prestação de serviços, as pessoas relacionadas ao ensino de graduação, bem como ao de pós-graduação, uma vez que ambos são ministrados, geralmente, em instituições que fornecem o primeiro. Dessa forma, as pessoas envolvidas nos dois níveis de ensino constituem seus usuários. Por outro lado, a pós-graduação se encontra em relação íntima com o ensino de graduação. Essa relação decorre do fato da pós-graduação visar dotar o pessoal docente de melhores qualificações, bem como preparar pesquisadores.

O ensino de pós-graduação surgiu no Brasil bem mais tarde do que o de graduação. Na década de cinquenta, quando se contava com universidades já estabelecidas, iniciava-se a formação da estrutura formal do ensino de pós-graduação brasileira com a instalação de cursos de mestrado na então Escola Superior de Agricultura de Viçosa, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade de São Paulo.

O Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação definiu a pós-graduação como sendo "o ciclo de cursos regulares em seguimento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar uma formação adquirida no âmbito de graduação e conduzindo a obtenção de grau acadêmico" (18:105). Esse parecer designou pós-graduação em lato sensu como todo e qualquer curso que pressupõe a graduação como pré-requisito, e pós-graduação em stricto sensu como o sistema regular de cursos que se superpõem à graduação com objetivos mais amplos de formação científica, cultural ou profissional e que conferem os graus de mestre e de doutor.

As leis e decretos posteriores a 1965 e referentes ao ensino superior passaram a incluir artigos sobre a pós-graduação como o artigo 17 e 24 da Lei nº 5.540.

Em 1973, um grupo de trabalho instituído pelo Ministério da Educação e Cultura, estabeleceu os seguintes princípios: "A pós-graduação, em si mesma, e na legislação em vigor, é parte essencial da universidade e, como tal, se inclui na competência originária e específica do Ministério da Educação... A pós-graduação é indispensável à pesquisa científica à medida que forma os pesquisadores e é fator de sua realização. Pós-graduação e pesquisa são indissociáveis como processo. No entanto, a pesquisa científica - principalmente a aplicada e a de desenvolvimento - pode ser, e de fato é, conduzida por outras instituições que não a universidade. Donde se segue que, não obstante as articulações que devem existir entre ambas, a política de pós-graduação não se confunde, pura e simplesmente, com a política de pesquisa científica ou tecnológica" (18:106-7).

Os planos nacionais de desenvolvimento emanados do governo evidenciavam a necessidade de uma atuação dinâmica e bem orientada do ensino de pós-graduação.

O Conselho Nacional de Pós-Graduação instituído pelo governo federal em 1964 recebeu como objetivos primordiais:

- "a) Elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação;
  - b) Propor as medidas necessárias à execução e constante atualização da Política Nacional de Pós-Graduação"
- (18:107).

O ensino de pós-graduação se expandiu, contando com o apoio de vários convênios com órgãos nacionais e internacionais, em número bem maior do que os firmados a nível de graduação.

Pode-se verificar o crescimento dos cursos de pós-graduação na Tabela 2.2.1



TABELA 2.2.1 - NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EXISTENTES NO BRASIL - 1975-78

ANOS NÍVEL DE CURSOS	1975	1976	1977	1978
Mestrado .....	496	559	614	648
Doutorado .....	173	201	220	228
TOTAL .....	669	760	834	876

Fonte: MEC/DAU/CAPEs. Situação atual da pós-graduação: Brasil/70. Apud BRASIL. MEC. Secretaria de Ensino Superior. O ensino superior no Brasil: 1974/1978; relatório. Brasília, 1979.

### 2.3 Educação superior em Minas Gerais

A situação do ensino superior em Minas Gerais segue os padrões encontrados na análise a nível nacional: as mesmas características de expansão e problemas similares.

Segundo os dados coligidos pela Pesquisa - diagnóstico sobre o ensino superior em Minas Gerais, a expansão desse nível de educação nesse estado assumiu o mesmo comportamento detectado para o Brasil: "privatização, interiorização, predominância de estabelecimentos isolados, concentração de cursos, matrículas e vagas na área de ciências humanas e sociais" (2:13).

Entre 1965 a 1972, observa-se uma fase de crescimento do ensino superior. Nesse período, autorizaram-se, 321 cursos na rede particular e referentes à área de Ciências Exatas e Sociais.

"A expansão do Ensino Superior no Estado se guiou a mesma lógica apresentada pelo país: os investimentos concentraram-se nas escolas particulares e isoladas assumindo uma natureza empresarial e automatizada. De 1962 a 1967 houve um crescimento da rede pública da ordem de 50%, enquanto que a rede particular apresentou o expressivo aumento de 1.263%" (2:13).

De 1970 a 1977, o ensino de terceiro grau a apresentou um índice de crescimento da ordem de 1.247%, superior aos detectados nos demais graus de ensino tomando-se por base as matrículas.

As instituições mineiras de ensino superior encontram-se distribuídas entre cinquenta e seis cidades, que foram agrupadas em seis distritos geoeducacionais.

Através de publicação da Delegacia Regional do MEC (16), verificou-se que o estado conta com 128 instituições de ensino superior distribuídas segundo sua subordinação financeira e administrativa na tabela 2.3.1.

TABELA 2.3.1 - NÚMERO DE INSTITUIÇÕES MINEIRAS DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO SUAS SUBORDINAÇÕES FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA - 1979

SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA SUBORDINAÇÃO ADMINISTRATIVA	Pública			Particular	TOTAL
	Estadual	Federal	Municipal		
Escola isolada ....	3	5	1	110	119
Universidade .....	2	5	2	1	6
Federação de escolas .	2	2	2	3	3
TOTAL .....	3	10	1	114	128

Fonte: MEC/DR4. O ensino superior em Minas Gerais; estudo descritivo. Belo Horizonte, 1979.

Os dados da tabela 2.3.1 confirmam as características de privatização e maior participação de estabelecimentos isolados no ensino superior mineiro. A mesma proporção entre escolas isoladas e universidades só é encontrada nos dados referentes aos estabelecimentos pertencentes à rede pública federal.

#### 2.4 Conclusão

A expansão do ensino superior brasileiro (graduação e pós-graduação) nas últimas décadas constitui um fato inegável. Entretanto, não se pode considerar a situação como satisfatória, embora pareça existir uma preocupação governamental pelo ensino superior que se reflete na sua inclusão nos planos governamentais. Apesar disso, vários problemas se fazem presentes como a qualidade de ensino, a inexistência ou escassez de materiais e equipamentos necessários aos programas desenvolvidos, entre outros. Esses pontos negativos têm sido sentidos pela classe universitária (professores e alunos), que procura-se exprimir através de manifestos, diálogos com as autoridades competentes e greves.

Um fato verificado ao se analisar a evolução do ensino brasileiro, portanto também o de nível superior, é que esse sempre acompanhou a situação sócio-político-econômica do país, de acordo com a visão dos governantes de cada época. Observa-se esse fato em relação à expansão do ensino superior ocorrida a partir da década de sessenta. Esse período correspondeu à formulação e implantação dos programas nacionais de desenvolvimento econômico, bem como ao crescimento da classe média, que buscava um melhor status social através da obtenção de um grau acadêmico.

Na situação atual, quando se vive uma recessão econômica que aumenta paulatinamente e onde se encontra uma oferta de mão-de-obra de nível universitário maior do

que a demanda, poder-se-ia questionar se esse não seria mais um ponto de estrangulamento do ensino brasileiro a ser acrescentado aos outros itens amplamente comentados na literatura. Rodrigues considera essa situação como uma contradição própria do sistema: "Na medida em que se qualifica, a força de trabalho, na medida em que se desenvolvem tecnologias economizadoras de mão-de-obra que multiplicaram a produtividade do trabalho, na medida em que se concentram a produção e a renda para que se expanda o investimento produtivo, aumenta o desemprego, hierarquiza-se o trabalho, achata-se o valor-trabalho, encarecem os fatores de sobrevivência, multiplicam-se as tensões sociais, dotam-se os trabalhadores de melhores condições de reivindicação, aguça-se a consciência de exploração" (78:22).

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

A biblioteca universitária tem sido tema de muitos trabalhos que discutem vários de seus aspectos, como estrutura organizacional, pessoal, orçamento, usuário. Entretanto, selecionaram-se para inclusão nesta revisão os documentos que têm interesse direto para este estudo, ou seja, aqueles que caracterizam e debatem as bibliotecas universitárias no Brasil, abordando os aspectos de pessoal, acervo e recursos financeiros.

Considerou-se também de interesse analisar alguns trabalhos teóricos e básicos que forneceram orientação e mostraram linhas de ação para bibliotecários brasileiros, bem como documentos sobre a biblioteca universitária na América Latina, possibilitando assim uma visão mais abrangente do objeto desta pesquisa.

#### 3.1 Biblioteca universitária em países em desenvolvimento

Dentre os vários trabalhos sobre esse tema, foram escolhidos dois por proporcionarem uma visão geral dos problemas enfrentados pelas bibliotecas universitárias nos países em desenvolvimento bem como de sua situação. Deve-se ressaltar que apesar de não serem muito recentes, suas descrições ainda correspondem à nossa realidade como pode ser verificado nos trabalhos específicos sobre a situação no Brasil e, apresentados no item 3 deste capítulo.

O livro de Gelfand (51) pode ser considerado uma obra clássica sobre biblioteca universitária em países em desenvolvimento. Um item a ser lembrado em relação a esse trabalho é a sua ampla divulgação no Brasil. Esse fato nos possibilita acreditar que tenha influenciado o pensamento de bibliotecários brasileiros responsáveis pela criação e/ou direção de grande parte de nossas bibliotecas universitárias.

A necessidade da formação de cientistas e técnicos em países em desenvolvimento ocasionou o aumento do número de instituições de ensino superior como meio de se criarem condições para superar o hiato existente em relação aos países desenvolvidos. É nesse contexto que Gelfand situa a biblioteca universitária que deveria desempenhar um papel de primeira ordem. Espera que as bibliotecas universitárias se organizem de modo a atingir suas funções. Contudo, a realização da organização e o desenvolvimento dessas bibliotecas são afetados por fatores internos e externos, como: "... o interesse do país e da universidade que devem ser considerados no desenvolvimento das bibliotecas; o desenvolvimento das instituições de ensino superior de cada país ou região, e suas características locais, como: o número e o tipo das instituições especializadas em pesquisa; a situação dos serviços bibliotecários do país; as condições existentes em determinadas universidades; a situação da biblioteconomia em geral" (51:22). Relaciona como principais obstáculos ao desenvolvimento das bibliotecas universitárias em alguns países, os seguintes fatos:

- a) falta de uma definição clara dos objetivos da universidade e da biblioteca, falta de cooperação e de compreensão por parte das autoridades universitárias e do professorado, falta de bibliotecários capacitados e de pessoal subalterno competente, falta de recursos na universidade e no país em geral;
- b) graves restrições à importação e de divisas;
- c) ajuda econômica insuficiente;
- d) locais inadequados;
- e) falta de bibliotecário competente na universidade, falta da autoridade que exigem suas funções importantes e de sua categoria que deveria ser reconhecida face a seus títulos e conhecimentos profissionais;

- f) procedimentos de compra e outros regulamentos administrativos excessivamente complicados;
- g) efeito psicológico negativo da responsabilidade financeira pessoal do bibliotecário em caso de perdas de livros" (51:14).

Muitos desses obstáculos apresentados por Gelfand ainda encontram-se presentes em nossas bibliotecas universitárias.

Asheim identifica como problemas que mais pressionam as bibliotecas universitárias em países em desenvolvimento: "suporte financeiro inadequado, quantidade insuficiente de livros, pessoal com treinamento insuficiente, salários baixos e pouco prestígio dos bibliotecários" (3:795). Apesar desses problemas serem comuns tanto para os países em desenvolvimento quanto para os desenvolvidos, variam em grau e tipo. Em relação aos países em desenvolvimento, acrescentam-se as dificuldades de importação de material bibliográfico e a falta de instrumentos bibliográficos para seleção. Em muitos casos, os bibliotecários dedicam-se apenas à catalogação e classificação esquecendo-se da seleção e do serviço de referência entre outros. Registra também o fato de muitas universidades atuarem por meio de escolas isoladas com bibliotecas próprias, faltando um relacionamento que leve ao intercâmbio e a seu melhor planejamento. O método de ensino baseado em livros-texto, embora esteja diminuindo, constitui outro entrave. Alguns dos problemas específicos para países em desenvolvimento relacionados por Asheim não mais se encontram presentes na situação brasileira como serviços deficientes de correio e telefônico e falta de energia elétrica. Deve-se lembrar que esse artigo data de 1965 e muitas mudanças ocorreram desde então, apesar de continuarem presentes os problemas registrados no início.

### 3.2 Biblioteca universitária na América Latina

No início da década de 60, devido ao contexto sócio-político de então, dedica-se um interesse especial à biblioteca universitária na América Latina. E essa constitui objeto de estudo e de seminários realizados na época.

Em 1961, o estabelecimento da Aliança para o Progresso coloca em destaque os investimentos em Educação, Ciência e Cultura, e enfatiza a necessidade de fomentar os serviços universitários. Em consequência disso, a biblioteca universitária é considerada com especial atenção pelo Programa Interamericano de Fomento das Bibliotecas e Bibliografias, que subsidia a publicação de várias obras classificadas como úteis para seu desenvolvimento.

O Seminário Interamericano sobre Bibliotecas Universitárias realizado em janeiro de 1961 na Universidade de Illinois conclui que:

- a) há uma necessidade crescente de se estabelecer uma biblioteca central universitária com um controle direto sobre todas as bibliotecas da universidade ou pelo menos coordenadora dos serviços bibliotecários, mediante a nomeação de um Diretor de Bibliotecas com autoridade reconhecida;
- b) existe a necessidade de uma intercomunicação permanente entre os bibliotecários, o professorado e os administradores da universidade;
- c) deve-se concentrar os esforços para aperfeiçoar e intensificar a seleção e o treinamento de bibliotecários, para elevar seu nível econômico e profissional, e ainda suas oportunidades de obter um desejável nível acadêmico;
- d) é desejável e necessário que um aumento progressivo se verifique no intercâmbio de bibliotecários entre as Américas, e a intensificação de bolsas para que os latino-



americanos realizem estudos especializados nos Estados Unidos, assim como uma crescente participação dos bibliotecários em conferências, seminários e reuniões relacionados com a sua profissão;

- e) é essencial realizar um exame sério da situação atual das bibliotecas universitárias na América Latina" (65:1).

Nas recomendações desse seminário, nota-se a forte influência americana que caracterizou toda a ação da Aliança para o Progresso ocorrida no Brasil.

O Seminário Regional sobre o Desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias na América Latina ocorreu em 1962 na Argentina, estando presentes alguns participantes brasileiros. Esse encontro considera como objetivos da biblioteca universitária em relação à educação superior, os seguintes:

- "a) constituir um fundo bibliográfico no qual estejam adequadas e equilibradamente representadas as ciências, as letras e as belas artes;
- b) organizar e desenvolver os meios e serviços que facilitarão e estimularão o estudo, a pesquisa em todos os níveis e como forma de docência, e a formação e aperfeiçoamento de profissionais" (87:131).

Como preparação desse seminário, realiza-se um levantamento das bibliotecas universitárias da América Latina, por meio de questionário. E chega-se à conclusão de que havia falta de recursos bibliográficos e econômicos; falta de unificação de normas; e falta de uma preparação adequada de pessoal. Uma recomendação feita então e que ainda hoje é muito citada, é a de que do orçamento total de cada instituição se destinasse ao menos 5% (cinco por cento) aos serviços bibliotecários. Outras recomendações importantes são que a biblioteca universitária estivesse representada na comissão de orçamento da respectiva universidade; e que se in

formasse oficialmente à biblioteca sobre as modificações em planos de estudo e a criação de novos órgãos de ensino e pesquisa. Vinte anos após esse encontro, suas recomendações não perderam a validade, apesar de todas não terem sido observadas.

"A organização atual das bibliotecas universitárias deriva do desenvolvimento histórico das instituições, a organização administrativa geral das próprias universidades e de suas dependências acadêmicas, a situação geográfica das instituições, a tradição, as vantagens educativas de ter as coleções organizadas desta maneira, a conveniência para os professores e alunos, o desejo de seguir padrões já familiares e ao alcance da mão, ou falta de conhecimento de outras formas possíveis de organização" (65:11). Dessa maneira, em 1967, Milczewski descreve a situação sobre a estrutura da biblioteca universitária na América Latina. Na mesma obra, o autor considera que a maior parte do pessoal de bibliotecas não possuía preparação profissional e que as coleções eram relativamente pequenas. Havia duplicação desnecessária de material bibliográfico e uso de diferentes sistemas de classificação e de catalogação entre as bibliotecas de uma mesma instituição. Cada biblioteca tinha seu próprio regulamento. Considera essa situação como um padrão fixo. Embora muitas mudanças benéficas tenham ocorrido nesse intervalo de tempo, infelizmente esse estado de coisas ainda se faz presente em algumas instituições brasileiras de ensino superior.

### 3.3 Biblioteca universitária no Brasil

Em relação à biblioteca universitária no Brasil, em 1967, Edson Nery da Fonseca destaca seis itens para caracterizar seus objetivos e importância:

- a) cooperar com os programas escolares, satisfazendo as necessidades de professores e alunos;
- b) orientar os professores e alunos no uso esclarecido e

proveitoso dos recursos bibliográficos e audio-visuais da universidade e de outras bibliotecas;

- e) cooperar com os professores na seleção e emprego de todos os tipos de materiais que sirvam aos programas de ensino;
- d) orientar professores e alunos na utilização das instituições de pesquisa e das fontes de informação do país e do estrangeiro;
- e) participar com os diretores e professores na elaboração de programas que visem o constante aperfeiçoamento profissional e cultural do corpo docente;
- f) cooperar com outras bibliotecas e agências de serviço social no planejamento e execução de um programa bibliotecário para toda a comunidade ou zona em que se encontra a universidade" (45:13).

Hamar (56), em 1967, analisa a situação das bibliotecas universitárias brasileiras em um trabalho apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Entre os problemas citados, encontram-se: administração das bibliotecas, às vezes, a cargo de leigos; falta de integração com unidades similares; insuficiência de verbas e falta de um plano para sua aplicação; má remuneração dos bibliotecários e falta de um programa de aperfeiçoamento para esses profissionais, insuficiência de acervos. O autor advoga uma participação mais ativa dos bibliotecários no planejamento das bibliotecas universitárias e o estabelecimento de padrões para as mesmas.

Dias considera de "... importância excepcional o papel a ser desempenhado pelas bibliotecas universitárias, no contexto de uma reformulação política do ensino superior em nosso País, em estreita conexão com todo o campo científico e tecnológico" (32:47). O autor enfatiza essa importância ao citar que vários trabalhos apresentados e as

recomendações propostas pelos cinco congressos brasileiros de Biblioteconomia e Documentação incluem sempre o tema "biblioteca universitária". Recomenda ainda que as bibliotecas universitárias se relacionem com organismos nacionais e estrangeiros com o objetivo de obter fundos que suplementem suas verbas geralmente insuficientes.

O Seminário para Estudo dos problemas de Administração e Funcionamento das Bibliotecas Universitárias, realizado em julho de 1973 na Universidade de Brasília, debate a situação e as perspectivas da biblioteca no contexto universitário brasileiro. Entre suas recomendações, existe um alerta para os dirigentes universitários em relação a escassez de recursos humanos e financeiros nesse setor. Recomenda o apoio da alta administração das universidades às bibliotecas de modo a proporcionar-lhes os recursos indispensáveis para que atinjam seus objetivos (86).

Cabe destacar as conclusões do trabalho apresentado nesse Seminário por Assunção, Tavares e Santos quanto aos recursos humanos (5). Dentre as quatro conclusões apresentadas, três devem ser destacadas por focalizarem muito bem o papel desses recursos:

- a) a biblioteca universitária é instrumento para o desenvolvimento de recursos humanos e a eficiência de seus serviços depende da qualificação de seu pessoal;
- b) o bibliotecário desempenha tarefas de caráter educativo semelhante às do professor de uma universidade;
- c) o quadro de pessoal de uma biblioteca é formado por duas grandes categorias: profissional (bibliotecários e pessoal especializado em outras áreas) e não-profissional ou de suporte (agentes técnicos e administrativos)" (5:60).

Outro ponto levantado nesse trabalho é da necessidade de se proporcionar treinamento para o pessoal de

biblioteca, incluindo cursos de atualização, encontros, seminários entre outros.

Aragão (1), em 1973, registra a falta de recursos financeiros para manutenção e assistência às bibliotecas universitárias como um dos problemas desse tipo de biblioteca. Outros entraves citados são: a desatualização das coleções de periódicos e de monografias, principalmente as estrangeiras; o quadro insuficiente de pessoal técnico e auxiliar; e uma estrutura organizacional falha. Referindo-se ao relacionamento dos bibliotecários e à administração das instituições, advoga uma maior participação dos primeiros e admite a existência de preconceitos para com os mesmos.

A partir de dados coletados em 1972 e 1973, a Comissão do Ensino de Engenharia do MEC publica seu relatório preliminar onde inclui uma análise das bibliotecas que atendiam às 101 escolas brasileiras de engenharia pesquisadas. "Foi dada atenção especial às Bibliotecas, por se chegar à conclusão que constituem um dos aspectos mais deficientes no panorama geral do ensino de Engenharia no país" (17:157). Os dados que levaram a tal conclusão foram:

- a) pequena área física dedicada às bibliotecas;
- b) tamanho dos acervos: uma quinta parte das instituições possui coleção inferior a mil títulos de livros e quase dois terços, menos de 100 assinaturas de periódicos usualmente interrompidas, incompletas e desatualizadas;
- c) qualidade dos acervos: observaram que há "falta de orientação adequada nas aquisições" (17:157);
- d) pessoal: "Número pequeno de instituições dispõem de pelo menos uma bibliotecária formada" (17:157);
- e) orçamento: "Praticamente, a metade das instituições dedicam menos do que 10% (dez por cento) de seu orçamento destinado a despesas de capital na aquisição de livros e periódicos" (17:158).

Cunha identifica, em 1973, a situação das bibliotecas universitárias como um reflexo da situação das universidades brasileiras. Considera que o progresso alcançado pelas bibliotecas universitárias deve-se ao esforço dos bibliotecários em "organizar seus acervos de modo a torná-los verdadeiros veículos de informação e cultura" (29:237). Embora afirme que existem problemas, não os cita, exceto o número insuficiente de bibliotecários formados para atender a todos os tipos de bibliotecas. Defende uma melhor formação para esses profissionais tanto a nível de graduação quanto a de pós-graduação.

A Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias realiza um diagnóstico da situação das bibliotecas universitárias brasileiras a partir de decisão tomada em seu primeiro encontro em 1972, apresentado em sua segunda reunião em 1973. Os dados coletados através de questionário correspondem a vinte e oito das quarenta e três universidades contactadas. Pela análise das informações obtidas, conclui-se que "de um modo geral evidenciou-se um crescimento da dotação orçamentária, não acompanhando o crescimento da população a ser servida" (34:anexo 5). Verificase que as bibliotecas possuem graus diferentes de centralização e a maioria das universidades conta com bibliotecas departamentais entre o intervalo de 1 a 10. Em relação às departamentais, mais de 50% possui um acervo de até 4.999 volumes de livros e quase 50% dispõe de menos de 199 títulos de periódicos.

A análise da situação das bibliotecas das instituições de ensino superior (IES) realizada pelo MEC e publicada em 1973 (10), conclui que as bibliotecas, como um todo, não acompanham o desenvolvimento de suas próprias instituições e de outras IES do país, embora essa seja uma avaliação preliminar. Entre as causas dessa situação relacionam-se: fundos inadequados; falta de pessoal bibliotecário con-

venientemente preparado; e falta de comunicação entre bibliotecários e corpo docente e administração das instituições. Detecta a carência de recursos bibliográficos e humanos em 83% das bibliotecas analisadas.

Lima, ao analisar as bibliotecas universitárias brasileiras, observa que "... o crescimento de coleções de bibliotecas universitárias sem um mínimo da organização que só um bibliotecário profissional lhe pode dar, é inaceitável, nos dias atuais, porque estará criando problemas futuros, de soluções complexas e naturalmente de alto custo" (61:35). Reforça o dito por outros estudos em relação aos acervos que são pequenos, principalmente em livros e ao orçamento: "Inegavelmente, as universidades brasileiras gastam pouco com as suas bibliotecas e há urgente necessidade de se aumentarem estes gastos, tendo em vista a crescente alta de preços de material bibliográfico" (61:36). Nesse mesmo trabalho, ao estudar o sistema bibliotecário da Universidade Federal de Minas Gerais no período de 1970 a 1973, a autora detecta problemas como:

- a) instalações deficientes em relação à capacidade de armazenamento das coleções e de lugares para leitores;
- b) gastos insuficientes na compra de livros e na assinatura de periódicos: muitas escolas não constituem unidades orçamentárias ficando a critério do diretor as verbas que lhe são destinadas. Em algumas escolas, a verba proveniente de convênios são muito maiores do que as dotações orçamentárias;
- c) crescimento pequeno e até queda na compra de livros e oscilações de aumento e diminuição de títulos de periódicos assinados;
- d) coleções em diferentes fases de organização, existindo até bibliotecas que não haviam ainda iniciado o processamento técnico de seu acervo;

- e) distribuição irregular dos bibliotecários pelas várias bibliotecas, encontrando-se duas bibliotecas sem profissionais especializados, e bibliotecas com acervo grande e com número insuficiente de bibliotecários;
- f) pessoal auxiliar sem o nível de educação adequado e em número insuficiente.

Ao considerar a biblioteca no ensino superior, Lima em 1975 relata que "As bibliotecas universitárias brasileiras, embora recebendo reforços de verbas, principalmente através de convênios para cursos de pós-graduação e pesquisas, não mereceram até hoje um tratamento sistemático, continuam crescendo desordenadamente sem objetivos próprios e sem visar, como deveriam, a integração com os objetivos da universidade" (60:10). Apesar do crescimento dos auxílios para aquisição de material bibliográfico, eles não conseguem acompanhar o ritmo de expansão das matrículas. Outro ponto de estrangulamento registrado pela autora refere-se à limitação quantitativa e qualitativa de recursos humanos.

Ferreira (41), ao pesquisar a estrutura organizacional da biblioteca universitária, identifica como pontos de estrangulamento: a falta de pessoal técnico de alto nível e em número suficiente; verbas pequenas; más instalações; carência de material e equipamento; problemas de acervo. Em relação ao orçamento, a autora o apresenta como responsável por muitos dos problemas citados anteriormente. Acrescenta que os "... orçamentos, muitas vezes, são fragmentados por um sem número de bibliotecas que terminam sem poder, de fato, realizar algo com verba tão irrisória" (41:146), ou as bibliotecas não constituem unidades orçamentárias, não sabendo assim com quanto podem contar para fazer sua programação. Outro ponto negativo que ocorre é a não participação da biblioteca na elaboração do orçamento - programa. Ao focalizar a aquisição de publicações, comenta que "... é, geralmente, muito sacrificada em algumas uni



versidades, pois além dos problemas citados, há também sérios entraves burocráticos à compra de material bibliográfico" (41:146).

✓ A situação das bibliotecas dos cursos de pós-graduação em educação no Brasil é descrita por Miranda após o levantamento de dados em quarenta bibliotecas em 1976 (72). Essas bibliotecas se encontram "... em diferentes estágios de organização e de prestação de serviços" (72:54). Em relação aos seus acervos, considera que crescem espontaneamente, geralmente sem uma política de seleção e de aquisição definida, apoiando-se principalmente em doações. A permuta se apresenta pouco estruturada na maioria das bibliotecas. Afirma que existe uma tendência para coleções formadas por livros mais novos, publicados a partir de 1971. "Poucas bibliotecas mantêm em dia a encadernação dos volumes de periódicos, seja por falta de recursos, seja porque as coleções são incompletas" (72:40). Essa afirmativa abrange dois aspectos: o das coleções de periódicos em si e o relacionado com orçamento. Quanto ao pessoal, considera que o número de profissionais e auxiliares é inferior às necessidades. Detecta a média de 863,9 usuários (leitores inscritos) para cada bibliotecário e de 1533,9 usuários por bibliotecário considerando toda a comunidade universitária a ser atendida pelas bibliotecas estudadas. A média de bibliotecários por biblioteca é de 6,35. Bolsistas, estagiários de Biblioteconomia e agentes administrativos constituem o pessoal auxiliar. Algumas bibliotecas já contam com bibliotecários com títulos de mestre. Em relação ao orçamento, esses podem ser considerados modestos e a maioria das bibliotecas pesquisadas não possui orçamentos próprios. Embora os orçamentos apresentem crescimento, com a ajuda de convênios, há entraves à sua utilização devido às restrições impostas à importação de obras estrangeiras.

Em 1976, Miranda realiza um estudo sobre dez bibliotecas de universidades federais do Nordeste. Identifi

ca cinco características que permitem visualizar a situação das mesmas:

- a) "... ausência de padrões, modelos ou mesmo critérios co muns de organização e prestação de serviços" (67:25);
- b) isolamento, isto é, embora façam parte de um sistema de universidades federais, é ainda incipiente o intercâmbio entre as bibliotecas;
- c) pobreza de acervos: "... menos de 800 mil volumes de li vros e folhetos depositados em pouco mais de 80 bibliotecas centrais e setoriais, das nove universidades... O acervo de periódicos (salvo na Bahia e em Pernambuco) é pequeno e quase totalmente adquirido por doação, pois a aquisição por assinatura ou por intercâmbio é limitada e pouco comum" (67:27);
- d) " as bibliotecas estão voltadas para a preservação do a cervo e não para a motivação de seu uso pela comunidade" (67:27);
- e) " falta de planejamento integrado, desarticulação de a tividades" (67:28).

Granja, ao analisar a contribuição da biblioteca universitária para o desenvolvimento da pesquisa, considera que "nossas bibliotecas não estão preparadas para a tender às exigências do momento em termos de ensino e pesquisa" (54:18). Apesar de ter sido reconhecida sua importância para especialistas e profissionais, essa não é efetivada observando-se que "As bibliotecas não constituem, salvo possíveis exceções, prioridade orçamentária nas universidades" (54:18). A partir de um estudo realizado em quinze bibliotecas da Universidade de São Paulo e que serviu de ba se para suas conclusões, cita as causas apresentadas pelos bibliotecários que os impediam de prestar serviços de apoio à pesquisa:

- a) falta de pessoal especializado, ou seja, bibliotecários (60% das bibliotecas);
- b) falta de recursos (20%);
- c) outros motivos (20%).

Em relação ao acervo, "41% dos usuários consideram-no atualizado para fins de estudo e pesquisa" (54:19).

Novos métodos de ensino que exigem mais das bibliotecas em relação a seus acervos e serviços, aumento dos números de cursos de pós-graduação e de professores com titulação de mestrado, doutorado ou especialização, maior realização de pesquisas constituem uma nova realidade em que as bibliotecas universitárias devem atuar, segundo análise de Miranda em 1978 (71). O autor diz que "consideráveis recursos vêm sendo aplicados na aquisição de livros e na importação de periódicos..." (71:181). Mas destaca que esses recursos consideráveis têm sido destinados a algumas bibliotecas de universidades e que grande parte desses fundos provêm de fontes financeiras externas, mediante convênios. O crescimento dos acervos não acompanha o de pessoal docente e o das atividades de pesquisa e de extensão. Relata que certos problemas continuam presentes e se referem à:

- a) estrutura administrativa: falta de um critério definido e comum a todas as universidades;
- b) processos técnicos: apego a esses em detrimento de outros serviços de importância básica, ou seja, seleção e referência;
- c) pessoal: número reduzido de bibliotecários em relação ao de usuários. Miranda destaca que "As estatísticas demonstram que, apesar do progresso nos últimos anos, é ainda diminuto o número de bibliotecários em relação com o universo de usuários" (71:183). Faltam aos bibliotecários incentivos para aperfeiçoamento profissional necessário e melhores salários o que ocasiona a evasão dos mais jovens e ambiciosos;

- d) tradição precária na área o que atrasa o desenvolvimento de nossos serviços bibliotecários.

Maia afirma "... que a biblioteca é o reflexo da Universidade e representa o nível de ensino e pesquisa que nela se desenvolvem" (63:190), o que pode ser verificado através do nível de sua coleção. Acentua assim a importância da biblioteca universitária como tem sido feito por outros autores já citados. Em relação a pessoal, destaca que "... a restrição atual de contratação tem causado sérios problemas à administração da biblioteca que necessita de equipe qualificada e numericamente suficiente ao desenvolvimento das atividades técnicas e do atendimento aos usuários quanto à orientação e atualização de seus recursos" (63:192). Essa situação segundo a autora, tem ocasionado improvisações e deslocamento de pessoal, prejudicando o atendimento aos usuários.

Ao considerar a biblioteca universitária face ao desenvolvimento da pós-graduação, Miranda (69) não vê a primeira em condições de atender as demandas apresentadas por esse nível de ensino. Classifica os serviços bibliotecários como conservadores e os acervos paupérrimos, e relata que há falta de orçamentos próprios. Referindo-se aos recursos humanos, acentua sua falta de preparação para atender às novas solicitações, além de serem em número insuficiente. "Raras bibliotecas contam com profissionais a nível de mestrado e doutorado" (69:3). Acrescenta que o pessoal mais qualificado está deixando as bibliotecas universitárias em busca de melhores empregos, incluindo os que oferecem maiores condições de realização profissional.

Costa (25), ao analisar o crescimento do acervo da Biblioteca Central da Fundação Universidade do Amazonas, conclui que:

"com relação às compras de materiais bibliográficos hou-

ve um aumento considerável no período de 1976/1977 (87%). Já no período de 1977/1978 o aumento foi insignificante (15%)" (25:57). A autora considera esse crescimento muito aquêm ao apresentado pelas demandas no mesmo período.

- b) quanto ao orçamento destinado à biblioteca, relata que. "Do volume de recursos aplicados correspondente a 100% no período de 1976/78, foram alocados para a Biblioteca Central: 21,73% no ano de 1976, 25,24% no ano de 1977 e 27,36% no ano de 1978, o que prova o interesse da administração superior da Universidade do Amazonas em conceder recursos cada vez maiores à Biblioteca Central - se comparado à demanda de todos os órgãos que compõem o universo da Universidade do Amazonas, bem mais amplo" (25:58).

Apesar do crescimento da coleção mencionado anteriormente, Costa considera que o acervo bibliográfico da Universidade do Amazonas "ainda é insignificante para atender o usuário potencial" (25:60). Outros fatores que impedem respostas às demandas são deficiências nas instalações e a descentralização administrativa.

Ferreira (42), na sua avaliação da coleção bibliográfica da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, relaciona o aumento do número de bibliotecários de quatro em 1972 para dezenove em 1978. A evolução dessa biblioteca reflete-se também em um "... prédio próprio, mobiliário adequado, aumento do volume de aquisições, dos usuários e serviços" (48:44). Embora tenha havido um grande aumento das aquisições de livros, nota-se que falta uma melhor orientação no aumento do acervo de livros. O crescimento da coleção por área acompanha a criação de cursos de graduação, a melhor qualificação dos professores correspondendo à obtenção de títulos de mestrado e doutorado, bem como à criação de cursos de especialização e mestrado. A autora atribui o aumento no uso da biblioteca por alunos e professores em 1979 a:

- "a) entrada de novos livros;
- b) retorno dos professores que haviam saído para cursos de especialização, mestrado e doutorado e que passaram a usar muito mais a Biblioteca e a exigir, conseqüentemente, dos alunos, trabalhos de pesquisa constante" (48:50).

Ao analisar os cursos de Zoologia oferecidos por universidades brasileiras, Dundee registra que "Embora os recursos das bibliotecas sejam limitados, são necessários um grande número de livros e periódicos para que um programa de pós-graduação se torne viável" (33:7). Manifesta dessa forma a deficiência de nossas bibliotecas em relação às demandas existentes.

A partir de dados reunidos pela Assessoria de Planejamento Bibliotecário da CAPES/MEC, Carvalho(23) traça o perfil das bibliotecas universitárias em relação a acervo, pessoal, área física, acomodação e orçamento. As informações analisadas de 481 bibliotecas brasileiras cobrem o período de 1977 a 1978. Referindo-se ao acervo, relata que há cerca de oito livros por usuário em potencial; que o tamanho da coleção é determinado pela área física da biblioteca e por seu "staff"; e que o crescimento das coleções de muitas bibliotecas ocorre principalmente devido a doações. Ressalta que há insuficiência no número de bibliotecários considerando a clientela usuária, embora seja satisfatória a relação do número de auxiliares por bibliotecário. Salienta que "As instituições devem garantir salários e condições que valorizem o trabalho bibliotecário, evitando com isto que as bibliotecas universitárias sejam laboratórios de treinamento para futuros profissionais da área especializada" (23:55). Carvalho afirma que as bibliotecas têm sido relegadas nos orçamentos das instituições de ensino superior.

Guerreiro (55) estuda quarenta bibliotecas centrais universitárias sob o aspecto de alocação de recursos para aquisição de material bibliográfico. Em relação

aos recursos financeiros, constata que no período de 1977 a 1978 há um decréscimo na verba destinada a três bibliotecas e essa situação se repete para cinco bibliotecas de 1978 a 1979. A percentagem média de aumento dos orçamentos nesse período se situa entre 38% e 70%. Ao relacionar o orçamento das universidades com os das bibliotecas, verifica que somente três bibliotecas em 1977, seis em 1978 e três em 1979 receberam mais de 1% do orçamento geral de suas respectivas universidades para aquisição de material bibliográfico. Quanto ao pessoal auxiliar, conclui que seu número é insuficiente para a realização de tarefas dos serviços de seleção e aquisição, ocasionando o fato do bibliotecário ter que realizar tarefas não profissionais. Essa situação também é detectada para as bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais por Lima (61:61).

Barreto e Souza estudam o processo de aquisição de material bibliográfico em 149 bibliotecas universitárias, na sua maioria integrantes de universidades federais (7). As informações que forneceram subsídios para a elaboração desse trabalho foram obtidas através de questionário. As autoras relacionam como problemas pertinentes à aquisição de material bibliográfico: dificuldades financeiras, entraves burocráticos e falta de planejamento orçamentário. Esses problemas têm origem no fato da maioria das bibliotecas universitárias não constituir unidades orçamentárias nas instituições de ensino superior e sobreviver com fundos provenientes de fontes financeiras externas. Em muitos casos, não existe uma definição para o emprego desses recursos. As autoras descrevem assim outras causas detectadas: "As dificuldades de obtenção de moeda estrangeira para importação de livros e periódicos, os "tetos" de importação limitados para cada universidade, o crescimento da taxa inflacionária, as retrações crescentes de recursos impostas pela realidade econômica, entre outros aspectos transformaram a cada dia mais moroso, caro e difícil o processo de a

quisição de material bibliográfico" (7:136).

Bettiol, Carvalho e Margalho analisam nove bibliotecas de instituições brasileiras que ministram cursos na área de Arquitetura e Urbanismo, através de dados coletados por questionário em 1980, cujos resultados foram publicados em 1981 (8). Em relação a pessoal, sugerem "Que se ofereça cursos de treinamento/atualização para o desempenho de tarefas típicas de bibliotecas universitárias, tanto para o pessoal técnico como para o de apoio" (8:118). Com base na análise dos dados obtidos, consideram necessárias a continuidade de assinaturas correntes de periódicos e a aquisição de coleções retrospectivas para suprir as lacunas existentes. Outra sugestão apresentada quanto ao acervo é que "Ênfase também deve ser dada a formação de coleções de materiais especiais tais como slides, fotografias, projetos etc" (8:118).

Figueiredo levanta a situação da seleção e aquisição de material bibliográfico em 140 bibliotecas universitárias, por meio de questionário (44). Verifica que oitenta bibliotecas não possuem orçamento próprio e específico para o desenvolvimento de acervo, enquanto cinquenta e sete informam que contam com tal orçamento. Caracteriza as coleções de livros das bibliotecas pesquisadas como falhas, deficientes, desatualizadas e desenvolvidas sem um caráter lógico e consistente. Essa situação deve-se, segundo a autora, à falta constantes de verbas e demoras ocasionadas pela morosidade do processamento técnico das obras. A autora se refere à permuta da seguinte maneira "Para intercâmbio, muitas bibliotecas utilizam material da própria Universidade (81) enquanto várias (37) não o fazem" (44:340).

Em seu trabalho sobre planejamento de sistemas de bibliotecas universitárias (88), Silva relaciona fatores que interferem na constituição desses sistemas. Entre os fatores, são de interesse para este estudo os seguintes: falta de recursos materiais e financeiros, colidin-



- d) tradição precária na área o que atrasa o desenvolvimento de nossos serviços bibliotecários.

Maia afirma "... que a biblioteca é o reflexo da Universidade e representa o nível de ensino e pesquisa que nela se desenvolvem" (63:190), o que pode ser verificado através do nível de sua coleção. Acentua assim a importância da biblioteca universitária como tem sido feito por outros autores já citados. Em relação a pessoal, destaca que "... a restrição atual de contratação tem causado sérios problemas à administração da biblioteca que necessita de equipe qualificada e numericamente suficiente ao desenvolvimento das atividades técnicas e do atendimento aos usuários quanto à orientação e atualização de seus recursos" (63:192). Essa situação segundo a autora, tem ocasionado improvisações e deslocamento de pessoal, prejudicando o atendimento aos usuários.

Ao considerar a biblioteca universitária face ao desenvolvimento da pós-graduação, Miranda (69) não vê a primeira em condições de atender as demandas apresentadas por esse nível de ensino. Classifica os serviços bibliotecários como conservadores e os acervos paupérrimos, e relata que há falta de orçamentos próprios. Referindo-se aos recursos humanos, acentua sua falta de preparação para atender às novas solicitações, além de serem em número insuficiente. "Raras bibliotecas contam com profissionais a nível de mestrado e doutorado" (69:3). Acrescenta que o pessoal mais qualificado está deixando as bibliotecas universitárias em busca de melhores empregos, incluindo os que oferecem maiores condições de realização profissional.

Costa (25), ao analisar o crescimento do acervo da Biblioteca Central da Fundação Universidade do Amazonas, conclui que:

- a) "com relação às compras de materiais bibliográficos hou-

se bibliotecas com acervos pequenos e/ou desatualizados.

De modo geral, as bibliotecas universitárias se ressentem da falta de apoio das instituições a que servem, e um grande número apresenta um quadro insatisfatório. Alguns autores advogam o estabelecimento de padrões como um dos fatores que seriam benéficos às nossas bibliotecas universitárias.

Observa-se um interesse constante pela biblioteca universitária no Brasil, o que pode ser constatado pelo grande número de publicações que discutem vários aspectos do assunto. Mais recentemente, a realização de três seminários dedicados a esse tema confirma esse interesse.

Um ponto comum à maioria dos trabalhos sobre a biblioteca universitária no Brasil é a discussão da situação das bibliotecas de universidades, especialmente as federais. Isso mostra a necessidade de estudos que cubram as bibliotecas de todas as instituições de ensino superior: escolas isoladas e universidades das redes particular e pública.

#### 4 METODOLOGIA

Este estudo pretende verificar a situação real em que se encontram as bibliotecas que atendem aos estabelecimentos de ensino superior de Minas Gerais, examinando as condições que lhes são fornecidas para que possam, efetivamente, desempenhar seu papel.

##### 4.1 População

O universo desta pesquisa é constituído pelas instituições que ministram o ensino superior, a nível de graduação e de pós-graduação, no Estado de Minas Gerais.

Para a obtenção do nome e endereço dessas instituições, consultaram-se três publicações: O Ensino Superior em Minas Gerais - estudo descritivo, Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior e Guia das Bibliotecas Universitárias - Região Sudeste. A utilização dessas três fontes teve como objetivo alcançar um maior grau de confiabilidade na relação dos estabelecimentos de ensino superior, evitando, dessa maneira, a omissão de algum deles na pesquisa.

A obra O Ensino Superior em Minas Gerais - estudo descritivo, publicado pela Delegacia Regional do MEC em Minas Gerais (16) é a que apresenta a relação mais completa de instituições. Fornece também dados considerados de interesse para este estudo, como endereço e telefone dos estabelecimentos, nome de secretários e dos cursos ministrados. Somente três das informações prestadas estavam desatualizadas: o nome de dois secretários e o endereço de uma escola. A mudança desses secretários não ocasionou problemas para a obtenção dos dados sobre as respectivas instituições. Devido à abrangência e atualização de seus dados, a obra foi considerada a melhor para os propósitos desta pesquisa e selecionada como lista básica.

O Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior, editado pela Secretaria Geral do MEC em 1978 (20), talvez por ter sido publicado antes da obra citada acima, inclui um número menor de estabelecimentos.

O Guia das Bibliotecas Universitárias Brasileiras - Região Sudeste, publicado em 1979 pela CAPES (15), relaciona principalmente as bibliotecas que pertencem a universidades, incluindo apenas algumas de escolas isoladas. Isso restringe sua utilização por um estudo que pretenda abranger toda a população.

Tendo as fontes consultadas passado por um processo de editoração, possivelmente houve uma desatualização de seus dados. Consultou-se, pessoalmente, a Delegacia de Ensino Superior da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, onde se obtiveram informações mais atualizadas, como novos cursos, mudança de endereços, etc.

Após a consulta às fontes e ao órgão mencionados, determinou-se a relação dos estabelecimentos de ensino superior que deveriam ser pesquisados, num total de 128. Dessa forma, a população que é objeto deste estudo constitui-se de escolas isoladas, associação de escolas e universidades, tanto da rede pública como da particular, como se verifica na tabela 2.3.1 deste trabalho.

#### 4.2 Conceituação dos termos usados

##### Estabelecimento ou instituição de ensino superior:

É aquele que ministra o ensino de terceiro grau e que confere o grau acadêmico de graduação em uma especialidade aos que atendem os requisitos de seu curso. O termo se aplica também ao estabelecimento que fornece cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), uma vez que esse nível de ensino se encontra muito relacionado

com o de graduação, no Brasil. Por esse motivo, os cursos de graduação e de pós-graduação estão listados, no Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior publicado pelo MEC (20), sob o nome do estabelecimento que os ministra.

Adotou-se a classificação dos estabelecimentos de ensino superior apresentada pelo MEC (20). Quanto à subordinação administrativa, as instituições se classificam em universidade, associação ou federação de escolas e escola isolada. Em relação à subordinação financeira, têm-se os estabelecimentos estadual, federal, municipal e particular. Os três primeiros representam a participação do poder público como órgão mantenedor do ensino superior.

#### Biblioteca universitária:

Gelfand denomina como universitária: "... uma biblioteca que é parte integrante de uma instituição de ensino superior (faculdade, universidade) ... na qual se ministra ensino e se conduzem pesquisas em uma ou mais áreas das letras e das ciências e que está habilitada a conferir títulos, diplomas ou certificados" (51:16).

A Unesco considera como bibliotecas universitárias, aquelas "... dedicadas primordialmente ao serviço dos estudantes e do pessoal docente das universidades e outras instituições de ensino superior. Podem também estar abertas ao público. Convém distinguir entre:

- Biblioteca universitária principal ou central, ou um grupo de bibliotecas que podem ter locais distintos, mas que dependam de um único diretor;
- As bibliotecas de centros ou de departamentos universitários que não estejam dirigidas ou administradas pela biblioteca universitária principal ou central;
- As bibliotecas de instituições de ensino superior que não constituem parte de uma universidade" (36:77).

Para fins operacionais deste estudo, consideraram-se como pré-requisitos para se conceituar uma biblioteca como universitária: a existência de um local específico para sua coleção, pessoal e leitores; a disponibilidade de pessoal que trabalhe no local mencionado anteriormente, atuando junto à coleção e usuários; a existência de uma coleção representada por livros, periódicos, materiais audiovisuais, etc; a existência de serviço de atendimento a professores e alunos da instituição a que está filiada; o recebimento de um "quantum" do orçamento da instituição para aquisição de seu acervo. A inexistência de um desses itens, contudo, não invalida respostas, uma vez que se objetiva conhecer a situação real das bibliotecas universitárias em Minas Gerais, no período de 1975 a 1979.

Para maior esclarecimento de outros conceitos utilizados, adotaram-se as seguintes definições propostas pela Unesco:

- a) "É considerado como acervo (coleção) de uma biblioteca o conjunto de documentos postos à disposição dos leitores;
- b) É considerado aquisição anual o conjunto de documentos que tenha enriquecido o acervo durante o ano, por compra, doação, intercâmbio ou de qualquer outra forma" (36:75),
- c) "Consideram-se despesas ordinárias os gastos que ocasionam o funcionamento da biblioteca. A este respeito costumam distinguir-se:
  - Despesas com pessoal: total gasto com ordenados, subsídios e outras despesas do mesmo gênero;
  - Despesas com aquisição: total gasto com os documentos adquiridos pela biblioteca (impressão, manuscritos e ... (36:76).

#### 4.3 Hipóteses

Propuseram-se as seguintes hipóteses, com o objetivo de se obterem subsídios para uma melhor análise das bibliotecas universitárias mineiras:

Primeira hipótese:

Os recursos financeiros fornecidos às bibliotecas universitárias mineiras para a compra de seus acervos têm decrescido em valor real no período de 1975 a 1979.

Segunda hipótese:

Os gastos das bibliotecas de instituições mineiras de ensino superior com a aquisição de seus materiais bibliográficos e não bibliográficos apresentam um crescimento inferior aos gastos globais de suas instituições mantenedoras no quinquênio estudado.

Terceira hipótese:

O número de materiais bibliográficos e não bibliográficos disponíveis nos acervos das bibliotecas universitárias mineiras por usuário e curso tem decrescido no período de 1975 a 1979.

Quarta hipótese:

A proporção de pessoal das bibliotecas universitárias de Minas Gerais por usuário tem decrescido nesse período de tempo.

#### 4.4. Coleta de dados

Os dados utilizados neste estudo foram coletados através de questionário enviado a todas as instituições mineiras de ensino superior. Essa etapa abrangeu o período de abril de 1980 a janeiro de 1981, quando se receberam os últimos questionários respondidos ou os dados que completavam questões anteriormente não respondidas. A partir de fevereiro de 1981, iniciou-se a apuração das respostas obtidas.

#### 4.4.1 Instrumento de coleta de dados

Dois motivos influenciaram a escolha do questionário como instrumento de coleta de dados:

- a) a natureza das informações a serem obtidas;
- b) a possibilidade de pesquisar, de maneira mais rápida e menos onerosa, uma população dispersa por cinquenta e seis cidades do Estado de Minas Gerais

O questionário (anexo 8.1) foi elaborado de forma a atender os requisitos de objetividade, clareza e concisão, a fim de facilitar sua compreensão e preenchimento pelos estabelecimentos educacionais consultados. As questões apresentadas podem ser reunidas em dois grandes grupos: dados sobre a instituição e dados sobre a biblioteca. A primeira parte, referente à instituição, corresponde às questões um a dez. As informações obtidas nesta parte visam permitir que se delineie um perfil da instituição no que se refere a sua subordinação administrativa e financeira, a cursos, a corpos docente e discente, a pessoal técnico-administrativo e a recursos financeiros. A questão onze e suas subdivisões pretendem conseguir dados sobre a biblioteca. Solicitaram-se informações sobre o ano de sua criação, o acervo, os recursos financeiros e humanos, incluindo o treinamento de bibliotecários. A questão 12, deixada em aberto, representou uma oportunidade para os respondentes fornecerem informações adicionais e esclarecimentos que considerassem importantes.

Deve-se observar que as microformas não foram consideradas como um tipo de material, como livro, periódico etc, uma vez que constituem uma forma física de apresentação de um documento que pode ser um livro, um fascículo de periódico, entre outros. Caso as microformas apresentassem um conteúdo informacional próprio que as distinguíssem dos outros tipos de material, então seriam solicitados dados específicos sobre as mesmas.



Em relação aos recursos financeiros das instituições e das bibliotecas, solicitaram-se dados sobre gastos. Não foram pedidas informações sobre orçamentos, pois muitas vezes sofrem modificações devido a suplementações ou outras alterações. Procurou-se obter dados sobre gastos, objetivando um maior rigor ao se descrever a situação sob o aspecto financeiro.

Após a elaboração do questionário, realizou-se um pré-teste com instituições de diferentes subordinações administrativa e financeira com os objetivos de:

- a) verificar se a linguagem utilizada tinha o mesmo sentido para o respondente e o pesquisador;
- b) averiguar a possibilidade real de se obterem as respostas, e, em caso negativo, as razões para a recusa;
- c) observar o esforço exigido no seu preenchimento. Considerou-se que se o esforço necessário fosse muito grande, poderia constituir um grande obstáculo ao fornecimento das respostas.

Em resumo, o pré-teste serviu para medir a compreensão do questionário e a possibilidade real de se obterem respostas. Após sua realização alguns termos foram substituídos por outros mais utilizados pelos respondentes. Apesar dessas precauções, houve um baixo nível de respostas à questão 11.8, onde se solicitava a indicação dos gastos com treinamento de bibliotecários. Por esse motivo, não serão apresentados os dados referentes a esse item.

#### 4.4.2 Procedimento de coleta de dados

A primeira remessa do questionário a todos os estabelecimentos mineiros de ensino superior, por correio, foi feita nos dias 8 e 9 de abril de 1980. Duas cartas, uma da coordenadora do curso de pós-graduação em administração de bibliotecas (anexo 8.2.1) e a outra da autora deste estudo

(anexo 8.2.2) acompanharam o questionário. Essas cartas visavam predispor favoravelmente os informantes a responderem o questionário. Foram endereçadas aos secretários, uma vez que os dados solicitados referiam-se à instituição bem como à biblioteca.

Em 10 de junho, enviou-se uma segunda carta da coordenadora do curso (anexo 8.3). Essa correspondência reiterou o pedido de devolução do questionário preenchido, comunicando a disponibilidade da autora deste para fornecer informações adicionais consideradas necessárias ou para enviar uma outra cópia do questionário caso não tivesse sido recebido. Como consequência do envio desse ofício, outros questionários foram solicitados e, prontamente, remetidos havendo um fluxo maior de respostas na época. Entretanto, o índice de respostas ainda era inferior ao desejado. Visando aumentar o número de questionários preenchidos, enviou-se outra carta (anexo 8.4) em 11 de julho, acompanhada dos ofícios incluídos como anexos 8.2.1 e 8.3 deste trabalho.

Mantiveram-se também contatos telefônicos com as secretarias e/ou bibliotecas dos estabelecimentos de ensino na tentativa de se alcançar uma margem maior de retorno. Tendo em vista esse objetivo, trinta e duas instituições - quinze da capital e dezessete do interior - foram visitadas e vinte e sete preencheram o questionário. O resultado das observações realizadas durante as visitas encontra-se registrado junto à análise dos dados. Dessa forma, buscou-se complementar as informações obtidas através do questionário.

Durante o período de coleta de dados, todo questionário recebido era verificado. No caso de questões não respondidas ou com dados incompletos, enviaram-se cartas às instituições, que em grande número responderam-nas positivamente. Somente a correspondência de uma instituição foi devolvida pelo correio, devido à mudança de endereço da escola.

Encerrado o período de coleta de dados, noventa e duas instituições de ensino superior (anexo 8.5) haviam de volvido os questionários preenchidos. Obtiveram-se, assim, informações correspondentes a 72% da população pesquisada.

#### 4.5 Apresentação dos resultados

Os dados obtidos por esta pesquisa e sua análise estão reunidos em dois itens:

- a) dados sobre as instituições de ensino superior, descrevendo o sistema maior onde a biblioteca atua e a que se subordina;
- b) dados sobre as bibliotecas, descrevendo aspectos relativos a acervo, pessoal e recursos financeiros, relacionando-os com as informações sobre as instituições, de forma a permitir a visualização da interação entre essas duas organizações.

Os dados estão registrados sob a forma de tabela, cuja apresentação observa a norma do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (47). Como decorrência do enfoque deste estudo, a maioria desses estão agrupados por instituições segundo sua subordinação financeira. Utilizou-se o cálculo de índices para determinados dados, procurando proporcionar uma melhor visão da situação ou facilitar sua comparação e análise.

Para apresentação das informações referentes aos cursos de graduação e de pós-graduação por campo de conhecimento, adotaram-se as categorias registradas pelo MEC em sua publicação: Listagem e Classificação dos Cursos de Graduação do Ensino Superior (19).

Determinaram-se os intervalos de tempo utilizados nas tabelas referentes às datas de criação dos cursos de graduação e de pós-graduação e das bibliotecas, de acordo com

o desenvolvimento histórico da educação brasileira, como descrito no capítulo 2 deste trabalho. Deu-se destaque aos anos cobertos por esta pesquisa separando-os anualmente, de modo a possibilitar comparações com outros dados do mesmo período.

## 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos através da coleta de dados possibilitam que se caracterize as instituições de ensino superior em Minas Gerais, suas bibliotecas, e que se faça relacionamentos entre elas quanto aos recursos bibliográficos, humanos e financeiros.

### 5.1 Caracterização das instituições de ensino superior em Minas Gerais

A maioria das instituições de ensino superior em Minas Gerais pertence à rede privada, que corresponde a 84,78% das respostas obtidas. Caso se reunissem os estabelecimentos a cargo do poder público (estadual, federal e municipal), esses representariam somente 15,22%. Entretanto, a maioria das universidades se encontra sob a responsabilidade do governo federal. A rede particular detém o maior número de escolas isoladas e, também, é a que apresenta os três tipos de instituições de ensino superior segundo sua subordinação administrativa. Os governos estaduais e municipais subvencionam apenas escolas isoladas, como pode ser constatado na tabela 5.1.1.

TABELA 5.1.1 - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM MINAS GERAIS, SEGUNDO SUAS SUBORDINAÇÕES FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA - 1979

SUBORDINAÇÃO ADMINISTRATIVA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA	Escola isolada	Federação de escolas	Universidade	TOTAL	
				Nº	%
Estadual .....	3	2	2	3	3,26
Pública Federal .....	5	2	5	10	10,87
Municipal ....	1	2	2	1	1,09
Particular .....	74	3	1	78	84,78
TOTAL .....	83	3	6	92	100,00

No cômputo geral, as escolas isoladas representam 92,22% das instituições de ensino superior em Minas Gerais; as universidades 6,52%; e as federações de escolas 3,26%.

Os dados apresentados na tabela 5.1.1, coincidem com os registrados na tabela 2.3.1, incluída no segundo capítulo deste trabalho. Esse fato proporciona uma alta margem de representatividade das informações coletadas por esta pesquisa e uma maior segurança para sua análise e conclusões.

Pode-se observar a presença predominante das instituições da rede particular no ensino superior em Minas Gerais. Esse fato não retrata uma característica exclusiva desse Estado, mas representa a educação de terceiro grau no Brasil como um todo, conforme informações de trabalhos consultados sobre o assunto.

Em relação ao ensino ministrado por estabelecimentos particulares, deve ser lembrado que é subvencionado, substancialmente, pelos próprios alunos através do pagamento de mensalidades.

Um dado relevante apresentado na tabela 5.1.1 refere-se à alta percentagem de escolas isoladas, o que não reproduz as prioridades estabelecidas pela Reforma Universitária de 1968, o que já foi comentado na introdução deste trabalho. Quando se propôs a universidade como instituição prioritária no desenvolvimento do ensino superior no Brasil, acredita-se que era esperado um maior entrosamento entre os vários campos do conhecimento, cobertos pelo ensino superior, e entre as pessoas envolvidas nesse processo educacional. Por outro lado, evitar-se-ia a duplicação de meios para fins idênticos, conforme apregoado pela reforma administrativa. Um sistema de ensino bem entrosado proporciona maiores possibilidades para os alunos e professores envolvidos. Entretanto, na realidade o que se constata é uma maioria de escolas isoladas.

A média de cursos de graduação por instituição é de quatro. Apesar de se encontrar escolas isoladas que oferecem até nove cursos, muitas delas ministram somente um curso. Quando oferecem um número maior, na maioria das vezes os cursos pertencem a áreas afins de conhecimento. É nas universidades que se verifica uma concentração maior de cursos, entre dezoito e trinta e sete, que abrangem vários campos do conhecimento humano.

Da mesma forma que a rede particular detém o maior número de instituições de ensino superior, essa também retém o maior número de cursos de graduação - 66,94% (tabela 5.1.2). Verifica-se, assim, uma grande participação da iniciativa particular no ensino de graduação (tabelas 5.1. e 5.1.2).

TABELA 5.1.2 - CURSOS DE GRADUAÇÃO DISTRIBUÍDOS PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1979

INSTITUIÇÕES	Nº	%
Estadual .....	7	1,90
Pública Federal .....	114	30,89
Municipal	1	0,27
Particular .....	247	66,94
TOTAL .....	369	100,0

Os cursos da área de Ciências Humanas e Sociais constituem 51,49% do total dos cursos oferecidos com uma maior concentração nos estabelecimentos particulares (tabela 5.1.3). Já se podia esperar essa percentagem, uma

vez que "dos 380 cursos de graduação autorizados (em Minas Gerais) entre 1962-1977, 225 cursos (60%) pertencem à área de Ciências Humanas-Sociais" (2:13). Isso se pode explicar pelo fato de que esses cursos exigem um menor investimento em sua implantação e manutenção, e não são necessários equipamentos caros para se criarem laboratórios. Por outro lado, muitos desses cursos funcionam à noite, possibilitando assim àqueles que se sustentam através do trabalho diurno, a oportunidade de frequentar um estabelecimento de ensino de nível superior, como Freitag explica em seu livro: Escola, Estado e Sociedade (46).

A área de conhecimento que apresenta o segundo maior número de cursos - 29,54% - é a de Ciências Exatas e Tecnológicas, seguida pela de Ciências Biológicas e da Saúde - 12,47%, pela de Ciências Agrárias e Rural - 4,88%, e por último aparece a de Artes - 1,62%. Considerando a situação do país que apresenta sérios problemas de saúde, a necessidade de um melhor aproveitamento do solo em relação à agricultura e o programa desenvolvimentista do governo, esperar-se-ia e seria desejável que as proporções em relação a essas áreas fossem diferentes. Se assim fosse, poder-se-ia dizer que o ensino superior realmente retrataria as necessidades sociais e econômicas do país, e que apresentaria maiores condições de atender seus problemas mais prementes.

A cobertura dos diversos campos do conhecimento por meio de cursos de graduação é realizada pelos estabelecimentos da rede pública federal, contudo o fazem em proporções diferentes para as diversas áreas (tabela 5.1.3).



TABELA 5.1.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO  
 POR ÁREAS DE CONHECIMENTO E INSTITUIÇÕES SEGUNDO  
 SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1979

INSTITUIÇÕES ÁREAS DE CONHECIMENTO	Pública						Particular		TOTAL	
	Estadual		Federal		Municipal		Nº	%	Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
Ciências Humanas e Sociais .....	7	3,68	34	17,89	1	0,53	148	77,90	190	100,00
Ciências Exatas e Tecnologia ....	Z	Z	38	34,86	Z	Z	71	65,14	109	100,00
Ciências Biológi- cas e Profissões da Saúde .....	Z	Z	24	52,17	Z	Z	22	47,83	46	100,00
Ciências Agrárias e Rural.....	Z	Z	13	72,22	Z	Z	5	27,78	18	100,00
Artes .....	Z	Z	5	83,33	Z	Z	1	16,67	6	100,00

O número dos cursos de graduação quanto à sua situação frente à legislação do MEC encontra-se representado na tabela 5.1.4.

TABELA 5.1.4 - NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DE ACORDO COM SUAS DATAS DE CRIAÇÃO, AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO PELO MEC E POR INSTITUIÇÃO SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA.

INSTITUIÇÕES - SITUAÇÃO DOS CURSOS	ANOS							
	até 1959	1960- 1969	1970- 1974	1975	1976	1977	1978	1979
<b>Pública</b>								
Estadual - Criação .....	Z	5	1	Z	Z	Z	1	Z
- Autorização ...	Z	4	2	Z	Z	Z	1	Z
- Reconhecimento	Z	Z	4	2	Z	Z	1	Z
Federal - Criação .....	40	14	20	8	3	1	1	4
- Autorização ...	40	14	20	6	5	1	1	4
- Reconhecimento	44	16	7	9	7	5	6	5
Municipal - Criação .....	Z	1	Z	Z	Z	Z	Z	Z
- Autorização ...	Z	Z	Z	1	Z	Z	Z	Z
- Reconhecimento	Z	Z	Z	1	Z	Z	Z	Z
<b>Particular</b>								
- Criação .....	23	96	96	18	3	3	4	4
- Autorização ...	20	84	103	20	3	3	4	10
- Reconhecimento	15	10	65	38	44	16	18	17

A falta de resposta quanto à data de criação e autorização de vinte e três cursos dificulta a realização da análise dos dados apresentados na tabela 5.1.4, mas não a impede. Dessa forma, observa-se que até 1969 criou-se o maior número de cursos de graduação oferecidos em Minas Gerais. Entretanto, é na década de setenta que se concentra o maior número de autorizações e reconhecimentos de cursos de graduação mineiros, época que corresponde à maior expansão do ensino superior no Estado.

Dos cursos oferecidos por duas universidades federais, treze não são reconhecidos, bem como dois cursos ministrados por uma escola isolada federal. Os demais cursos não reconhecidos pertencem à rede particular, assim distribuídos: um pela universidade, quatro por duas federações de escolas e dezenove por treze escolas isoladas. No total, tem-se trinta e nove cursos de graduação não reconhecidos ministrados por dezenove estabelecimentos de ensino superior em Minas Gerais.

A situação dos cursos de graduação frente ao MEC possui importância do ponto de vista da biblioteca universitária, uma vez que as resoluções do Conselho Federal de Educação que fixam normas para a autorização de funcionamento e reconhecimento dos cursos de graduação e das universidades relacionam uma biblioteca dotada de um acervo representativo e capaz de prestar serviços aos professores e alunos, como um dos itens obrigatórios para a regularização dos cursos frente ao MEC. Considerando esse fato e o número de cursos autorizados e reconhecidos, espera-se que as bibliotecas que atendem a esses cursos possuam uma coleção significativa e pessoal capacitado para prestar serviços a seus usuários.

Das instituições que responderam ao questionário, treze (14,13%) ministram cursos de pós-graduação. Esses são oferecidos por seis escolas isoladas particulares e duas federais, e por uma universidade privada e quatro federais. A rede particular detém 37% dos cursos e a rede pública federal, 63%. Há uma concentração maior de cursos de pós-graduação nas universidades. Observa-se uma diversificação nos níveis dos cursos entre a rede particular e a pública federal: enquanto a primeira ministra somente cursos de especialização, a segunda o faz nos três níveis - especialização, mestrado e doutorado (tabela 5.1.5).

TABELA 5.1.5 - NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
SEGUNDO SEU NÍVEL, POR INSTITUIÇÕES DE ACORDO COM  
SUAS SUBORDINAÇÕES FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA - 1979

NÍVEIS DOS CURSOS		Especialização	Mestrado	Doutorado	TOTAL
INSTITUIÇÕES					
Pública	Escola isolada ...	2	7	2	7
Federal	Universidade .....	14	32	10	56
Particular	Escola isolada ..	36	2	2	36
	Universidade ....	1	2	2	1
TOTAL .....		51	39	10	100

A área de conhecimento que detém o maior número de cursos de pós-graduação é a de Ciências Biológicas e Profissões da Saúde - 45%. A segunda área mais servida nesse nível de ensino é a de Ciências Agrárias e Rural - 21%. Em ordem decrescente, tem-se os campos das Ciências Humanas e Sociais (18%), Ciências Exatas e Tecnologia (15%), e por último, Artes (1%). Esse fato pode ser constatado na tabela 5.1.6.

5.1.6 - NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO E POR INSTITUIÇÕES, SEGUNDO SUAS SUBORDINAÇÕES FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA - 1979

INSTITUIÇÕES ÁREAS DE CONHECIMENTO	Particular		Pública Federal		TOTAL
	Escola Isolada	Universidade	Escola Isolada	Universidade	
Ciências Humanas e Sociais .....	10	1	2	7	18
Ciências Exatas e Tecnologia ....	2	2	2	11	15
Ciências Biológicas e Profissões da Saúde .....	24	2	2	21	45
Ciências Agrárias e Rural .....	2	2	5	16	21
Artes .....	2	2	2	1	1
TOTAL .....	36	1	7	56	100

A representação das diversas áreas de conhecimento nos cursos de graduação e de pós-graduação apresenta-se de formas diversas, o que nos leva a indagar sobre a existência de diretrizes diferenciadas para esses níveis de ensino. Entretanto não se encontrou referência a esse ponto na literatura consultada, o que não fornece subsídios para uma análise mais profunda.

A situação dos cursos de pós-graduação em relação a seu credenciamento pelo MEC encontra-se descrita na tabela 5.1.7. Entretanto, a falta de respostas por parte de

trinta e sete cursos federais a respeito de seu credenciamento dificulta a análise desses dados, uma vez que representam 37% dos cursos de pós-graduação oferecidos no Estado de Minas Gerais até 1979. Dos cursos de pós-graduação, tem-se vinte e três sem credenciamento, pertencendo a seis instituições particulares e dezessete a públicas federais. A falta desses dados poderia alterar o último número registrado.

TABELA 5.1.7 - DATA DE CRIAÇÃO E CREDENCIAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES MANTENEDORAS

INSTITUIÇÕES ANOS	Pública Federal		Particular	
	Criação	Credenciamento	Criação	Credenciamento
até 1959 .....	2	2	2	2
1960 a 1969 ..	19	2	16	16
1970 a 1974 ..	27	2	7	5
1975 .....	7	1	2	2
1976 .....	7	5	2	2
1977 .....	2	2	2	2
1978 .....	2	2	2	2
1979 .....	1	1	6	6
TOTAL .....	63	9	37	35

A época de criação dos primeiros cursos de pós-graduação em Minas Gerais - década de sessenta - coincide com a época de início de uma maior expansão do ensino superior no Brasil. Talvez esse fato tenha influenciado a criação dos

cursos de pós-graduação no Estado, seja por meio de incentivos a esse nível de ensino, seja através de outros mecanismos.

Em Minas Gerais, foi na década de setenta que se criou o maior número de cursos de pós-graduação, e, de 1975 a 1979, ocorreu o credenciamento de um número maior em comparação com os anos anteriores. Não se pode deixar de lembrar que nesse Estado é a partir de 1970 que o ensino superior manifesta um maior impulso.

Das noventa e duas instituições que responderam ao questionário, dezenove (20,65%) realizam pesquisa e um estabelecimento informou que pretendia iniciar atividades nesse setor a partir de 1980. Uma das instituições não possui uma coordenadoria de pesquisa e outra não recebe ajuda financeira para essa atividade. A rede particular apresenta o maior número de instituições empenhadas em pesquisas - 57,89%, seguida pelas públicas federal - 31,58% , e estadual - 10,53%. A instituição municipal não desenvolve atividades nesse campo (tabela 5.1.8).

TABELA 5.1.8 - NÚMERO DE INSTITUIÇÕES MINEIRAS DE ENSINO SUPERIOR QUE REALIZAM PESQUISAS, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79

INSTITUIÇÕES	Nº	%
Estadual .....	2	10,53
Pública Federal .....	6	31,58
Municipal .....	2	2
Particular .....	11	57,89
TOTAL .....	19	100,00

Considerando as instituições que apresentaram projetos de pesquisa à sua coordenadoria de pesquisa e receberam ajuda financeira, os maiores números registrados no período de 1975 a 1979 pertencem à rede pública federal. Em segundo lugar, encontram-se os estabelecimentos que pertencem à rede privada, e por último, tem-se os públicos estaduais. Esses não receberam ajuda financeira para seus projetos de pesquisa em 1975 e 1976, como pode ser verificado na tabela 5.1.9.

TABELA 5.1.9 - NÚMERO DE PROJETOS DE PESQUISA APRESENTADOS ÀS COORDENADORIAS DE PESQUISA E QUE RECEBERAM AJUDA FINANCEIRA, POR INSTITUIÇÕES SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79

ANOS - PROJETOS  INSTITUIÇÕES	1975		1976		1977		1978		1979	
	Apresentados	Financiados	Apresentados	Financiados	Apresentados	Financiados	Apresentados	Financiados	Apresentados	Financiados
Pública Estadual ....	4	2	10	2	2	2	3	4	5	4
Federal .....	670	300	353	150	423	211	448	271	533	296
Particular .....	21	20	41	40	52	49	34	22	69	52
TOTAL .....	695	320	404	190	477	262	485	297	607	352

Comparando os dados registrados nas tabelas 5.1.8 e 5.1.9, verifica-se que as instituições públicas federais apresentam uma maior participação em pesquisa. Seu rendimento em termos de projetos é mais numeroso e assume uma proporção de maior destaque quando confrontado ao da rede particular, ao se observar que essa detém mais instituições envolvidas nessa atividade.



A legislação brasileira que traçou as diretrizes da reforma do ensino superior em 1968, posiciona a atividade de pesquisa juntamente com as de ensino e de extensão, como os pontos centrais em torno dos quais deve se guiar e manter a educação superior. Diante dessa colocação do próprio governo, esperava-se uma maior percentagem de instituições que realizam pesquisa, bem como um número maior de projetos e melhor ajuda financeira aos mesmos, e não os dados apresentados nas tabelas 5.1.8 e 5.1.9.

A realização de pesquisa deve constituir uma maneira do ensino superior se aprimorar, contribuir para um melhor conhecimento da realidade de nosso país, e procurar ajudar na resolução dos problemas existentes em seus diversos setores. Contudo, ao se observar as respostas fornecidas e sintetizadas nas tabelas 5.1.8 e 5.1.9, não se pode considerar a pesquisa como uma atividade contínua e com presença marcante no ensino superior, pois infelizmente é o o posto que ocorre.

As instituições federais detêm um número maior de professores no quinquênio 1975-79, em comparação com as demais. Em ordem decrescente de número de docentes que empregam, relacionam-se os estabelecimentos particulares, estaduais e municipal de ensino, como pode ser observado na tabela 5.1.10. Infelizmente, o número de professores por instituições não se mantém constante ou em crescimento, exceto para os estabelecimentos federais. Verifica-se, na tabela 5.1.10, um decréscimo no número de professores contratados em instituições particulares em 1978, estaduais em 1978 e 1979, e municipal em 1979. Entretanto, nesses mesmos anos o número de alunos de graduação desses estabelecimentos cresce, exceto o das instituições estaduais em 1978, conforme dados registrados na tabela 5.1.13. Dessa forma não parece existir uma relação direta entre o número de professores e o de alunos de graduação, com exceção da rede pública federal.

TABELA 5.1.10 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79

INSTITUIÇÕES	1975		1976		1977		1978		1979	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pública										
Estadual ..	128	1,84	133	1,74	136	1,67	105	1,26	115	1,21
Federal ...	3802	54,76	4086	53,35	4425	54,31	4674	56,15	5389	56,85
Municipal..	9	0,13	10	0,13	16	0,20	22	0,26	20	0,21
Particular ..	3004	43,27	3430	44,78	3570	43,82	3524	42,33	3956	41,73
TOTAL .....	6943	100,00	7659	100,00	8147	100,00	8325	100,00	9480	100,00

(1) Obtiveram-se respostas de 87 instituições referentes aos dados de 1975 a 1978, e de 92 em 1979.

Os docentes com cursos a nível de graduação representam mais de 50% no período de 1975 a 1978. Em 1979, apesar de decrescer o número de professores com essa formação acadêmica, sua percentagem em relação aos demais não está muito abaixo da metade (46,61%). Dessa forma, constituem uma parcela significativa dos que se dedicam ao ensino superior em Minas Gerais. Observam-se variações no número de professores com cursos de especialização e doutorado, enquanto cresce o número de docentes com titulação de mestre no quinquênio 1975-79. O número de professores que possui a livre docência decresce em 1979, apesar de ainda se manter superior aos registrados para os anos de 1975 a 1977 (tabela 5.1.11)

TABELA 5.1.11 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DE ACORDO COM SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA - 1975-79

FORMAÇÃO ACADÊMICA	1975		1976		1977		1978		1979	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Graduação...	3876	58,05	3672	50,93	3990	51,25	4122	52,17	4419	46,61
Especialização	1878	28,13	2435	33,78	2496	32,06	2395	30,31	3092	32,62
Mestrado ...	391	5,86	516	7,16	680	8,73	668	8,45	1121	11,83
Doutorado ..	413	6,18	428	5,94	447	5,74	524	6,63	665	7,01
Livre- Docência ..	119	1,78	158	2,19	173	2,22	193	2,44	183	1,93
TOTAL .....	6677	100,00	7209	100,00	7786	100,00	7902	100,00	9480	100,00

(1) Foram computados dados de 83 instituições nos anos de 1975 a 1978 e de 92 em 1979.

Observando a variação do número de professores de acordo com sua formação acadêmica, espera-se em contrapartida que tenha havido uma melhoria no ensino ministrado pelos mesmos. Uma vez que se acredita que professores mais qualificados tenham maiores condições de desenvolver um melhor programa de ensino a nível de graduação e de pós-graduação, sendo que a existência desse último nível exige docentes com titulação de mestre e/ou doutor. Por outro lado, espera-se que esses professores apresentem maior capacidade e habilidade para o desenvolvimento de atividades de pesquisa.

Em relação ao tempo dedicado pelos docentes às suas atividades em instituições de ensino superior, observa-se

um crescimento quanto à tendência de trabalharem em tempo integral, exceto os da instituição municipal que pertencem ao regime de tempo parcial (tabela 5.1.12). Apesar da tendência citada, no cômputo geral mais da metade dos professores trabalham em tempo parcial (78,97% em 1975; 73,85% em 1976; 68,45% em 1977; 65,69% em 1978; e 61,15% em 1979).

TABELA 5.1.12 - NÚMERO DE PROFESSORES POR REGIME DE TRABALHO E POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79

ANOS INSTITUIÇÕES	1975		1976		1977		1978		1979	
	TP	TI	TP	TI	TP	TI	TP	TI	TP	TI
Pública										
Estadual..	123	5	124	9	123	13	88	17	91	24
Federal ..	2580	1222	2396	1690	2205	2280	2118	2556	2141	3248
Municipal.	9	2	10	2	16	2	22	2	20	2
Particular..	2771	233	3126	304	3235	335	3241	283	3545	411
TOTAL .....	5483	1460	5656	2003	5579	2568	5469	2856	5797	3683

TP = Tempo parcial

TI = Tempo integral

(1) Obtiveram-se respostas de 87 instituições para os anos de 1975 a 1978 e de 92 para 1979.

Observando os dados coletados sobre os professores, esperava-se que as instituições particulares possuísem um número superior ao das públicas federais, uma vez que as primeiras ministram um número maior de cursos de graduação. Caso se considere o regime de trabalho dos docentes, cresce o número de professores das instituições públicas se

derais. Diante desses fatos, pode-se esperar um melhor rendimento quanto às atividades de pesquisa (conferir com os dados das tabelas 5.1.8 e 5.1.9).

Os estabelecimentos da rede privada de ensino superior possuem o maior número de alunos de graduação, pois em termos percentuais, representam mais de 60% dos discentes no quinquênio 1975-79. Nesse último ano, cresce o número de alunos de graduação em todos os tipos de instituição. Durante o período estudado, observa-se um decréscimo pequeno dos alunos de graduação dos estabelecimentos estaduais de 1976 a 1978, e dos federais em 1978 (tabela 5.1.13).

TABELA 5.1.13 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79

INSTITUIÇÕES	1975		1976		1977		1978		1979	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pública										
Estadual..	1647	2,12	1615	1,98	1526	1,75	1562	1,72	1702	1,63
Federal...	29253	37,73	29871	36,72	31469	36,13	31462	34,56	38119	36,53
Municipal.	100	0,13	180	0,22	265	0,30	335	0,37	360	0,35
Particular..	46541	60,02	49687	61,08	53842	61,82	57665	63,35	64162	61,49
TOTAL .....	77541	100,00	81353	100,00	87102	100,00	91024	100,00	104343	100,00

(1) Computaram-se dados de 90 instituições nos anos de 1975 a 1978, e de 92 em 1979.

O fato dos estabelecimentos de ensino superior da rede particular congregarem o maior número de alunos de graduação bem como o de cursos desse nível, cria a expectativa de que detenham também o maior número de professores, o que não ocorre. Pode-se observar esses dados nas tabelas 5.1.10 e 5.1.13.

Observa-se uma maior incidência de alunos de pós-graduação nas instituições da rede pública federal, com um percentual superior a 60% no quinquênio 1975-79 (tabela 5.1.14). Esse resultado pode ser facilmente entendido ao se analisar as tabelas 5.1.5 e 5.1.6 e compará-las com os dados da tabela 5.1.14. São os estabelecimentos federais que oferecem um número maior de cursos de pós-graduação, abrangendo seus três níveis: especialização, mestrado e doutorado, bem como as diversas áreas de conhecimento. Somando a esses dados o fato de que detêm o maior percentual de alunos de pós-graduação, pode-se afirmar que a rede pública federal apresenta uma maior contribuição ao ensino de pós-graduação no Estado de Minas Gerais. Em relação ao ensino de graduação, torna-se difícil elaborar uma conclusão, o que se pode dizer é que a rede privada detém os maiores números de cursos e de alunos.

TABELA 5.1.14 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79

ANOS INSTITUIÇÕES	1975		1976		1977		1978		1979	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pública Federal	1308	64,18	1645	62,55	1563	66,91	1760	72,85	1756	67,00
Particular ...	730	35,82	985	37,45	773	33,09	656	27,15	865	33,00
TOTAL .....	2038	100,00	2630	100,00	2336	100,00	2416	100,00	2621	100,00

É nesse contexto - o das instituições de ensino superior em Minas Gerais e de suas atividades - que está inserida a biblioteca universitária cujos dados serão descritos e analisados a seguir.

#### 5.2 Caracterização das bibliotecas das instituições de ensino superior em Minas Gerais e relacionamento de seus dados com os das instituições

As noventa e duas instituições de ensino superior que responderam ao questionário contam com cento e dezessete bibliotecas. Em relação às escolas isoladas particulares, detectou-se o fato de uma biblioteca atender a dois ou mais estabelecimentos que pertencem a uma mesma instituição ou fundação mantenedora. Dessa forma, registrou-se o fato de uma biblioteca atender as duas escolas sete vezes, e a três e cinco estabelecimentos, uma vez cada. Por outro lado, verificou-se que há várias bibliotecas servindo a uma mesma instituição. Essa situação diz respeito a uma federação particular de escolas com três bibliotecas, e às universidades que contam com quatro, duas, seis, treze, e vinte e cinco bibliotecas, referindo o primeiro número à rede privada e os quatro últimos à pública federal. Em relação à centralização das bibliotecas, uma universidade federal possui somente a central, enquanto três federais e uma particular contam com bibliotecas centrais e setoriais. Em relação à escola municipal, essa utiliza-se da biblioteca da cidade que atende ao município e à escola, ao mesmo tempo. A distribuição das bibliotecas pelas instituições encontra-se descrita na tabela 5.2.1.

TABELA 5.2.1 - NÚMERO DE BIBLIOTECAS POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA - 1979

SUBORDINAÇÃO ADMINISTRATIVA / SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA	Escola Isolada	Federação de escolas	Universidade	TOTAL
Particular .....	52	5	4	61
Estadual .....	3	2	2	3
Pública Federal .....	5	2	47	52
Municipal .....	1	2	2	1
TOTAL .....	61	5	51	117

O fato de uma biblioteca atender a mais unidades é desejável quando desenvolve uma coleção capaz de atender aos diversos cursos, e quando se localiza em lugar próximo e de fácil acesso para os estudantes e professores das diversas escolas. Infelizmente, isso não ocorre em todos os casos, ou pelo menos em algumas das instituições visitadas onde era mínimo o número de lugares disponíveis para os usuários estudarem e consultarem seus acervos ou as bibliotecas se localizavam em prédio separado e, relativamente, distante do de suas escolas.

Quando se mencionam bibliotecas centrais, considera-se a necessidade de uma coordenação para evitar a duplicação nem sempre necessária de acervos e de pessoas para realizarem uma mesma tarefa que poderia ser centralizada. A existência de bibliotecas setoriais em nossas universidades e federações de escolas torna-se necessária, uma vez que as unidades de ensino encontram-se dispersas, muitas vezes separadas por distâncias físicas grandes, o que não elimina



Um fato detectado foi a existência de uma escola superior que se utiliza da biblioteca pública de sua cidade. Nessa situação, é provável que os estudantes e professores universitários estejam prejudicados pela falta de acervo e serviços adequados às suas necessidades.

Os dados apresentados na tabela 5.2.2 correspondem a setenta e sete bibliotecas. Nas instituições de ensino superior onde existe uma biblioteca central, as respostas foram obtidas através delas, assim sendo o total de respostas em relação às bibliotecas corresponde ao número setenta e sete, onde estão incluídos os dados referentes às cento e dezessete bibliotecas registradas na tabela 5.2.1.

TABELA 5.2.2 - DATA DE CRIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS, SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES MANTENEDORAS

ANOS	INSTITUIÇÕES							
	até 1959	1960- 1969	1970- 1974	1975	1976	1977	1978	1979
Pública								
Estadual ..	2	2	1	2	2	2	2	2
Federal ...	7	1	2	1	2	1	2	2
Municipal..	2	1	2	2	2	2	2	2
Particular ..	14	23	20	5	2	2	2	1
TOTAL .....	21	27	21	6	0	1	0	1

Observando a tabela 5.2.2, verifica-se um número maior de bibliotecas criadas na década de setenta, período em que também houve uma quantidade maior de cursos de graduação autorizados e reconhecidos e de pós-graduação

criados e credenciados, como pode ser visto nas tabelas 5.1.4 e 5.1.7, respectivamente. Pela combinação dos dados citados acima, parece não haver uma relação direta entre a criação de cursos de graduação e a de bibliotecas, para verificar se esse fato realmente ocorria foi elaborada a tabela 5.2.3. Quando, nessa tabela, relacionam-se as datas de criação, autorização e reconhecimento dos cursos, essas correspondem às dos primeiros cursos da instituição.

TABELA 5.2.3 - RELAÇÃO ENTRE A SITUAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO FRENTE AO MEC E A DATA DE CRIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA.

SITUAÇÃO DOS CURSOS	Pública			Particular	TOTAL	
	Estadual	Federal	Municipal		Nº	%
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	%
Antes da Criação .	1	2	1	5	7	9,09
Mesmo ano da criação .....	1	5	2	11	17	22,08
Antes da autorização .....	2	2	2	5	5	6,49
Mesmo ano da autorização .....	1	2	2	6	7	9,09
Mesmo ano da criação e autorização	2	1	2	19	20	25,98
Antes do reconhecimento .....	2	1	2	13	14	18,18
Mesmo ano do reconhecimento .....	2	1	2	2	1	1,30
Antes da criação de novos cursos ..	2	1	2	4	5	6,49
Antes da autorização de novos cursos .....	2	1	2	2	1	1,30
TOTAL .....	3	10	1	63	77	100,00

Um fato inesperado surgiu ao se dispor os dados na tabela 5.2.3, ou seja, a criação de bibliotecas antes do próprio estabelecimento dos cursos a que devem atender. Isso ocorreu no caso da biblioteca pública que também presta serviços ao estabelecimento de ensino superior da cidade, e os demais referem-se a instituições que possuíam cursos até o colegial e ampliaram suas atividades através do fornecimento de cursos de nível superior. Essa situação mostra o aproveitamento de recursos já existentes para o ensino superior numa proporção de 9,09% das bibliotecas. Contudo, pode-se questionar a adequação dessas bibliotecas que foram projetadas para o nível colegial ou para o público em geral e passam a atender alunos e professores do ensino superior. Diante dessa situação, algumas suposições surgem como: as bibliotecas estavam além das necessidades e demandas de seus primeiros usuários ou os cursos de graduação ficavam aquém do nível que deveriam ter. Ou pode ter ocorrido o fato que representa a situação desejável: as bibliotecas ampliaram seus acervos, quadro de pessoal e serviços adequando-os à nova realidade.

O período mais fértil para a criação das bibliotecas correspondeu ao intervalo entre a criação e autorização dos cursos - 63,64% das bibliotecas. Pela análise das tabelas 5.1.4, 5.1.7, 5.2.2 e 5.2.3, verifica-se que parece existir uma influência direta da legislação regulamentadora do ensino superior a partir da lei da sua reforma sobre as bibliotecas bem como sobre a expansão desse nível de educação. Infelizmente, a legislação nem sempre ocasiona os benefícios esperados em relação às bibliotecas. Uma vez que algumas das visitadas disseram que obtinham o número mínimo de livros exigidos através do empréstimo desse material a seus professores com o objetivo de terem seus cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC.

### 5.2.1 Acervo

As bibliotecas das instituições mineiras de ensino superior apresentam variações quanto à constituição de seus acervos. O livro constitui o único material encontrado em todas as bibliotecas pesquisadas. Os demais se encontram representados em proporções diferentes. Assim, 96,10% das bibliotecas possui periódicos; 24,68%, áudio-vídeos; 19,48%, folhetos (nesse termo, incluem-se apostilas, catálogos e boletins técnicos); 5,19%, mapas; e 2,60%, teses, e partituras musicais.

Observa-se, na tabela 5.2.1.1, que 50,66% das bibliotecas possui um acervo formado somente por livros e periódicos. Verifica-se, assim, que 50% das bibliotecas colocam à disposição de seus usuários os materiais mais tradicionais (livros e periódicos). Outros tipos que poderiam proporcionar às bibliotecas melhores meios para que cumprissem suas funções de maneira mais dinâmica, estão disponíveis em um número menor de bibliotecas. Deve-se considerar que talvez os métodos de ensino adotados exijam apenas livros e periódicos, ou que talvez as bibliotecas não mostrem a seus usuários as possibilidades de utilização dos outros materiais. A constituição do acervo das bibliotecas encontra-se descrita na tabela 5.2.1.1.

TABELA 5.2.1.1 - CONSTITUIÇÃO DO ACERVO DAS  
BIBLIOTECAS SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA  
DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO - 1979

MATERIAIS	INSTITUIÇÕES		Pública			TOTAL	
	Particular	Nº	Estadual	Federal	Municipal	Nº	%
			Nº	Nº	Nº		
Livros .....		2	2	1			
Livros e periódicos ....		34	1	3	2	3	3,89
Livros, periódicos e audio-visuais .....		13	1	1	1	39	50,66
Livros, periódicos e folhetos .....		6	1	2	2	15	19,48
Livros, periódicos e mapas .....		1	2	2	2	9	11,69
Livros, periódicos, au- dio-visuais e folhetos.		3	2	2	2	1	1,30
Livros, periódicos, au- dio-visuais e mapas ...		3	2	2	2	3	3,89
Livros, periódicos, fo- lhetos e mapas .....		1	2	2	2	1	1,30
Livros, periódicos folhetos e teses .....		2	2	1	2	1	1,30
Livros, periódicos, au- dio-visuais, folhetos e partituras musicais ...		2	2	1	2	1	1,30
Livros, periódicos, au- dio-visuais, folhetos, mapas, partituras musi- cais e teses .....		2	2	1	2	1	1,30
TOTAL .....		63	3	10	1	77	100,00

Em termos numéricos, os acervos das bibliotecas encontram-se representados na tabela 5.2.1.2. As modificações ocorridas nas coleções durante o período estudado poderão ser vistas de maneira mais detalhada nas tabelas sobre a aquisição de cada tipo de material.

Em relação a tabela 5.2.1.2, pode-se observar um aumento em quase todos os tipos de materiais, exceto quanto aos materiais audio-visuais, cujo número se manteve inalterado de 1975 a 1979 para a biblioteca de uma instituição pública estadual que o possui; quanto aos mapas, cujo total decaiu em 1979 nas bibliotecas de estabelecimentos públicos federais. Embora a coleção de livros tenha aumentado nas instituições públicas federais, cabe aqui assinalar que uma de suas bibliotecas apresentou um decréscimo no período estudado, fato que a bibliotecária explicou ter sido causado pela realização do inventário desse tipo de material. Dos números apresentados na tabela 5.2.1.2, não consta o número de livros e de títulos de periódicos de uma biblioteca da rede particular, embora tenha sido visitada. O acervo dessa biblioteca, que não conta com um bibliotecário, encontra-se desorganizado, e no número de livros incluem-se também os volumes encadernados de periódicos. Assim sendo, os dados que possuía não retratavam sua situação real.

ANEXO 3.2.1.2 - ACESSO DAS BIBLIOTECAS POR TIPOS DE MATERIAIS E POR SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS - 1975-7

ANEXO 3.2.1.2	1974						1975						1976						1977						1978						1979					
	Públicas			TOTAL	Públicas			TOTAL	Públicas			TOTAL	Públicas			TOTAL	Públicas			TOTAL	Públicas			TOTAL	Públicas			TOTAL	Públicas			TOTAL				
	Estadual	Federal	Municipal		Estadual	Federal	Municipal		Estadual	Federal	Municipal		Estadual	Federal	Municipal		Estadual	Federal	Municipal		Estadual	Federal	Municipal		Estadual	Federal	Municipal		Estadual	Federal	Municipal		Estadual	Federal	Municipal	
.....	2028	67423	6075	84296	80724	24050	52646	6379	42457	97274	25488	56963	7123	47638	112576	29958	8221	93278	124461	3022	6351	808	43878	128067	59958	8221	93278	124461	3022	6351	808	43878	128067			
.....	284	17823	15	11668	29528	357	20757	15	11596	36328	42	22846	19	19429	42517	24188	19	22849	42517	42517	2	2702	19	1712	370	24188	19	22849	42517	42517	2	2702	19	1712	370	
.....	20	11272	2	2266	14559	20	14122	2	3849	17982	20	15685	2	4928	20683	20683	2	20683	20683	2	2	2	2	2	2	20683	2	20683	20683	2	2	2	2	2		
.....	178	20866	2	1666	41828	230	4929	2	2595	47164	134	47738	2	3420	51406	48889	2	48889	48889	2	2	2	2	2	2	48889	2	48889	48889	2	2	2	2	2		
.....	2	2428	2	258	2876	2	3369	2	276	3645	2	3423	2	346	3779	4225	2	4225	4225	2	2	2	2	2	4225	2	4225	4225	2	2	2	2	2			
.....	2	5433	2	2	5419	2	6138	2	2	6136	2	6719	2	2	6719	7829	2	7829	7829	2	2	2	2	2	7829	2	7829	7829	2	2	2	2	2			
.....	2	6599	2	2	6599	2	6033	2	2	6033	2	6387	2	2	6387	7932	2	7932	7932	2	2	2	2	2	7932	2	7932	7932	2	2	2	2	2			

(2) Ocorrências suspensas de 10 instituições para os anos de 1975 a 1978 e de 91 para 1979.

Para uma melhor análise dos acervos e para observar seu relacionamento com as condições de ensino oferecidas pelas instituições pesquisadas, elaboraram-se as tabelas 5.2.1.3 e 5.2.1.4.

A percentagem de materiais bibliográficos e não bibliográficos possuídos pelas bibliotecas em relação aos usuários (professores, alunos de graduação e de pós-graduação) não apresentou mudanças significativas no quinquênio 1975-79. O único aumento digno de destaque é o ocorrido com os livros que, a partir de 1977, mostrou a relação de onze livros por usuário. Entretanto, essa percentagem sofre uma pequena queda em 1979. A relação de livro por usuário detectadas nas bibliotecas de estabelecimentos de ensino superior mineiros é superior à encontrada por Carvalho (23) no estudo sobre bibliotecas universitárias brasileiras 7,9:1. Em termos quantitativos pode-se dizer que as bibliotecas mineiras que atendem ao terceiro grau de ensino, dispõem de mais recursos em termos de livros em comparação com as brasileiras de modo geral, conforme dados apresentados por Carvalho (23:40). Contudo, não se pode afirmar que possuam melhores coleções de livros, uma vez que não se procedeu a uma avaliação qualitativa das mesmas.



TABELA 5.2.1.3 - ÍNDICE DE RELAÇÃO ENTRE ACERVOS  
DAS BIBLIOTECAS E USUÁRIOS - 1975-79

MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS E AUDIO-VISUAIS	ANOS				
	1975	1976	1977	1978	1979
Livros por usuário	10,05:1	10,66:1	11,48:1	11,54:1	11,06:1
Periódicos por usuário	0,34:1	0,40:1	0,44:1	0,48:1	0,48:1
Audio-visuais por usuário	0,17:1	0,20:1	0,21:1	0,44:1	0,40:1
Folhetos por usuário	0,48:1	0,49:1	0,53:1	0,53:1	0,50:1
Teses por usuário	0,06:1	0,07:1	0,07:1	0,08:1	0,08:1
Mapas por usuário	0,03:1	0,04:1	0,04:1	0,04:1	0,04:1
Partituras musicais por usuário	0,08:1	0,07:1	0,07:1	0,08:1	0,07:1

(1) Computaram-se dados de 91 instituições

Os dados reunidos na tabela 5.2.1.3, reforçam o que foi dito quando da análise da tabela 5.2.1.1. Observa-se uma ênfase maior nos livros na constituição dos acervos das bibliotecas e a pouca representatividade dos demais materiais bibliográficos e audio-visuais levam à suposição de que as bibliotecas poderiam possuir também esses materiais, numa tentativa de se aparelharem melhor para poder agir mais ativamente buscando cumprir suas funções junto ao ensino superior.

A proporção de livros por curso ainda não atingiu o número proposto pela Resolução nº 18/77 do Conselho Federal de Educação (12), embora a relação obtida para 1979 se aproxime do mínimo exigido - 3.000 livros. Se os dados das bibliotecas de universidades tivessem sido computados em separado, ter-se-ia obtido o número mínimo proposto, ou seja, 30.000 livros para as bibliotecas dessas instituições, e verificar-se-ia também o fato de algumas possuírem livros em núme

ro superior ao indicado pela Resolução nº 07/78 do Conselho Federal de Educação (14). Nesses últimos casos, a quantidade acima da exigida não é um fenômeno admirável mas esperado, quando se observa que essas instituições fornecem um número grande de cursos, e que seus acervos começaram a ser formados há muitos anos. Nessa situação, há possibilidade das coleções ou partes dessas estarem desatualizadas, o que não foi possível verificar nesta pesquisa. Entretanto, o que pode ser deduzido dos dados da tabela 5.2.1.4 é que se visualiza uma tendência, de modo geral, de crescimento da proporção entre acervos da biblioteca e cursos, embora ainda possa ser considerada baixa. Não se comentou mais sobre a relação entre os demais materiais e cursos por falta de indicações quanto aos mesmos na legislação brasileira sobre o ensino superior.

TABELA 5.2.1.4 - ÍNDICE DE RELAÇÃO ENTRE ACERVOS DAS BIBLIOTECAS E CURSOS MINISTRADOS PELAS INSTITUIÇÕES MINEIRAS DE ENSINO SUPERIOR - 1975-79

ANOS	1975	1976	1977	1978	1979
MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS E AUDIO-VISUAIS					
Livros por curso ....	2174,31:1	2354,88:1	2649,12:1	2701,63:1	2888,72:1
Periódicos por curso	73,82:1	87,53:1	100,51:1	111,85:1	124,89:1
Audio-visuais por curso .....	36,40:1	43,33:1	48,85:1	103,31:1	103,70:1
Folhetos por curso ..	104,52:1	107,82:1	121,73:1	123,85:1	129,49:1
Teses por curso .....	13,55:1	14,79:1	15,93:1	17,89:1	20,65:1
Mapas por curso	6,69:1	8,78:1	8,93:1	10,50:1	9,79:1
Partituras musicais por curso	16,38:1	15,98:1	16,52:1	17,61:1	18,86:1

(1) Obtiveram-se respostas de 91 instituições

A forma como as bibliotecas têm constituído seus acervos é um dos dados importantes que permitem analisar a situação das bibliotecas em relação às suas instituições mantenedoras. Todas as bibliotecas pesquisadas utilizam a doação como um meio de ampliar seus recursos. Deve-se deixar bem claro que essa afirmativa não traz em si nenhuma conotação pejorativa, utilizar-se de doações na formação das coleções é um fato esperado e lógico, entretanto se não houver uma seleção criteriosa dessas doações pode-se ter um acervo maior porém nem sempre melhor. Deve-se destacar o fato de duas bibliotecas utilizarem somente material doado para o desenvolvimento de seu acervo durante o período estudado. Isso mostra a falta de apoio financeiro das instituições às suas respectivas bibliotecas. Cinco anos representam um espaço de tempo significativo em relação à coleção de uma biblioteca que se atualiza, somente, através de doações, podendo representar uma defasagem grande em seu acervo. A atualização deste por meio de compras exigiria um investimento considerável, observando o intervalo em que essas não ocorreram. Diante dessa situação, acredita-se que, uma aplicação maior de verbas nas bibliotecas dificilmente ocorreria a não ser que fosse para cumprir dispositivos legais, como a autorização de novos cursos. A permuta apresenta uma proporção inferior a que se poderia esperar, considerando que grande parte das bibliotecas possui, pelo menos, duplicatas de periódicos cuja troca permitiria o enriquecimento dos acervos das bibliotecas contactadas. A realização de permutas em uma proporção não muito grande pode representar a falta de uma política mais ativa por parte das bibliotecas na formação de seus acervos.

Em termos percentuais, 77,33% das bibliotecas tem ampliado seus acervos através de compra e doação; 20,00% o tem feito por meio de compra, doação e permuta; e 2,67% utiliza-se somente de doação para o desenvolvimento de suas coleções. Os tipos de aquisição realizadas pelas bibliotecas pesquisadas encontram-se descritos na tabela 5.2.1.5.

TABELA 5.2.1.5 - TIPOS DE AQUISIÇÃO UTILIZADOS NA FORMAÇÃO DOS ACERVOS DAS BIBLIOTECAS SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DE SUAS INSTITUIÇÕES

TIPOS DE AQUISIÇÃO INSTITUIÇÕES	Compra e doação	Compra, doação e permuta	Doação
Estadual .....	3	2	2
Pública Federal .....	7	3	2
Municipal .....	1	2	2
Particular .....	47	12	2
TOTAL .....	58	15	2

(1) Obtiveram-se respostas de 90 instituições

Os dados apresentados na tabela 5.2.1.5 bem como sua análise são confirmados pelas tabelas 5.2.1.6 e 5.2.1.7, onde se verifica, em termos numéricos e percentuais, a importância da doação como forma de se ampliar os acervos. Entretanto, algumas observações complementares se fazem necessárias em relação às tabelas 5.2.1.6 e 5.2.1.7. Parece haver um decréscimo nos recursos econômicos designados às bibliotecas para aquisição de suas coleções, quando se verificamos proporções dos materiais adquiridos por compra e doação seja nos diversos anos estudados, seja por tipo de material, exceto no caso de partituras musicais. A permuta, apesar de representar um percentual pequeno, faz-se mais presente em relação aos periódicos do que aos demais materiais. Os livros e periódicos são os documentos mais encontrados nas bibliotecas pesquisadas. A aquisição do primeiro ocorre em maior número nas instituições particulares que ministram o maior número de cursos de graduação e possuem o maior percentual de alunos desse nível (tabelas

5.1.2 e 5.1.13 ). Em relação aos periódicos, sua aquisição é feita em maior número por bibliotecas de instituições públicas federais; onde se concentra mais de 50% dos cursos de pós-graduação e, conseqüentemente, maior parcela de alunos desse nível, como também realizam maior número de pesquisas (tabelas 5.1.5, 5.1.9 e 5.1.14). Essa situação pode ser indício da existência de uma relação entre atividades mais complexas desenvolvidas pelos estabelecimentos de ensino e os tipos de material que formam o acervo das bibliotecas e que se fazem necessários como suporte e alimento das atividades da instituição.

Quando se comentou sobre a pouca utilização da permuta como um meio de se desenvolver a coleção na tabela 5.2.1.5, esse fato pode ser confirmado ao se verificar os tipos de aquisição empregados em relação a teses. Deve-se lembrar que as teses são produzidas em instituições que ministram cursos de pós-graduação a nível de mestrado e/ ou doutorado. Assim sendo, as bibliotecas dessas instituições poderiam obter um determinado número de exemplares para permutar com bibliotecas de outras instituições que desenvolvam programas congêneres, ampliando através desse meio sua coleção de teses. Entretanto, tal atitude exigiria mais das bibliotecas que a quisessem colocar em ação.



MATERIAS TIPO DE ENTIDADE	1973				1974				1975				1976				1977				1978				1979					
	Pólis		Particular		Pólis		Particular		Pólis		Particular		Pólis		Particular		Pólis		Particular		Pólis		Particular		Pólis		Particular			
	Resoluções	Pólis	Resoluções	Pólis	Resoluções	Pólis	Resoluções	Pólis	Resoluções	Pólis	Resoluções	Pólis	Resoluções	Pólis	Resoluções	Pólis	Resoluções	Pólis	Resoluções	Pólis	Resoluções	Pólis	Resoluções	Pólis	Resoluções	Pólis	Resoluções	Pólis		
Luzes	Comp. ....	57,74	56,51	43,37	56,05	29,33	60,22	100,00	54,65	56,42	26,64	41,01	56,33	63,33	47,69	3.49,89	34,08	42,37	57,37	57,69	3.39,11	65,75	57,79	50,87	42,37	49,10	39,21	48,33	48,34	
	Particular ....	47,60	43,37	0,12	41,05	79,07	29,78	0	43,24	43,51	61,95	58,63	41,67	0,20	57,37	0,31	0	0	0,20	0,20	57,79	0,31	0	0,24	0,15	31,17	44,78	32,40	48,34	
Prestações	Comp. ....	48,67	28,78	24,88	29,69	81,38	81,69	9	89,64	91,19	11,47	26,58	21,05	28,53	27,15	6,48,28	22,05	6,48,28	27,15	27,15	6,48,28	22,05	20,34	23,47	31,12	20,38	22,05	19,54	23,07	
	Particular ....	37,33	61,10	100,00	64,28	48,69	64,42	100,00	79,85	68,94	82,73	61,30	78,95	67,43	63,56	2.25,15	79,95	2.25,15	63,56	63,56	79,95	2.25,15	79,95	78,04	68,33	79,88	39,47	78,05	75,79	62,50
Materiais	Comp. ....	100,00	22,17	77,63	75,22	24,46	0	0	0,77	26,99	0	12,35	0	4,44	8,39	21,05	0	4,44	4,44	21,05	0	0	3,63	8,12	1,22	1,22	1,22	1,22	1,22	1,22
	Particular ....	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestações	Comp. ....	100,00	2,13	95,36	0,71	0	0	0	20,69	9,14	0	0,28	0	0,18	1,67	0	0	0,18	0,18	9,14	0	0	0,17	12,18	0	0	0	0	0	0
	Particular ....	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Materiais	Comp. ....	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Particular ....	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Materiais	Comp. ....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Particular ....	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Materiais	Comp. ....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Particular ....	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Materiais	Comp. ....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Particular ....	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Os dados apresentados resultam de 63 instituições para os anos de 1973 a 1978 e de 51 em 1979

Para uma melhor verificação da participação das instituições na formação dos acervos das bibliotecas, calcularam-se os índices de crescimento dos materiais adquiridos por compra no período de 1975 a 1979. Assim, os dados apresentados na tabela 5.2.1.8 complementam os registrados nas tabelas 5.2.1.5, 5.2.1.6 e 5.2.1.7. Selecionou-se 1975 como o ano-base para o cálculo do índice. No caso de não ter havido compra de um determinado tipo de material em 1975, adotou-se o primeiro ano em que essa ocorreu como o ano-base. Observa-se um decréscimo na compra de livros, de 1975 a 1979. Em relação a periódicos, as bibliotecas particulares apresentaram crescimento na compra desse material nos anos de 1977 a 1979, entretanto, o índice de 1977 foi superior aos dois anos posteriores. Verifica-se um crescimento contínuo na compra de periódicos pelas bibliotecas da rede federal bem como no índice geral. A configuração desse último índice reflete a influência dos números registrados para as bibliotecas federais na tabela 5.2.1.6. Assim sendo, não se pode afirmar que houve um crescimento contínuo para as bibliotecas dos vários tipos de instituições de ensino superior. O decréscimo na compra de periódicos em um ou mais anos pesquisados pode retratar uma seleção inadequada de certos títulos ou a não disponibilidade de recursos financeiros para a manutenção de suas assinaturas. Observa-se um crescimento contínuo para a compra de materiais audio-visuais realizada pelas bibliotecas das instituições federais. Embora os índices registrados para as bibliotecas da rede particular mostrem crescimentos durante o período estudado. Devido, esse apresenta variações durante o período estabelecive-se lembrar que os altos índices relativos aos estabelecimentos federais e privados de ensino e os gerais não correspondem a uma ampliação grande das coleções desses materiais, ao se observar seus números absolutos na tabela 5.2.1.6. Em relação a folhetos e partituras musicais adquiridos por bibliotecas da rede particular e federal, respectivamente, os índices apresentam um grande crescimento. Entretanto, esses



altos índices não correspondem a um grande número desses materiais obtidos por compra, mas decorrem dos pequenos números registrados nos anos-base, como pode ser observado ao se comparar as tabelas 5.2.1.6 e 5.2.1.8. Pela análise dessas duas tabelas e da 5.2.1.7, parece que os estabelecimentos de ensino não investiram muito na compra dos acervos de suas bibliotecas, resultando no decréscimo desse investimento durante o período estudado.

TABELA 5.2.1.0 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS E NÃO-BIBLIOGRÁFICOS DAS BIBLIOTECAS ADQUIRIDOS POR CÔPIA, SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES 1975-79

MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO E NÃO-BIBLIOGRÁFICO		Livros	Periféricos	Audio - Visuais	Folhetos	Mapas	Partituras Musicais	
INSTITUIÇÕES - ANOS								
Estadual	1975	100,00	100,00	100,00	Z	Z	Z	
	1976	16,04	82,98	Z	Z	Z	Z	
	1977	21,96	40,43	Z	Z	Z	Z	
	1978	16,15	42,55	Z	Z	Z	Z	
	1979	63,97	48,94	Z	Z	Z	Z	
	1975	100,00	100,00	Z	Z	Z	Z	
	1976	98,92	111,12	Z	Z	Z	100,00	
	1977	48,53	138,21	100,00	100,00	Z	22900,00	
	1978	70,84	146,96	1230,16	Z	Z	5800,00	
Pública Federal	1979	37,51	166,20	2150,20	Z	Z	850,00	
	1975	100,00	Z	Z	Z	Z	Z	
	1976	52,78	Z	Z	Z	Z	Z	
	Municipal	1977	75,35	100,00	Z	Z	Z	Z
		1978	53,13	100,00	Z	Z	Z	Z
		1979	5,21	100,00	Z	Z	Z	Z
	Particular	1975	100,00	100,00	100,00	100,00	Z	Z
		1976	67,72	92,48	192,41	1916,67	Z	Z
		1977	60,81	142,90	513,10	416,67	100,00	Z
1978		52,56	101,69	375,86	4916,67	Z	Z	
1979		70,93	128,38	1339,31	7916,67	Z	Z	
1975		100,00	100,00	100,00	100,00	Z	Z	
1976		73,99	102,75	169,09	1916,67	Z	Z	
1977		55,50	130,70	756,36	533,33	100,00	100,00	
1978		56,09	126,18	4087,88	4916,67	Z	22900,00	
1979	60,27	140,35	7744,85	7916,67	Z	5800,00		
TOTAL								

(1) Obtiveram-se respostas de 91 instituições

## 5.2.2 Recursos humanos

As bibliotecas das instituições mineiras de ensino superior possuem seus quadros de pessoal constituídos por:

- a) bibliotecários habilitados por cursos de graduação em Biblioteconomia;
- b) auxiliares técnico-administrativos que realizam tarefas a nível operacional referentes ao processamento técnico do acervo, ao empréstimo, à referência, burocráticas e de datilografia;
- c) auxiliares de serviços gerais responsáveis por serviços de portaria, de copa, de reprografia e/ou de limpeza;
- d) estagiários da área de Biblioteconomia ou não.

Existem variações quanto à presença desses elementos nas bibliotecas estudadas, como se pode verificar na tabela 5.2.2.1.

Para se ter uma visão mais real da situação, solicitou-se a indicação do número de pessoal lotado e em exercício nas bibliotecas, uma vez que esse representa os recursos humanos com que podem contar efetivamente. Pelas respostas obtidas, detectou-se que o auxiliar técnico administrativo constitui o elemento mais presente no quadro de pessoal (em setenta e quatro das setenta e sete bibliotecas pesquisadas).

Podia-se prever que cada biblioteca contasse, com pelo menos um bibliotecário, considerando as Resoluções nº 16/77 (11), 18/77 (12), 19/77 (13) e 07/78 (14) do CFE. Segundo essa legislação, as bibliotecas de estabelecimentos de ensino superior devem possuir "pessoal técnico qualificado e pessoal auxiliar e administrativo". Ao se comparar a situação descrita na tabela 5.2.2.1 com os dizeres da legislação citada, verifica-se que a realidade está aquém da pro-

posto e desejável. Esse fato permite que se questione a atuação dos responsáveis pela verificação das condições exigidas pela legislação. No caso de uma atuação eficiente, essa pesquisa revelaria um quadro diverso do que foi delineado, resultando assim em benefício para as bibliotecas e, conseqüentemente, para o ensino superior. Essa afirmativa baseia-se no fato de que a presença ou não de bibliotecários parece determinar diferenças marcantes de organização e de prestação de serviços, como pôde ser observado durante as visitas às bibliotecas. Entre os prejuízos advindos da falta de pessoal devidamente qualificado, notou-se a prestação insatisfatória de serviços de referência por auxiliares técnico-administrativos.

TABELA 5.2.2.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DAS BIBLIOTECAS, SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DE SUAS INSTITUIÇÕES MANTENEDORAS - 1979

PESSOAL	Pública			Particular	TOTAL
	ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL		
Auxiliar técnico-administrativo	2	1	2	16	17
Auxiliares técnico-administrativo e de serviços gerais ....	2	2	2	6	6
Bibliotecário .....	2	2	2	2	2
Bibliotecário e auxiliar técnico-administrativo .....	3	2	1	18	24
Bibliotecário, auxiliares técnico-administrativo e de serviços gerais .....	2	2	2	14	16
Bibliotecário, auxiliar técnico-administrativo e estagiário .....	2	1	2	1	2
Bibliotecário, auxiliares técnico-administrativo e de serviços gerais e estagiário ...	2	4	2	5	9
Bibliotecário e estagiário ...	2	2	2	1	1
TOTAL .....	3	10	1	63	77

Das setenta e sete bibliotecas estudadas, 29,87% não possui bibliotecários, o que corresponde, em termos numéricos, à uma escola pública federal e vinte e duas particulares, em 1979. Dessas últimas, três já possuíram bibliotecários por um ou dois anos no período anterior a 1979 compreendido por este estudo, ou seja, 1975 a 1978.

O número de bibliotecários presentes no quadro de pessoal das bibliotecas que os possuem, varia de um a sessenta e sete, conforme mostrado na tabela 5.2.2.2. Na apresentação dessa tabela, utilizaram-se os números encontrados nas respostas por se acreditar que dessa forma se teria uma descrição mais exata do fato. Assim sendo, os dados encontram-se apresentados numa distribuição de frequência.

Na mesma tabela, pode ser verificado que as bibliotecas das instituições públicas federais reúnem mais da metade dos bibliotecários (97) que trabalham nos estabelecimentos pesquisados. Caso os dados tivessem sido apresentados segundo a subordinação administrativa das instituições, ver-se-ia que as universidades congregam o maior número de bibliotecários. Esses dois fatos possibilitam que as subordinações financeira e administrativa dos estabelecimentos de ensino sejam consideradas como variáveis que influenciam no número de bibliotecários existentes nessas instituições.

TABELA 5.2.2.2 - NÚMERO DE BIBLIOTECÁRIOS POR INSTITUIÇÕES, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA -1979

Nº DE BIBLIOTECÁRIOS	f			
	Pública			Particular
	Estadual	Federal	Municipal	
1 .....	1	2	1	
2 .....	1	1	2	35
3 .....	2	1	2	5
4 .....	1	1	2	2
6 .....	2	1	2	2
9 .....	2	1	2	2
10 .....	2	2	2	1
67 .....	2	1	2	2

O número de funcionários no período de 1975 a 1979, de acordo com a categoria que representa no quadro de pessoal das bibliotecas, encontra-se registrado na tabela 5.2.2.3. Através de seu exame, observa-se que, a partir de 1976, cresce o número de funcionários das bibliotecas da rede pública federal que trabalham em regime de tempo integral, e, conseqüentemente, aumenta seu potencial de recursos humanos. O ano em que ocorre esse crescimento coincide com o da reclassificação do pessoal dessas instituições. Assim, parece existir uma relação direta entre os dois fatores, e, como decorrência dessa, acredita-se que as determinações governamentais podem influir de maneira positiva nas bibliotecas universitárias, caso o governo o queira.

Em relação às bibliotecas da rede particular, esperava-se que contassem com um número maior de bibliotecários, considerando-se os números de instituições privadas de ensino superior, de graduação e de seus alu-

nos desse nível. Diante disso, o crescimento numérico de seus bibliotecários pode ser classificado como pequeno. Ao se examinar a proporção de bibliotecários para auxiliares técnico-administrativos desses estabelecimentos e compará-la com a das instituições da rede pública observa-se uma melhor relação numérica entre essas duas categorias de funcionários nas bibliotecas da rede privada. Entretanto, essa situação não representa a ideal, uma vez que algumas bibliotecas da rede particular possuem somente auxiliares técnico-administrativos que não podem ser enquadrados como o pessoal capacitado citado em legislação e como se comentou quando da análise da tabela 5.2.2.1. Decorrente desse fato, é possível questionar se os usuários dessas bibliotecas que atuam sem pessoal técnico qualificado (bibliotecários) recebem o atendimento condizente e desejado por parte de uma biblioteca universitária.

Embora o número de auxiliares de serviços gerais cresça no período estudado, essa categoria funcional não se encontra presente no quadro de pessoal das bibliotecas da rede pública estadual e municipal. O fato de se tratar de bibliotecas menores talvez seja a explicação para tal situação.

Apesar de se verificar o crescimento do número de estagiários atuando nas bibliotecas da rede particular, é nos estabelecimentos públicos federais onde se observa uma maior utilização desse tipo de mão-de-obra, que apresenta a característica de ser menos onerosa.

Ao se observarem os dados sobre pessoal apresentados nas tabelas 5.2.2.2 e 5.2.2.3, seu número parece pequeno. Para uma melhor análise desse fato elaboraram-se as tabelas seguintes, onde se relacionam dados sobre o pessoal das bibliotecas com os das instituições.





Através do cálculo de Índice do crescimento de pessoal das bibliotecas e de seus usuários, verifica-se que houve um aumento contínuo nos índices correspondentes aos anos estudados (tabela 5.2.2.4). Comparando os dados sobre pessoal de biblioteca com os dos usuários, observa-se um crescimento maior do primeiro em relação ao segundo. Essa afirmativa, porém não se aplica aos índices de crescimento dos bibliotecários nos anos de 1975 a 1977 e 1979, quando se obtiveram índices inferiores aos registrados para os usuários nas mesmas datas. Cabe ressaltar que as demais categorias de funcionários das bibliotecas apresentaram um crescimento superior ao detectado para os bibliotecários no mesmo período. Esse fato pode ser um indicativo de que existe uma tendência a se expandir os recursos humanos das bibliotecas através da contratação de mão-de-obra menos onerosa, ou de que se desconhece a necessidade e a utilidade de se dotar uma biblioteca com pessoal técnico qualificado. Outra explicação possível é que o número de bibliotecários era suficiente enquanto o de auxiliares técnico-administrativos e de serviços gerais e de estagiários não o era naquelas bibliotecas que possuíam bibliotecários.

Embora tenha sido detectado o crescimento do pessoal das bibliotecas visto através do cálculo de seu índice, os dados numéricos não demonstraram um investimento grande em recursos humanos como pode se supor com base na tabela 5.2.2.4, sem compará-la com a 5.2.2.3.

TABELA 5.2.2.4 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO DE PESSOAL DAS BIBLIOTECAS E DE SEUS USUÁRIOS - 1975-79

ANOS	PESSOAL DE BIBLIOTECA USUÁRIO	Bibliotecários	Auxiliares técnicos administrativo e de serviços gerais e estagiários	Pessoal total de biblioteca	Usuários
1975 .....		100	100	100	100
1976 .....		102,42	112,56	110,35	105,92
1977 .....		110,48	129,82	125,61	112,79
1978 .....		123,39	139,01	135,61	116,58
1979 .....		129,03	143,05	140,00	134,58

Relacionando o número de bibliotecários com o dos demais funcionários, obtem-se o indicador médio de 1:3,96, para os anos de 1975 a 1979. Os indicadores médios e os individuais para cada ano coberto por este estudo foram superiores ao registrado por Carvalho - 1:2,1 (23:40). Poder-se-ia, assim, pensar que as bibliotecas universitárias mineiras encontram-se em uma posição mais favorecida quanto a recursos humanos. Entretanto, não se pode esquecer que não há uma distribuição proporcional de pessoal entre as diversas instituições pesquisadas, mas deve-se lembrar que há uma concentração maior em determinados estabelecimentos. Pelos indicadores registrados de 1975 a 1979 (tabela 5.2.2.5), observa-se que, em certos anos, o crescimento de pessoal não técnico foi superior ao de bibliotecários, uma vez que o número desses não decresce no mesmo período, como pode ser constatado na tabela 5.2.2.3.

Observando-se o índice de relação entre pessoal da biblioteca e pessoal administrativo das instituições que atendem a seus diversos setores, pode-se dizer que as bibliotecas não se encontram muito mal servidas de pessoal, em termos

numéricos e em comparação às suas instituições mantenedoras. Na apuração das respostas, observou-se que, normalmente, as bibliotecas que contam com um número maior de pessoal pertencem às instituições que possuem um quadro de pessoal administrativo mais numeroso e vice-versa.

O índice de relação entre pessoal da biblioteca e usuários pode ser considerada boa, exceto para os bibliotecários (tabela 5.2.2.5). Quanto à proporção de bibliotecários por usuários, cabe assinalar que, na realidade, difere-se da média encontrada e registrada na tabela 5.2.2.5, pois existem bibliotecas que não possuem bibliotecários. Os indicadores correspondentes a bibliotecários e usuários nos anos estudados não apresentam uma diferença muito grande em comparação ao indicador geral registrado por Carvalho - 1:758 (23:40). Entretanto, foi superior ao referente à biblioteca central - 1:1013, e inferior ao relativo à biblioteca setorial - 1:601, apresentados pela mesma autora (23:40). Comparando os indicadores registrados neste trabalho e os identificados por Carvalho, pode-se dizer que, em termos numéricos gerais, a proporção de bibliotecários por usuários deveria ser melhor, o que resultaria em se ter bibliotecas dotadas de elementos preparados para prestarem os serviços necessários e adequados a seus usuários.

TABELA 5.2.2.5 - ÍNDICE DE RELAÇÃO ENTRE PESSOAL DA BIBLIOTECA E PESSOAL ADMINISTRATIVO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E ENTRE PESSOAL DA BIBLIOTECA E USUÁRIOS -1975-79

RELAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979
Bibliotecários por auxiliares técnico-administrativos e de serviços gerais e estagiário .....	1:3,60	1:3,95	1:4,23	1:4,05	1:3,99
Pessoal da biblioteca por pessoal administrativo da instituição .....	1:8,23	1:7,78	1:9,09	1:8,56	1:8,54
Bibliotecário por usuário.	1:697,76	1:721,59	1:712,30	1:659,25	1:727,78
Auxiliares técnico-administrativos e de serviços gerais e estagiário	1:194,00	1:182,55	1:168,54	1:162,69	1:182,51
Pessoal da biblioteca por usuário .....	1:151,79	1:145,69	1:136,29	1:130,49	1:145,92

A proposição de se pesquisar o treinamento proporcionado aos bibliotecários baseou-se no pressuposto de que constitui um meio de se expandir qualitativamente os recursos humanos das bibliotecas. A importância do treinamento cresce diante do fato de que representa uma forma de se dotar os bibliotecários de melhores condições para desenvolverem atividades necessárias ao bom desempenho de suas bibliotecas. E essas irão afetar diretamente os usuários através da adequação de seus serviços e, conseqüentemente, refletirá na melhoria ou não da qualidade de ensino.

Estudou-se o treinamento em relação aos bibliotecários por esses constituírem o pessoal técnico qualificado responsável pelas bibliotecas, como pode ser constatado na legislação sobre o ensino superior (11, 12, 13, 14). Foram relacionadas as formas de treinamento que se acredita serem as

que oferecem maiores possibilidades de aperfeiçoamento, e que exigem um envolvimento das instituições empregadoras dos bibliotecários.

Em relação ao treinamento das demais categorias de funcionários das bibliotecas, verificou-se que ocorre, na maioria das vezes, através de treinamento em serviço. Um número reduzido de instituições possibilitou a frequência a cursos para auxiliares técnico-administrativos, conforme informações obtidas durante as visitas, e nesses casos os auxiliares são considerados como o pessoal responsável pelas bibliotecas.

Das noventa e duas instituições que responderam ao questionário, dezoito (19,57%) possibilitaram uma ou mais formas de treinamento a seus bibliotecários durante os anos de 1975 a 1979. Somente os bibliotecários de estabelecimentos da rede pública estadual não participaram dessa atividade. A rede particular de ensino superior detém o maior número de instituições que forneceram treinamento a seus bibliotecários (tabela 5.2.2.6). Entretanto, ao se comparar o número de instituições que possibilitaram o aperfeiçoamento de seus bibliotecários com o número total de estabelecimentos segundo sua subordinação financeira, as percentagens se apresentam diferentes dos dados relacionados na tabela 5.2.2.6. Registra-se o índice de 100% para a rede pública municipal, mas não se pode esquecer que esse indicativo corresponde apenas a um estabelecimento. Para a rede pública federal obtém-se o índice de 50% e para a particular, o de 15,38%. Contudo, para se verificar em bases mais reais a participação de cada uma dessas categorias de instituições faz-se necessário que se observe além do número de estabelecimentos, o número de bibliotecários envolvidos nessa atividade, as formas de treinamento possibilitadas e os incentivos proporcionados a seus profissionais.

TABELA 5.2.2.6 - INSTITUIÇÕES CUJOS BIBLIOTECÁRIOS PARTICIPARAM DE ATIVIDADES DE TREINAMENTO, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79

INSTITUIÇÕES	Nº	%
Estadual.....	2	2
pública Federal .....	5	27,78
Municipal .....	1	5,55
Particular .....	12	66,67
TOTAL .....	18	100,00

Observando o número de bibliotecários que participaram de alguma forma de treinamento, verifica-se que as bibliotecas das instituições públicas federais fazem-se mais presentes pois, durante os cinco anos pesquisados, sempre houve profissionais desses estabelecimentos envolvidos nessa atividade. Entretanto, é a partir de 1977 que cresce o número de seus profissionais integrados em uma ou mais formas de treinamento (tabela 5.2.2.7). Somente em 1975, os estabelecimentos privados apresentam um número superior de bibliotecários participando de treinamento, em comparação aos públicos. Em termos percentuais, a rede pública federal apresenta índices superiores a 70%, nos anos de 1976 a 1979.

Deve-se observar que o número dois registrado para o estabelecimento público municipal em 1978, significa que seu único bibliotecário esteve presente a duas atividades de treinamento nesse ano.

Em termos gerais, verifica-se uma frequência maior de bibliotecários às atividades de treinamento a partir de 1977, o que pode indicar o surgimento de uma compreensão do valor dessa forma de desenvolvimento de recursos humanos.

TABELA 5.2.2.7 - BIBLIOTECÁRIOS QUE PARTICIPARAM DE ATIVIDADES DE TREINAMENTO SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DE SUAS INSTITUIÇÕES - 1975-79

INSTITUIÇÕES	ANOS									
	1975		1976		1977		1978		1979	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pública										
Estadual .....	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Federal .....	4	36,36	4	100,00	30	88,24	20	74,07	33	82,50
Municipal .....	2	2	2	2	2	2	2	7,41	1	2,5
Particular .....	7	63,64	2	2	4	11,76	5	18,52	6	15,00
TOTAL .....	11	100,00	4	100,00	34	100,00	27	100,00	40	100,00

Na tabela 5.2.2.8, verifica-se que a maior participação de bibliotecários em relação ao seu total em cada categoria de instituição corresponde à do estabelecimento público municipal nos anos de 1978 e 1979. Entretanto, deve-se lembrar que essa instituição conta apenas com um profissional, o que faz com que sua percentagem não seja tão representativa em comparação à das outras quanto aos números absolutos. Apesar de ter sido registrada uma maior percentagem de bibliotecários da rede particular em 1975, verifica-se um crescimento contínuo desse índice a partir de 1977. Isso pode significar o estabelecimento de um programa regular de treinamento. Os percentuais obtidos para os estabelecimentos públicos apresentam variações no período estudado, registrando-se índices superiores a 20% em 1978 e a 30% em 1977 e 1979. Quanto às percentagens relativas aos totais gerais, os melhores índices registrados correspondem aos anos de 1977 e 1979.

Observando os percentuais de bibliotecários por instituições segundo sua subordinação financeira e em relação aos totais anuais, 1977 parece ser o marco de uma nova fase onde o treinamento de bibliotecários passa a assumir a importância que lhe é devida. Caso essa situação se mantenha, implicará numa ampliação qualitativa dos recursos humanos das bibliotecas, através de seu aperfeiçoamento.

TABELA 5.2.2.8 - ÍNDICE PERCENTUAL DE BIBLIOTECÁRIOS QUE PARTICIPARAM DE ALGUMA FORMA DE TREINAMENTO EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE BIBLIOTECÁRIOS DE CADA CATEGORIA DE INSTITUIÇÃO SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79

INSTITUIÇÕES	ANOS				
	1975	1976	1977	1978	1979
Pública					
Federal .....	5,00	4,88	34,88	21,05	34,02
Municipal .....	2	2	2	100,00	100,00
Particular .....	17,95	2	8,89	9,62	10,91
TOTAL .....	8,87	3,15	24,82	17,65	25,00

A participação em congressos representa a forma de treinamento em que um maior número de bibliotecários se envolvem no período de 1975 a 1979 (tabela 5.2.2.9). Entretanto, a maioria desses profissionais não apresentou trabalhos, o que pode refletir a ausência de interesse em comunicar suas experiências e/ou a não realização de pesquisas e estudos teóricos sobre seu próprio trabalho. Dos oito bibliotecários que apresentaram trabalhos em congressos, apenas um pertence à rede particular e os demais são funcionários da rede pública federal.

Em relação ao treinamento por meio de cursos de pós-graduação, as instituições públicas federais consti-



tuem as únicas que o oferecem (tabela 5.2.2.9). A participação nessa atividade teve início em 1976 e, a partir desse ano, observa-se um número maior de bibliotecários empenhados em programas de mestrado em comparação com os de especialização e doutorado. Caso seja mantida a participação de bibliotecários em programas de pós-graduação, esse fato deverá trazer benefícios não só para as bibliotecas através de seu melhor desempenho, mas também para o ensino superior como um todo.

Cabe assinalar que a realização de congressos parece exercer uma influência positiva sobre o desenvolvimento de recursos humanos das bibliotecas, uma vez que se verifica um número maior de bibliotecários participantes de treinamento nos anos em que são promovidos.

TABELA 5.2.2.9 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE BIBLIOTECÁRIOS POR FORMAS DE TREINAMENTO DE QUE PARTICIPARAM, SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DE SUAS INSTITUIÇÕES - 1975-79

INSTITUIÇÕES - ANOS FORMAS DE TREINAMENTO	Pública												TOTAL				
	Federal						Municipal										
	1975	1976	1977	1978	1979		1975	1976	1977	1978	1979						
Cursos																	
Especialização .....	Z	Z	1	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	1
Mestrado .....	Z	2	6	7	8	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	23
Doutorado .....	Z	Z	Z	2	2	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	4
Participação em congressos sem apresentação de trabalho .....	2	2	21	11	20	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	4	4	80
com apresentação de trabalho(s) .....	2	Z	2	0	3	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	1	Z	8
TOTAL .....	4	4	30	20	33	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	4	5	6	116

A participação de bibliotecários em alguma das formas de treinamento analisadas implica no fornecimento de incentivos a esses profissionais. A dispensa de carga horária ou do ponto constitui a forma de incentivo proporcionada a todos os bibliotecários das instituições federais, municipais e particulares que se integraram em treinamento nos anos de 1975 a 1979. Os outros incentivos indicados foram o pagamento de diárias e o custeio de despesas, proporcionadas por essas três categorias de instituições, mas não a todos nem de forma contínua no período estudado. O fato da alternativa "contagem de pontos em avaliação de desempenho" não ter sido assinalada por nenhuma das instituições talvez indique a não valorização do treinamento como forma de desenvolvimento de seus bibliotecários ou a não realização de avaliações.

### 5.2.3 Recursos financeiros

O desenvolvimento do acervo e a manutenção e ampliação do quadro de pessoal das bibliotecas universitárias mineiras, no período de 1975 a 1979, foram realizados com a aplicação de recursos financeiros provenientes dos próprios estabelecimentos de ensino e de fontes externas, principalmente convênios.

Os dados sobre recursos financeiros disponíveis acham-se reunidos em dois tópicos: gastos com pessoal e gastos com aquisição de materiais bibliográficos e não bibliográficos.

## 5.2.3.1 Gastos com pessoal

Em relação às fontes de recursos para o pagamento de pessoal em 1979, 83, 12% das bibliotecas contou com fundos fornecidos somente pela própria instituição, 3,89% utilizou recursos provenientes apenas de fontes externas, e 12,99% obteve fundos tanto do próprio estabelecimento de ensino como de outras fontes. De acordo com os dados apresentados na tabela 5.2.3.1.1, verifica-se uma alta participação das instituições de ensino mantenedoras das bibliotecas no pagamento de seu pessoal em 1979.

Das setenta e sete bibliotecas, três possuíam pessoal subvencionado apenas por recursos advindos de fontes externas, principalmente convênios, em 1979. Esse fato pode ocasionar problemas se houver um cancelamento no fornecimento desses fundos e se a instituição não tiver programado uma forma para cobrir essas despesas. Nesse caso, a biblioteca possivelmente ficará sem seu pessoal ou parte desse. Uma falta de previsão nesse sentido certamente resultará em sérios danos para a biblioteca, como a paralização de parte de suas atividades ou até de todas. Essa situação deverá trazer consequências negativas para o ensino ministrado nos estabelecimentos mantenedores dessas bibliotecas.

Deve ser observado que a escola pertencente à rede pública municipal se utiliza da biblioteca da cidade e que seu pessoal é mantido pela prefeitura da cidade. Dessa forma, essa instituição não investe em pagamento de pessoal de biblioteca. Esse fato talvez acarrete sérias consequências dependendo do poder que o estabelecimento de ensino possui para conseguir o atendimento de reivindicações que possa apresentar.

TABELA 5.2.3.1.1 - FONTES DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DO PESSOAL DAS BIBLIOTECAS, SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES - 1979

INSTITUIÇÕES	FONTES DE RECURSOS		Instituição e outras fontes
	Instituições	Outras fontes	
Estadual .....	3	2	2
Pública Federal .....	7	2	3
Municipal.....	2	1	2
Particular .....	54	2	7
TOTAL .....	64	3	10

A distribuição do número de funcionários das bibliotecas pelas fontes de recursos para seu pagamento (tabela 5.2.3.1.2) confirma os dados apresentados na tabela 5.2.3.1.1 quanto às instituições estaduais e municipal. Os recursos financeiros para pessoal de biblioteca desses estabelecimentos de ensino advêm somente da própria instituição e de fonte externa, respectivamente, de 1975 a 1979. Em relação aos estabelecimentos federais e particulares de ensino cujos recursos provêm da própria instituição e de outras fontes, verifica-se que há um número maior de funcionários das bibliotecas subvencionados pelas próprias organizações, exceto no caso dos estagiários dos primeiros. Entretanto, cabe assinalar que o número de bibliotecários da rede federal pagos por fontes externas apresenta um crescimento superior em comparação aos mantidos pelos estabelecimentos de ensino. Quanto aos auxiliares técnico-administrativos da rede privada, detecta-se um crescimento da ordem de 100% desses funcionários subvencionados por fontes externas em 1979, em comparação a 1978. Observa-se um decréscimo no número de estagiários mantidos pelas instituições utilizadas no ano de 1979, que che

gou a ser inferior ao registrado para 1975. A diminuição da utilização dessa mão-de-obra talvez se deva a uma carência de fundos para o pagamento de pessoal de bibliotecas, o que pode ter ocasionado a decisão de se manter os funcionários das demais categorias consideradas mais necessárias.

SECRETARIA DE ECONOMIA  
 DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
 DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
 DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

TABELA 5.1.1.2 - ANEXO DE FUNDAMENTOS DAS BILIBLIOTECAS, SEGUNDO A PARTE DE RECURSOS PARA SEU PAGAMENTO E A FUNDAMENTAÇÃO PROPOSTA INSTITUCIONAL - 1975-79

RECURSOS - ANEXO DE FUNDAMENTOS DAS BILIBLIOTECAS	BIBLIOTECA					ANEXO ADMINISTRATIVO					TOTAL				
	1975	1976	1977	1978	1979	1975	1976	1977	1978	1979	1975	1976	1977	1978	1979
Salários	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Outros recursos	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75
Manutenção	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Outros	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
TOTAL	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115

B = Biblioteca  
 A = Anexo Administrativo  
 T = Total

Em termos percentuais, os estabelecimentos de ensino constituem a principal fonte de recursos financeiros para o pagamento de bibliotecários, auxiliares técnicos-administrativo e de serviços gerais, correspondendo essa contribuição à manutenção de mais de 90% do número desses funcionários nos anos de 1975 a 1979 (tabela 5.2.3.1.3). Apenas em 1979, a percentagem registrada para auxiliar de serviços gerais apresenta-se inferior ao índice registrado para os anos anteriores, ou seja, inferior a 90%. Entretanto, os dados referentes a estagiários diferem daqueles detectados para as demais categorias funcionais. Embora tenha crescido o percentual de estagiários subvencionados pelos próprios estabelecimentos de ensino, fontes financeiras externas ainda mantêm mais de 75% desses funcionários.



TABELA 5.2.3.1.1.3- ÍNDICE PERCENTUAL DE FONTES DE RECURSOS UTILIZADAS NO PAGAMENTO DE PESSOAL DAS BIBLIOTECAS, POR CATEGORIA DE FUNCIONÁRIOS - 1975-79

ANOS - FONTES DE RECURSOS PESSOAL	1975		1976		1977		1978		1979	
	I	O	I	O	I	O	I	O	I	O
	Bibliotecário .....	96,77	3,23	92,13	7,87	90,51	9,49	90,85	9,15	91,25
Auxiliar técnico-administrativo	97,62	2,38	96,47	3,53	92,42	7,58	94,01	5,99	93,35	6,65
Auxiliar de serviços gerais ...	95,59	4,41	96,25	3,75	78,52	21,48	91,16	8,84	88,00	12,00
Estagiário .....	12,70	87,30	17,99	82,01	25,29	74,71	22,47	77,53	24,14	75,86

I = instituição

O = outra(s) fonte(s)

Observando os percentuais gastos com pessoal de Biblioteca em relação aos totais das despesas da instituição com seu pessoal, nota-se um crescimento pequeno nos primeiros referentes a estabelecimentos da rede pública estadual e federal (tabela 5.2.3.1.4). Os percentuais registrados para as instituições municipal e particulares apresentam variações no período de 1975 a 1979.

No cômputo geral, parece existir uma tendência à diminuição de gastos com pessoal da biblioteca. Como não houve um decréscimo em termos numéricos (tabelas 5.2.2.3 e 5.2.2.4), acredita-se que os aumentos salariais concedidos a esses funcionários tenham sido pequenos.

Comparando os dados registrados nas tabelas 5.2.2.5 e 5.2.3.1.4, observa-se que o pessoal das bibliotecas não deve possuir um nível salarial alto. Parece que esses funcionários não representam uma parcela grande nas folhas de pagamento dos estabelecimentos de ensino, constituindo assim uma mão-de-obra não muito onerosa. Essa possível baixa remuneração pode influenciar na qualidade dos profissionais, fazendo com que os melhores procurem outros empregos onde obtenham salários mais altos. A provável concessão de remunerações baixas pode refletir a falta de reconhecimento e compreensão do valor da biblioteca universitária para o ensino superior, por parte das instituições e de seus dirigentes.

TABELA 5.2.3.1.4 - ÍNDICE PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL DAS BIBLIOTECAS EM RELAÇÃO AOS GASTOS COM PESSOAL TOTAL DAS INSTITUIÇÕES, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA -1975-79

INSTITUIÇÕES	DATAS					
	1975	1976	1977	1978	1979	
Pública	Estadual .....	2,59	3,53	3,48	4,04	4,51
	Federal .....	0,79	1,58	1,40	1,31	1,35
	Municipal .....	9,68	0,70	1,21	1,96	2,12
Particular .....	2,43	3,74	2,46	2,48	2,42	
TOTAL .....	1,53	2,59	1,91	1,91	1,74	

(1) Obtiveram-se dados de 70 bibliotecas em 1975, de 73 em 1976, de 74 em 1977 e 1978, e de 75 em 1979

#### 5.2.3.2 Gastos com materiais bibliográfico e não bibliográfico

Mais de 50% das setenta e sete bibliotecas pesquisadas obtêm recursos financeiros apenas da própria instituição para a expansão de suas coleções, no período de 1975 a 1979. Nove (11,69%) bibliotecas contam também com fundos provenientes de convênios. Dessas nove bibliotecas, quatro pertencem à rede particular, três à rede pública federal, uma à municipal e outra à estadual. Assim sendo, mais bibliotecas da rede pública dispõem de recursos financeiros advindos de convênios, por um ou mais anos. Doações de outras organizações que não as de ensino, de particulares e cobranças de multas representam as outras fontes de fundos para aquisição de acervo que foram utilizadas por seis (7,79%) bibliotecas, sendo cinco de estabelecimentos particulares de ensino e uma da rede pública federal. Dessa forma, apenas uma percentagem pequena das bibliotecas consegue recursos de fontes financeiras externas.

Em termos de representatividade dos recursos provenientes de outras fontes, esses constituem uma parcela pequena das verbas das bibliotecas, com exceção para dois anos de uma biblioteca da rede federal e para um ano de uma instituição particular.

Infelizmente, sete (9,09%) das bibliotecas pesquisadas não receberam fundos para compra de materiais bibliográficos e não bibliográficos entre 1975 e 1979 por períodos compreendidos entre um a cinco anos. Somente uma dessas bibliotecas pertence a uma universidade federal, e sofreu o corte de verba por um ano. As demais fazem parte de escolas particulares, sendo que uma deixou de obter fundos por um ano, duas por dois anos, uma por três, e duas por cinco anos. Uma dessas duas últimas informou, durante a visita realizada na fase de coleta de dados, que a escola pretendia destinar uma parcela de seu orçamento para a compra de material para o acervo de sua biblioteca a partir de 1981. Essa falta de recursos por períodos diferentes deve ter ocasionado prejuízos ao acervo das bibliotecas, como desatualização das coleções de livros, não assinatura de periódicos ou falhas em alguns de seus títulos. Para tentar corrigir essa situação, será necessário um investimento maior nas bibliotecas. Acredita-se que isso seja difícil de acontecer, uma vez que não houve uma preocupação anterior de se dotar as bibliotecas com verbas para o desenvolvimento de seus acervos. Esse fato pode refletir a falta de interesse ou o não conhecimento das possibilidades da biblioteca universitária como órgão de suporte para o bom desenvolvimento dos programas de ensino.

Os gastos das bibliotecas com a expansão de seus acervos apresentam crescimentos diferentes de acordo com a subordinação financeira de suas instituições mantenedoras (tabela 5.2.3.2.1). A única categoria de biblioteca, segundo a subordinação financeira de sua instituição, que mostrou um decréscimo foi a da escola municipal nos anos de 1976, 1977 e 1979. Para as demais categorias, observa-se um cres-

cimento superior ao de 1975, porém nem sempre contínuo, com exceção dos índices encontrados para as bibliotecas da rede pública federal, e o geral correspondendo ao de todas as instituições.

Comparando os índices de crescimento dos gastos das bibliotecas com a compra de seu acervo e a situação dos cursos de graduação e de pós-graduação das instituições em relação à legislação do MEC (tabelas 5.1.4, 5.1.7 e 5.2.3.2.1), não se encontra uma influência direta dessa legislação sobre os percentuais destinados à aquisição das coleções das bibliotecas em todas as categorias de estabelecimentos de ensino. Nas bibliotecas das instituições estaduais, verifica-se um investimento maior em seus acervos no ano de 1979, enquanto a criação, autorização e reconhecimento de seu último curso de graduação ocorreram em 1978. Em relação ao estabelecimento municipal de ensino, após a autorização e reconhecimento de seu curso em 1975, observa-se um índice superior ao desse ano somente em 1978. Os índices correspondentes aos demais anos cobertos por esta pesquisa foram inferiores ao de 1975. Durante os anos de 1975 a 1979, registra-se um crescimento contínuo dos gastos com o desenvolvimento de suas coleções por parte das bibliotecas da rede federal, e pode-se observar também a criação, autorização e reconhecimento de cursos de graduação bem como a criação e reconhecimento de cursos de pós-graduação de instituições dessa rede no mesmo período. Em relação às bibliotecas de instituições particulares, parece não ter havido uma correspondência direta entre a situação de seus cursos de graduação e pós-graduação e o investimento nos acervos de suas bibliotecas, conforme dados apresentados nas tabelas 5.1.4, 5.1.7 e 5.2.3.2.1.

As instituições federais, estaduais e particulares apresentam um crescimento contínuo em seus gastos, contudo nos índices correspondentes às suas bibliotecas não se observa essa continuidade de crescimento, com exceção dos

Índices referentes às bibliotecas federais. Comparando os dados da tabela 5.2.3.2.1, verifica-se um índice superior para os gastos totais das instituições particulares e municipal em relação ao de suas bibliotecas no período de 1975 a 1979. As bibliotecas da rede pública federal e estadual mostram índices superiores ao de suas instituições nos anos de 1975 a 1977 e 1979, e em 1977 e 1979, respectivamente. Em termos gerais, registra-se um crescimento contínuo dos gastos das instituições e das bibliotecas. Entretanto, os índices correspondentes aos gastos dos estabelecimentos de ensino são superiores no período de 1975 a 1979.

TABELA 5.2.3.2.1 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS GASTOS DAS BIBLIOTECAS COM A COMPRA DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO E NÃO BIBLIOGRÁFICO E DOS GASTOS TOTAIS DAS INSTITUIÇÕES, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79

INSTITUIÇÕES	ANOS											
	1975		1976		1977		1978		1979			
	B	I	B	I	B	I	B	I	B	I		
Estadual .....	100,00	100,00	139,43	124,67	217,62	181,43	192,07	285,04	1050,62	561,55		
Pública Federal .....	100,00	100,00	137,05	151,47	302,10	236,43	390,87	424,77	671,68	625,02		
Municipal .....	100,00	100,00	40,17	94,07	75,08	181,00	136,24	226,00	6,89	325,57		
Particular .....	100,00	100,00	258,58	534,32	145,32	731,45	288,97	1178,29	476,31	1725,87		
TOTAL .....	100,00	100,00	112,71	204,51	150,03	304,99	217,48	527,11	368,79	777,20		

B = Biblioteca  
I = Instituição

Ao se verificar apenas os índices de gastos das bibliotecas com seus acervos e os de gastos totais das instituições, pode-se pensar que as bibliotecas possuem recursos adequados, com exceção da pertencente à escola municipal. Contudo, para se ter uma visão mais clara dessa situação, calculou-se o percentual dos gastos das bibliotecas com suas coleções em relação aos gastos totais de suas instituições. Para se obterem percentuais mais reais, utilizaram-se somente os dados dos questionários que responderam às duas questões sobre esses itens, ou seja, as de número 9 e 11.4.

Apenas as bibliotecas da escola municipal em 1975 e 1978, e da rede particular em 1975 apresentam percentuais superiores a 1% em seus gastos referentes à compra de materiais bibliográfico e não bibliográfico em relação ao total de despesas de suas instituições de ensino. Para as bibliotecas de todas as categorias nos cinco anos pesquisados, com exceção dos casos mencionados anteriormente, esse índice é inferior a 1% (tabela 5.2.3.2.2). Registram-se variações nesses índices, mas não se observa seu crescimento contínuo. Esses baixos índices e suas variações podem demonstrar a falta de conhecimento da necessidade de bibliotecas dotadas de bons acervos e/ou a ausência de uma política definida de melhoramento das bibliotecas. Assim sendo, a situação deixa muito a desejar.





TABELA 5.2.3.2.2 - ÍNDICE PERCENTUAL DE GASTOS DAS BIBLIOTECAS COM A COMPRA DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO E NÃO BIBLIOGRÁFICO EM RELAÇÃO AOS GASTOS TOTAIS DAS INSTITUIÇÕES, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79

INSTITUIÇÕES	ANOS				
	1975	1976	1977	1978	1979
Estadual .....	0,45	0,50	0,53	0,15	0,83
Pública Federal .....	0,43	0,39	0,55	0,40	0,46
Municipal .....	3,64	0,98	0,95	1,38	0,05
Particular .....	1,59	0,77	0,32	0,39	0,44
TOTAL .....	0,96	0,53	0,47	0,40	0,46

(1) Foram computados dados de 69 instituições que responderam às questões 9 e 11.4.

Os gastos das bibliotecas com materiais bibliográfico e não bibliográfico por aluno e por usuário (tabela 5.2.3.2.3) apresentam as mesmas características dos índices de crescimento dessas despesas registrados na tabela 5.2.3.2.1, e comentadas quando de sua análise. Apesar do crescimento contínuo detectado para as despesas com a compra de material para seu acervo por aluno e por usuário, seus índices se mostram baixos. Essa situação adquire proporções mais graves devido ao fato de que os custos dos materiais bibliográficos e não bibliográficos sofrem aumentos frequentes até mesmo no período de um ano. Esse fato talvez explique porque não se observam mudanças significativas nas relações entre os números de usuários e os de coleções das bibliotecas, conforme pode ser constatado na tabela 5.2.1.3.

TABELA 5.2.3.2.2 - ÍNDICE PERCENTUAL DE GASTOS DAS BIBLIOTECAS COM A COMPRA DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO E NÃO BIBLIOGRÁFICO EM RELAÇÃO AOS GASTOS TOTAIS DAS INSTITUIÇÕES, SEGUNDO SUA SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA - 1975-79

INSTITUIÇÕES	ANOS				
	1975	1976	1977	1978	1979
Estadual .....	0,45	0,50	0,53	0,15	0,83
Pública Federal .....	0,43	0,39	0,55	0,40	0,46
Municipal .....	3,64	0,98	0,95	1,38	0,05
Particular .....	1,59	0,77	0,32	0,39	0,44
TOTAL .....	0,96	0,53	0,47	0,40	0,46

(1) Foram computados dados de 69 instituições que responderam às questões 9 e 11.4.

Os gastos das bibliotecas com materiais bibliográfico e não bibliográfico por aluno e por usuário (tabela 5.2.3.2.3) apresentam as mesmas características dos índices de crescimento dessas despesas registrados na tabela 5.2.3.2.1, e comentadas quando de sua análise. Apesar do crescimento contínuo detectado para as despesas com a compra de material para seu acervo por aluno e por usuário, seus índices se mostram baixos. Essa situação adquire proporções mais graves devido ao fato de que os custos dos materiais bibliográficos e não bibliográficos sofrem aumentos frequentes até mesmo no período de um ano. Esse fato talvez explique porque não se observam mudanças significativas nas relações entre os números de usuários e os de coleções das bibliotecas, conforme pode ser constatado na tabela 5.2.1.3.

TABELA 5.2.3.2.3 - INDICE DE GASTOS COM A COMPRA DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS E NÃO BIBLIOGRÁFICOS DAS BIBLIOTECAS POR CADA ALUNO E POR CADA USUÁRIO, SEGUNDO A SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES - 1975-79

INSTITUIÇÕES	GASTOS POR ALUNO E POR USUÁRIO - ANOS					Por cada aluno					Por cada usuário				
	1975	1976	1977	1978	1979	1975	1976	1977	1978	1979	1975	1976	1977	1978	1979
Estadual .....	47,78	17,09	20,48	17,24	137,79	44,33	15,79	18,81	16,16	129,07					
Fédérica .....	82,11	108,12	226,95	292,03	418,16	73,02	95,71	200,14	255,34	368,38					
Municipal .....	432,42	96,50	122,52	175,86	8,28	396,72	91,42	115,54	165,03	7,84					
Particular .....	33,77	80,96	43,86	81,40	119,46	31,75	75,83	41,17	76,76	112,61					
TOTAL .....	51,87	89,96	111,31	155,55	230,73	47,70	82,44	102,02	144,10	211,94					

(1) Utilizou-se Cr\$ 1,00 como valor referencial para o cálculo dos dados

Esta pesquisa questiona quatro pontos básicos como contribuição para a análise das condições reais de que dispõem as bibliotecas universitárias mineiras no desempenho efetivo de seu papel. Abrange o período de 1975 a 1979.

A primeira hipótese - os recursos financeiros fornecidos às bibliotecas universitárias mineiras para a compra de seus acervos têm decrescido em valor real no período de 1975 a 1979 - é aceita. Esses recursos apresentam crescimento em seu valor absoluto no período estudado. Contudo, verifica-se o decréscimo de seu valor real. Comprova-se esse fato ao se observar que não ocorre um aumento numérico na compra de materiais bibliográficos e não bibliográficos. Esse decréscimo encontra-se representado nos números e nos índices de crescimento dos materiais das coleções adquiridas por compra anualmente, de 1975 a 1979.

Os gastos das bibliotecas de instituições mineiras de ensino superior com a aquisição de seus materiais bibliográficos e não bibliográficos apresentam um crescimento inferior aos gastos globais de suas instituições mantenedoras no quinquênio estudado. Esta afirmativa constitui a segunda hipótese proposta, que também é aceita. Considerando as bibliotecas e as instituições a que se filiam, independentemente de suas subordinações financeiras, as instituições apresentam índices superiores de crescimento, o que ocasiona a aceitação da segunda hipótese. Entretanto, algumas situações específicas parecem contrariar esse resultado. Registra-se, por exemplo, um crescimento maior dos gastos com a compra de materiais para os acervos das bibliotecas estaduais em 1976, 1977 e 1979, e para as coleções das bibliotecas federais em 1977 e 1979, quando comparados com as despesas de suas entidades mantenedoras.

Outro aspecto a destacar durante o quinquênio é que os estabelecimentos mineiros de ensino superior revelam um aumento contínuo em seus gastos. Em termos de bibliotecas, esse fato é detectado somente para as da rede federal e para o índice geral das bibliotecas. Entretanto, o crescimento contínuo do índice geral ocorre apenas em decorrência do fato de as bibliotecas federais terem tido uma receita bem maior em comparação com as despesas das bibliotecas das demais categorias.

Rejeita-se a terceira hipótese: o número de materiais bibliográficos e não bibliográficos disponíveis no acervo das bibliotecas universitárias mineiras por usuário e por curso tem decrescido no período de 1975 a 1979. Registra-se um aumento contínuo nos índices de relação de materiais disponíveis nos acervos por curso, exceto em relação a mapas cujo índice de 1979 é inferior ao 1978. Por outro lado, apesar de ter ocorrido um aumento na proporção de material dos acervos das bibliotecas por usuário, esse não é contínuo e para alguns materiais registra-se um decréscimo, como para a coleção de partituras musicais nos anos de 1976, 1977 e 1979. Os índices de acervo por usuário detectados para livros, materiais audio-visuais e folhetos em 1979 são inferiores aos de 1977 e 1978. As proporções de periódicos e teses por usuário se mantêm constantes em 1978 e 1979, fato que também ocorre com relação aos mapas nos anos de 1976 e 1977. Entretanto, os índices registrados para todos os tipos de materiais em 1975 são inferiores aos dos anos que o sucedem, o que fundamenta a rejeição da terceira hipótese. Contudo, deve-se assinalar que os crescimentos verificados não são significativos, mostrando assim que o aumento dos acervos das bibliotecas não acompanha devidamente o da população e o de cursos a serem atendidos. Esse fato revela que as coleções, em termos quantitativos, deixam a desejar e que é necessário um maior investimento nas bibliotecas requeridas, o que foi explicitado ao se 3

A quarta hipótese afirma que a proporção de pessoal das bibliotecas universitárias de Minas Gerais por usuário tem decrescido nesse período de tempo. Esta hipótese é aceita. O índice de relação registrado para 1975 é superior aos encontrados para os demais anos considerados por esta pesquisa. Observa-se um decréscimo contínuo nas proporções detectadas nos anos de 1975 a 1978, e um aumento em 1979, mas ainda inferior ao índice registrado para 1975. Verificando os índices de crescimento de pessoal das bibliotecas e de usuários, poder-se-ia esperar que as proporções fossem diferentes, uma vez que se registra um crescimento maior do pessoal de biblioteca em comparação ao da população a que deve atender.

As quatro hipóteses destacam aspectos importantes para se conhecer a situação das bibliotecas universitárias em Minas Gerais no período de 1975 a 1979. Entretanto, é indispensável a apresentação de outros pontos abordados nesta pesquisa para o aprofundamento desse conhecimento.

As bibliotecas universitárias mineiras atuam em um contexto educacional em que predominam os estabelecimentos isolados de ensino superior com uma grande participação da rede particular na educação a nível de graduação, que detem os maiores números de alunos e de cursos desse nível. Nesse contexto, não se destaca a atuação das redes estadual e municipal, em termos quantitativos. Entretanto, a rede pública federal desempenha um papel de grande importância por oferecer cursos de graduação e de pós-graduação que abrangem todos os ramos do conhecimento e por ser mais atuante na área de pesquisa.

Cento e dezessete bibliotecas atendem às nove e duas instituições mineiras de ensino superior incluídas nesta pesquisa. A criação de cerca de 641 das bibliotecas ocorre durante o intervalo de tempo entre a criação e a autorização de cursos de graduação. A emergência do número maior

de bibliotecas ocorre na década de setenta, período que também corresponde à maior expansão do ensino superior no Estado de Minas Gerais, em comparação com as décadas anteriores. Esses fatos parecem indicar uma influência da legislação regulamentadora do ensino superior. Contudo, nem todas as bibliotecas universitárias são instaladas por ocasião da criação ou autorização de cursos de nível superior. Em 9,09% dos casos, utilizaram-se bibliotecas que atendiam a cursos de nível colegial de instituições que expandiram suas atividades para cursos de graduação. Um desses casos refere-se à utilização da biblioteca pública da cidade pela escola de nível superior da rede municipal, permitindo que se questione a qualidade do atendimento proporcionado aos alunos e professores dessa escola.

Em relação à constituição dos acervos das bibliotecas universitárias mineiras, 50,66% é formado apenas por livros e periódicos. Os demais materiais (audio-visuais, teses, folhetos, etc) encontram-se representados em proporções menores e não se acham presentes em todas as bibliotecas. Deve-se assinalar que somente duas bibliotecas possuem teses em seus acervos, embora o número de instituições que ministram cursos de pós-graduação lhe seja superior. Assim sendo, parece que as bibliotecas não possuem nem as teses produzidas em sua própria instituição. Essa falha pode demonstrar uma atuação passiva dos bibliotecários, que não reivindicam a posse de pelo menos um exemplar de cada tese gerada em seu local de trabalho.

Os índices de relação de materiais bibliográficos e não bibliográficos por usuário e por curso refletem a ênfase existente na formação de acervos, constituídos principalmente por livros. Verificam-se as proporções médias de 11,06 livros por usuário e índices inferiores com relação aos demais materiais. Quanto à proporção de coleções por curso há também uma tendência a enfatizar a aquisição de livros. Apesar do número de livros por curso não atingir o

Resolução nº 18/77 do CFE (12).



A presença marcante dos materiais mais tradicionais (livros e periódicos) nas coleções das bibliotecas universitárias mineiras parece indicar o emprego de métodos de ensino, cujas exigências devem ser atendidas por esses materiais. Outra possibilidade é que os responsáveis pelas bibliotecas não divulguem a possível utilização de outras coleções das bibliotecas possivelmente se relaciona com o fato de que a maior oferta de ensino superior em Minas Gerais se dê a nível de graduação e na área de Ciências Humanas e Sociais. Pode também significar a adoção de livros-texto. Esse último fato apresenta o perigo de se restringir o desenvolvimento do espírito crítico e inovador dos alunos, indispensável para que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento do país em seus vários aspectos.

As atividades realizadas nas instituições de educação superior, tanto a nível de ensino quanto de pesquisa, parecem exercer influência sobre a constituição dos acervos das bibliotecas. Uma maior diversificação de materiais nas coleções é detectada nos estabelecimentos federais, principalmente nas universidades, que apresentam maior participação em pesquisa, no ensino de pós-graduação e que abrangem um número maior de áreas do conhecimento, através dos cursos de graduação e de pós-graduação.

O acervo de 77,33% das bibliotecas pesquisadas tem sido formado através de compra e de doação; 20% das bibliotecas desenvolvem seus acervos por compra, doação e permuta; 2,67% o fazem somente através de doação. A doação constitui uma forma muito importante para o desenvolvimento das coleções, seja pelo número de bibliotecas que a utilizam, seja pelo número de materiais assim adquiridos. Essa expressiva representatividade do processo de doação utilizado indica que as instituições não têm investido muito nos acervos das bibliotecas. Outro ponto que reforça esta afirm

mativa é o decréscimo ocorrido na compra de livros, de 1977 a 1979. Há um crescimento na compra de outros materiais, como o registrado em relação a periódicos nas bibliotecas da rede federal e a audio-visuais nas bibliotecas das redes federal e particular, mas não de maneira contínua. A discussão acima permite que se afirme que tem ocorrido um decréscimo nos gastos com a expansão das coleções das bibliotecas estudadas.

O quadro de pessoal das bibliotecas universitárias de Minas Gerais constitui-se de: bibliotecários, auxiliares técnico-administrativos e de serviços gerais e estagiários. Mas observam-se variações na composição desse quadro entre as instituições pesquisadas. O auxiliar técnico-administrativo representa a categoria funcional mais presente. Em algumas bibliotecas, exerce as funções específicas de bibliotecário sem estar preparado, ocasionando deficiências na organização das bibliotecas e em sua prestação de serviços, principalmente quanto ao serviço de referência. Dezessete bibliotecas - uma a nível federal e dezesseis particulares correspondendo a 24,87% da população pesquisada - não contam com bibliotecários. Essa situação contraria as resoluções do CFE que recomendam que as bibliotecas de instituições de ensino superior devem possuir pessoal técnico qualificado. Três bibliotecas da rede privada já possuem bibliotecários por um ou dois anos, no período de 1975 a 1978. As bibliotecas pertencentes a instituições federais possuem mais de 50% dos bibliotecários no seu quadro, o que as torna detentoras de um maior potencial de recursos humanos. Esse seu potencial cresce a partir de 1976, quando um número maior de seus funcionários passam a trabalhar em regime de tempo integral. Apesar de se detectar um aumento no número de bibliotecários da rede particular, esse ainda é pequeno em comparação com o aumento do número de seus usuários e de cursos ministrados por suas instituições mantenedoras. O Índice médio de relação de bibliotecário por u-

suário é aproximadamente de 1:700, não representando uma situação ideal. Essa deficiência acentua-se pelo fato de que nem todas as bibliotecas contam com esse profissional. Por outro lado, a relação de pessoal total das bibliotecas por usuário revela uma proporção melhor do que o anterior -1:144. Os dados coletados parecem indicar uma tendência de expansão de recursos humanos das bibliotecas através da contratação de mão-de-obra menos onerosa. Essa atitude pode, contudo, revelar o desconhecimento, por parte das instituições, da importância e da utilidade de se atribuir às bibliotecas pessoal técnico devidamente qualificado.

Investigou-se a situação de treinamento de bibliotecários que representa uma oportunidade de aperfeiçoar o nível dos recursos humanos da biblioteca, com provável melhoria na prestação de serviços. As formas de treinamento pesquisadas incluíram a participação em congressos e em cursos de pós-graduação a nível de especialização, mestrado e doutorado. Essas atividades, ao mesmo tempo que possibilitam condições de reciclagem aos bibliotecários, exigem um maior envolvimento das instituições.

O número de estabelecimentos de ensino superior, cujos bibliotecários se envolveram em alguma forma de treinamento é insignificante - dezoito (19,57%). A maior participação se dá através do comparecimento a congressos sem apresentação de trabalhos. Assim sendo, acredita-se que os benefícios advindos dessa participação são diretamente proporcionais ao interesse que os bibliotecários manifestem por sua profissão. Considerando o percentual de instituições envolvidas em treinamento em relação ao total de sua categoria, o percentual de seus bibliotecários participantes em alguma atividade de aperfeiçoamento, os tipos de treinamento e incentivos proporcionados, pode-se afirmar que as instituições públicas federais demonstram uma maior participação nesse aspecto.

A partir de 1977, verifica-se uma expansão no treinamento de bibliotecários, tanto em termos numéricos quanto na diversificação das formas possibilitadas. Apesar disso, os incentivos proporcionados aos bibliotecários podem ser considerados pouco representativos, constituindo, na maioria dos casos, o indispensável: a dispensa de cumprimento da carga horária. Outro ponto que se destaca é a ausência de uma política definida e favorável. Essa política parece existir somente em dois estabelecimentos federais, cujos bibliotecários frequentaram cursos de pós-graduação por anos consecutivos dentro do período estudado.

A análise da constituição dos acervos das bibliotecas e das formas de aquisição utilizadas e a participação em congressos sem apresentação de trabalhos como a atividade de treinamento mais desenvolvida, parecem caracterizar os bibliotecários como profissionais passivos. Acredita-se que, nesses aspectos e talvez em outros não averiguados, esses profissionais poderiam desempenhar melhor suas funções através de ações que lhes exigissem maior esforço, mas que resultassem em uma atuação mais dinâmica das bibliotecas em que trabalham.

Os recursos financeiros para o desenvolvimento dos acervos das bibliotecas universitárias mineiras provêm, principalmente, das próprias instituições de ensino superior, que constituem a única fonte de fundos para mais de 50% das bibliotecas pesquisadas. Os convênios, doações de outras organizações e de particulares e cobrança de multas representam as outras fontes financeiras para a expansão dos acervos, embora não contribuam de maneira significativa para todas as bibliotecas que delas usufruem. Sete bibliotecas (9,09%) não atualizaram seus acervos com materiais adquiridos por compra devido à falta de recursos financeiros, durante um, dois, três ou cinco anos. Somente se registra um crescimento contínuo dos gastos com a compra de materiais bibliográficos e não bibliográficos nas bibliotecas de institui

ções federais, enquanto que o crescimento detectado para as bibliotecas das redes particular e pública estadual mostra variações no período de 1975 a 1979. Deve-se observar que, nas bibliotecas de estabelecimentos federais, parece existir uma relação direta entre a legislação do CFE sobre ensino superior e o investimento na expansão de suas coleções. O percentual dos gastos com acervo das bibliotecas em relação às despesas totais das instituições ultrapassa 1% somente nas bibliotecas da rede particular em 1975 e da municipal em 1975 e 1978. De modo geral, verificam-se percentuais inferiores a 1%. Considerando esse fato e o Índice de crescimento das despesas com acervo, conclui-se que não se investiu muito em bibliotecas nos anos de 1975 a 1979, o que talvez expresse a falta de uma política definida com referência às bibliotecas ou o desconhecimento da necessidade de se atualizarem suas coleções.

Em relação a gastos com pessoal de biblioteca, 83,12% dessas possuem funcionários pagos apenas com recursos provenientes da instituição de ensino superior. Três bibliotecas têm seus quadros de pessoal mantidos por fontes financeiras externas, o que lhes pode ocasionar problemas caso haja um corte de verbas. Considerando o número de funcionários das bibliotecas e as despesas com seus pagamentos, verifica-se que seus salários não aumentam de forma significativa, tornando-os uma mão-de-obra não muito onerosa. De modo geral, há indícios de uma possível diminuição nos gastos com pessoal das bibliotecas.

A situação das bibliotecas universitárias mineiras no período de 1975 a 1979 mostra certos problemas básicos relacionados na revisão de literatura sobre bibliotecas universitária brasileira. Verifica-se que os gastos com pessoal e acervo das bibliotecas ainda são pequenos, que as coleções crescem de maneira lenta, que nem todas as bibliotecas possuem bibliotecários e que é necessário aumentar e

mero desses profissionais e proporcionar-lhes melhores condições de aperfeiçoamento e de trabalho. De modo geral, re cursos adequados devem ser proporcionados às bibliotecas uni versitárias, para que possam realmente contribuir para o de senvolvimento do ensino superior.

As contradições geradas durante o processo de expansão do ensino superior se manifestam na situação das bi bliotecas universitárias. Essa situação não constitui um ponto isolado, mas é um reflexo da sociedade que cria e man têm o ensino superior. Investir pouco ou muito em bibliote- cas universitárias traduz uma concepção de educação. Não de ve significar apenas o atendimento de dispositivos legais. Investir em biblioteca universitária reflete o valor atribuí- do ao ensino superior e à necessidade de se lhe proporciona- rem bibliotecas com acervo atualizado e pessoal devidamente capacitado, para servir de suporte às atividades dos estabe- lecimentos de ensino superior. Dessa forma, as bibliotecas poderão contribuir de maneira mais eficaz na formação de pro- fissionais capazes de analisar a realidade que os cerca, e de atuar criticamente. Educação sob essa ótica significa in vestimento para todos, e a biblioteca universitária integra esse processo.

#### Sugestões de novos estudos

Esta pesquisa traduz a situação de um determi- nado momento e não constitui um estudo completo sobre a bi- blioteca universitária no Brasil. Assim sendo, torna-se per- tinente a indicação de algumas variáveis passíveis de inves- tigação, tais como:

- a) Análise de critérios adotados pelas instituições de ensi- no superior ao determinarem a alocação de recursos finan- ceiros para as bibliotecas universitárias;

- b) Investigação de parâmetros que orientem a avaliação das coleções e serviços prestados pelas bibliotecas universitárias brasileiras;
- c) Análise da visão que os administradores das instituições de ensino superior possuem sobre biblioteca universitária.

## BIBLIOGRAFIA

143

1. ARAGÃO, Esmeralda Maria de. Problemas das bibliotecas universitárias brasileiras. R. Bras. Bibliotecon. Doc., São Paulo, 1(1/3):41-3, jan./mar. 1973.
2. ARROYO, Miguel González & SANTOS, Odeir José dos, coord. Pesquisa-diagnóstico do ensino superior em Minas Gerais. Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais; Curso de Mestrado em Educação da UFMG, 1978. 184p.
3. ASHEIM, Lester E. University libraries in developing countries. ALA Bulletin, 59:795-802, Oct. 1965.
4. ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Belo Horizonte. Ensino do 3º grau; graduação e pós-graduação. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1980. 118p.
5. ASSUNÇÃO, Jandira Batista; TAVARES, Ruth Versiani; SANTOS, Jussara Pereira. Recursos humanos em biblioteca universitária. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, 4(1):52-62, mar. 1975.
6. AZEVEDO, Fernando de. A transmissão da cultura. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976. 268p.
7. BARRETO, Maria Helena de Sá & SOUZA, Zuleide Medeiros de. O processo de aquisição de material bibliográfico nas universidades brasileiras. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2. Brasília, 1981. Anais... Brasília, CAPES, 1981. p.135-44.



- BETTIOL, Osmar; CARVALHO, Maria Carmen Romcy de; MARGALHO, Francisco Bahia. Programa integrado de melhoria do ensino de graduação em Arquitetura e Urbanismo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2. Brasília, 1981. Anais... Brasília, CAPES, 1981. p.116-9.
8. BRAGA, Ronald. O ensino superior do Brasil: presente e futuro. Fund. J. P., 10(7/8):350-72, jul./ago. 1980.
9. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. CEPES. Análise da situação atual das bibliotecas nas I.E.S. Brasília, 1973. 19p.
10. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 16/77. Documenta, (205): 490-7, dez. 1977.
11. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 18/77. Documenta, (205): 499-502, dez. 1977.
12. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 19/77. Documenta, (205): 502-5, dez. 1977.
13. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 07/78. Documenta, (214): 591-9, set. 1978.
14. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Guia de bibliotecas universitárias brasileiras: Região Sudeste. Brasília, MEC/Departamento de Documentação e Divulgação, 1979. v.2, 272p.
- 15.

14. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Delegacia Regional de Minas Gerais. O ensino superior em Minas Gerais; estudo descritivo. Belo Horizonte, 1979. 193p.
15. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. Comissão do Ensino de Engenharia. Relatório preliminar. Brasília, 1973. 178p.
16. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Coordenação de Avaliação e Controle. O ensino superior no Brasil: 1974/1978; relatório. Brasília, 1979. 219p.
17. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Coordenação de Avaliação e Controle. Listagem e classificação dos cursos de graduação do ensino superior. Brasília, 1980. 15p.
18. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Catálogo geral de instituições de ensino superior, 1978. Brasília, 1979. 401p.
19. BUFFA, Ester. Ideologias em conflito; escola pública e escola particular. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
20. CARVALHO, Guido Ivan, org. Ensino superior; legislação e jurisprudência. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1975. v.1, 594p.
21. CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias. Brasília, ABDF, 1981. 72p.
22. CERVO, A. L. & BERVIAN, P.A. Metodologia científica. 2.ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978. 144p.

25. COSTA Marly Y. Análise de crescimento do acervo da Biblioteca Central da Fundação Universidade do Amazonas. R. Bibliotecon. Brasília, Brasília, 7(1):56-90, jan./jun. 1979.
26. CUNHA, Luiz Antonio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.
27. .-. A expansão do ensino superior: causas e consequências. Debate & Crítica, (5):27-58, mar. 1975.
28. .-. A universidade temporã: o ensino superior da colônia à época de Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. 295p.
29. CUNHA, Maria Luísa Monteiro da. Bibliotecas universitárias: algumas considerações acerca da situação no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 7. Belém, 29 jul./ 4 ago. 1973. Anais... Rio de Janeiro, IBICT, 1977.
30. .-. Controle Bibliográfico universal; novo desafio às bibliotecas universitárias. R. Bibliotecon. Brasília, Brasília, 5(2):863-73, jul./dez. 1977.
31. CUNHA, S. Ezequiel. Estatística descritiva na Psicologia e Educação. Rio de Janeiro, Forense, /s.d./ 243p.
32. DIAS, Antônio Caetano. Biblioteca universitária: sua integração ao processo de desenvolvimento. Revista do Livro, 10(31):47-53, jan./dez. 1967.
33. DUNDEE, Harold B. Depoimentos. Debate CAPES, 3(4):5-8, out. 1980.

34. ENCONTRO NACIONAL DE DIRETORES DE BIBLIOTECAS CENTRAIS UNIVERSITÁRIAS, 2. Belém, 29 jul./ 4 ago. 1973. Relatório do Grupo de Implantação da Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias. Belém, 1973.
35. ESBERARD, Charles Alfred. A biblioteca universitária no Brasil do ponto de vista do pesquisador, suas expectativas e interesses. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1. Niterói, 1978. Anais... Niterói, UFF, 1979. p.373-7.
36. ESTATÍSTICAS relativas a bibliotecas; recomendação da Unesco. R. Bras. Bibliotecon. Doc., São Paulo, 8(1): 72-81, jul./set. 1976.
37. FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus, 1966. 614p.
38. .— Universidade brasileira; reforma ou revolução? São Paulo, Alfa-Omega, 1975. 257p.
39. FERREIRA, Gilda Pires. A biblioteca universitária em perspectiva sistêmica. Recife, Convênio MEC-DAU/UPPe, 1977. 39p.
40. FERREIRA, Lusimar Silva. Bibliotecas universitárias brasileiras; análise de estruturas centralizadas e descentralizadas. São Paulo, Pioneira; Brasília, INL, 1980. 118p.
41. .— Centralização e descentralização de bibliotecas universitárias brasileiras. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1976. 236p. (Dissertação de Mestrado)

42. FERREIRA, Sonia Campos. Avaliação da coleção bibliográfica da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. R. Bibliotecon. Brasília, Brasília, 8(1):44-51, jan./jun. 1980.
43. FIGUEIREDO, Nice. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. R. Bibliotecon. Brasília, Brasília, 7(1):9-24, jan./jun. 1979.
44. —. Seleção e aquisição de material em bibliotecas universitárias brasileiras. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2. Brasília, 1981. Anais. Brasília, CAPES, 1981.
45. FONSECA, Edson Nery da. Roteiro para organização de bibliotecas universitárias. Brasília, Gráfica Pilôto da UnB, 1967.
46. FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 4.ed. São Paulo, Moraes, 1980. 142p.
47. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. Rio de Janeiro, 1979. 21p.
48. GARCIA, Walter E., org. Educação brasileira contemporânea; organização e funcionamento. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978.
49. —. Inovação educacional no Brasil; problemas e perspectivas. São Paulo, Cortez, 1980. 264p.
50. GARZA MERCADO, Ario. Funcion y forma de la biblioteca universitaria. México, Colegio del México, 1977. 76p.



51. GELFAND, M.A. Las bibliotecas universitarias de los países en vías de desarrollo. Paris, Unesco, 1968. 177p.
52. GOLDHOR, Herbert. Pesquisa científica em biblioteconomia e documentação. Brasília, VIPA, 1973. 224p.
53. GOODE, N.J. & HATT, P.K. Métodos em pesquisa social. 6. ed. São Paulo, Nacional, 1977. 488p.
54. GRANJA, Elza Correa. A biblioteca universitária e sua contribuição para o desenvolvimento da pesquisa científica. R. Bra. Bibliotecon. Doc., São Paulo, 11(1/2): 17-20, jan./jun. 1978.
55. GUERREIRO, Ivone. Alocação de recursos para aquisição de material bibliográfico em bibliotecas centrais universitárias. Belo Horizonte, 1981. 108p. (Tese de Mestrado)
56. HAMAR, Alfredo Américo. Bibliotecas universitárias: análise da situação brasileira e sugestões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 5. São Paulo, 8 a 15 de jan. de 1967. 11p.
57. HIRANO, Sedi, org. Pesquisa social; projeto e planejamento. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979. 232p.
58. HYMAN, Herbert. Planejamento e análise da pesquisa; princípios, casos e processos. Rio de Janeiro, Lida-dor, 1967. 546p.
59. LEMOS, Antonio Agenor Briquet de & MACEDO, Vera Anália Amarante. Posição da biblioteca na organização operacional da universidade. R. Esc. Bibliotecon. UFMG. Belo Horizonte, 4(1):40-51, mar. 1975.

60. LIMA, Eralvina. A biblioteca do ensino superior. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 6. Brasília, 1975. Brasília, CAPES/ABDF, 1978. 23p.
61. —. Estrutura organizacional da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais; um estudo de centralização e descentralização. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da UFMS, 1974.
62. LIME, Maurice. Library surveys. London, C. Bingley, 1969. 151p.
63. MAIA, Alice Barros. Aspectos e problemas de administração de bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1. Niterói, 1978. Asis... Niterói, UFF, 1979. p.190-200.
64. MERCADANTE, Leila. Biblioteca universitária. Palavra-Chave, São Paulo, (1):13-4, maio, 1982.
65. MILCZEWSKI, Marion A. Estructura de la biblioteca universitaria en la America Latina. Washington, Union Panamericana, 1967. 48p.
66. MINAS GERAIS, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. SUPLAN/SEI. Comportamento da economia mineira, período 1960-1977; educação. Belo Horizonte, 1978. 236p.
67. MIRANDA, Antonio. Análise conjuntural das bibliotecas das universidades federais do Nordeste do Brasil. Ciência, Natal, 1(1):25-30, jul./dez. 1978.



68. MIRANDA, Antonio. Biblioteca e universidade: reforma e contra-reforma. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10. Curitiba, 1979. 18p.
69. .-. A biblioteca universitária e a pós-graduação: des-nível e descompasso. Boletim AEDF, Brasília, 1(2):2-4, jun./ago. 1978.
70. .-. Biblioteca universitária em questão. Boletim AEDF, Brasília, 3(2):32-4, abr./jun. 1980.
71. .-. Biblioteca universitária no Brasil; reflexões sobre a problemática. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1. Niterói, 1978. Anais... Niterói, UFF, 1979. p.175-89.
72. .-. Bibliotecas dos cursos de pós-graduação em educação no Brasil: estudo comparado. Brasília, MEC/DAU/CAPEs, 1977. 94p.
73. .-. Planejamento bibliotecário no Brasil; a informação para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1977. 135p.
74. FROM NETTO, Samuel. A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, 4(1):19-39, mar. 1975.
75. REIS FILHO, Casemiro dos. Reforma universitária e ciclo básico: modelo viável. In: GARCIA, W.E., org. Educação Brasileira contemporânea: organização e funcionamento. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil; Rio de Janeiro, FENAME, 1978. p.195-224.

76. RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 397p.
77. RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da educação brasileira; a organização escolar. 2.ed. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979. 146p.
78. RODRIGUES, Neidson. Estado, educação e desenvolvimento econômico. São Paulo, Cortez, 1982. 158p.
79. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil; 1930/1973. Petrópolis, Vozes, 1978.
80. RUAS, A.G. O ensino superior no Brasil e sua estrutura básica. In: GARCIA, W.E., org. Educação brasileira contemporânea; organização e funcionamento. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil; Rio de Janeiro, FENAME, 1978. p.126-64.
81. SALVADOR, Angelo Domingos. Cultura e educação brasileiras. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1974. 257p.
82. SANDER, Benno. Educação brasileira; valores formais e valores reais. São Paulo, Pioneira, 1977. 289p.
83. SAVIANI, Dermeval. Educação brasileira, estrutura e sistema. 4.ed. São Paulo, Saraiva, 1981. 146p.
84. SCHWARTZMAN, Simon. Formação da comunidade científica no Brasil. São Paulo, Nacional; Rio de Janeiro, FINEP, 1979. 48lp.
85. SELTZ, C. et alii. Research methods in social relations. 3.ed. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1976. 624p.

86. SEMINÁRIO PARA ESTUDO DOS PROBLEMAS DE ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, Brasília, 8-11 jul. 1974. Relatório e recomendações. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, 4(1):115-30, mar. 1975.
87. SEMINÁRIO regional sobre el desarrollo de las bibliotecas universitarias en América Latina. Bol. Unesco Bibl., 17(2):129-44, mar./abr. 1963. Suplemento.
88. SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. Visão panorâmica do planejamento de sistemas de bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2. Brasília, 1981. Anais... Brasília, CAPES, 1981. p.53-60.
89. SKEFF, Ana Maria Fernandes. A reforma universitária: preliminares. Educação, Brasília, 8(29):2-12, jan./mar. 1979.
90. WANDERLWY, Luiz Eduardo W. Parâmetros sociológicos da inovação. In: GARCIA, Walter E., coord. Inovação educacional no Brasil; problemas e perspectivas. São Paulo, Cortez, 1980. p.30-54.

- 8.1 Questionário (ver 4.4.1)
- 8.2 Correspondência enviada junto com o questionário
  - 8.2.1 Carta da Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UFMG (ver 4.4.2)
  - 8.2.2 Carta da autora desta pesquisa (ver 4.4.2)
- 8.3 Primeira solicitação de devolução do questionário (ver 4.4.2)
- 8.4 Segunda solicitação de devolução do questionário (ver 4.4.2)
- 8.5 Relação das instituições de ensino superior incluídas nesta pesquisa (ver 4.4.2)



2,2, de pós-graduação:

Cursos	Nível *	Ano de criação	Ano de reconhecimento

\*Nível: E - Especialização (360 horas-aula)  
M - Mestrado  
D - Doutorado

3, Número de alunos regularmente matriculados:

Ano	Alunos de graduação (Nº)	Alunos de pós-graduação (Nº)
1975		
1976		
1977		
1978		
1979		

4, Número de professores da instituição, exceto os que estiveram licenciados durante todo o ano:

Ano	Tempo parcial	Tempo integral	Total
1975			
1976			
1977			
1978			
1979			

5. Número de professores segundo sua formação acadêmica:

Ano	Graduação	Especialização (360 horas-aula)	Mestrado	Doutorado
1975				
1976				
1977				
1978				
1979				

6. Número de pessoal administrativo da instituição, exceto os que estiveram licenciados durante o ano todo:

Ano	Tempo parcial	Tempo integral	Total
1975			
1976			
1977			
1978			
1979			

7. Existe uma coordenação de pesquisa nesta instituição? \_\_\_\_\_  
 Se existe, quantos trabalhos foram apresentados a esta coordenação nos seguintes anos:

1975 \_\_\_\_\_  
 1976 \_\_\_\_\_  
 1977 \_\_\_\_\_  
 1978 \_\_\_\_\_  
 1979 \_\_\_\_\_

8. Quantos projetos de pesquisa receberam ajuda financeira nos seguintes anos:

- 1975 \_\_\_\_\_
- 1976 \_\_\_\_\_
- 1977 \_\_\_\_\_
- 1978 \_\_\_\_\_
- 1979 \_\_\_\_\_

9. Qual foi a soma total gasta (em Cr\$) pela instituição nos seguintes anos:

Ano	Provenientes da própria instituição	Provenientes do MEC	Provenientes de convênios	Outros. Discrimine
1975				
1976				
1977				
1978				
1979				

10. Qual foi o total gasto (em Cr\$) com pessoal pela instituição e, especificamente, com pessoal da biblioteca?

Ano	Pessoal total da instituição	Pessoal da Biblioteca
1975		
1976		
1977		
1978		
1979		



11. Dados sobre a BIBLIOTECA:

11.1. Ano de criação da Biblioteca: \_\_\_\_\_

11.2. Total de acervo (Incluir microformas de livros no total de livros bem como as microformas dos outros materiais nos totais destes):

Materiais (nº)	1975	1976	1977	1978	1979
Livros					
Periódicos					
Audio-visuais					
Outros (Discrimine)					

11.3. Número de itens adquiridos nos seguintes anos:

LIVROS (Incluir também o nº de livros em microformas)

	1975	1976	1977	1978	1979
Compra					
Doação					
Permuta					

PERIÓDICOS (Títulos. Incluir também o número de periódicos em microformas)

	1975	1976	1977	1978	1979
Compra					
Doação					
Permuta					

MATERIAIS AUDIO-VISUAIS

165

	1975	1976	1977	1978	1979
Compra					
Doação					
Permuta					

OUTROS (Discrimine)

	1975	1976	1977	1978	1979
Compra					
Doação					
Permuta					

11.4. Quanto a biblioteca gastou (em Cr\$) na compra de seu acervo (livros, periódicos, etc) nos seguintes anos:

	1975	1976	1977	1978	1979
Recursos fornecidos pela instituição					
Recursos provenientes de convenios					
Outros. Discrimine					

166

11.5. Qual foi o número de pessoal lotado e em exercício na biblioteca nos seguintes anos:

BIBLIOTECÁRIOS

OBS.: Neste quadro, somente deve ser anotado o número de funcionários de nível superior, graduados por Escola de Biblioteconomia.

	Contratado pela instituição		Contratado por outra(s) fonte(s) de recurso	
	Tempo parcial	Tempo integral	Tempo parcial	Tempo integral
1975				
1976				
1977				
1978				
1979				

AUXILIARES DE BIBLIOTECA E DATILÓGRAFOS:

	Contratado pela instituição		Contratado por outra(s) fonte(s) de recurso	
	Tempo parcial	Tempo integral	Tempo parcial	Tempo integral
1975				
1976				
1977				
1978				
1979				

ESTAGIÁRIOS

	Contratado pela instituição		Contratado por outra(s) fonte(s) de recurso	
	Tempo parcial	Tempo integral	Tempo parcial	Tempo integral
1975				
1976				
1977				
1978				
1979				

PESSOAL AUXILIAR (portaria, copa, limpeza, operador de máquina):

	Contratado pela instituição		Contratado por outra(s) fonte(s) de recurso	
	Tempo parcial	Tempo integral	Tempo parcial	Tempo integral
1975				
1976				
1977				
1978				
1979				

OUTROS (Discrimine):

	Contratado pela instituição		Contratado por outra(s) fonte(s) de recurso	
	Tempo parcial	Tempo integral	Tempo parcial	Tempo integral
1975				
1976				
1977				
1978				

11.6. Indique o número de bibliotecários que participaram das formas de treinamento relacionadas abaixo:

	Cursos			Congressos	
	Especialização (360 horas-aula)	Mestrado	Doutorado	Sem apresen-	Com apresen-
				tar trabalho	ção de trabalho
1975					
1976					
1977					
1978					
1979					

11.7. Assinale com um X os incentivos proporcionados aos bibliotecários que participam de treinamento:

- A - Pagamento de diárias  
 B - Dispensa de carga horária ou do ponto  
 C - Contagem de pontos em avaliação de desempenho  
 D - Custeio de despesas  
 E - Outros. Discrimine: \_\_\_\_\_

	A	B	C	D	E
1975					
1976					
1977					
1978					
1979					

- 11.8. Cite o valor gasto (em Cr\$) com treinamento de bibliotecários nos seguintes anos:

	Gastos (Cr\$)
1975	
1976	
1977	
1978	
1979	

12. Caso queira fazer algum comentário, utilize o espaço abaixo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA  
Caixa Postal 1906 - Belo Horizonte - MG

Em 08 de Abril de 1980

Senhor Secretário.

A bibliotecária MARIA EUGÊNIA ALBINO AMORADE é aluna do Curso de Pós-graduação em Administração de Bibliotecas, da Escola de Biblioteconomia da UFMG, e atualmente está elaborando a Dissertação que defenderá, visando à obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Seu trabalho terá por objeto as bibliotecas universitárias em Minas Gerais no período de 1975 a 1979. Para desenvolvê-lo, necessitará da colaboração de todos que trabalham nessa área, razão pela qual preparou o questionário anexo.

Tendo em vista a contribuição que esta Dissertação prestará ao conhecimento e ao desenvolvimento das bibliotecas universitárias em nosso Estado, venho solicitar sua cooperação a aquele trabalho, preenchendo, com a possível urgência, o questionário que ora lhe é encaminhado.

Agradecendo, antecipadamente, sua colaboração, apresento-lhe

Cordiais saudações

*Etelina Lima*

Etelina Lima - Coordenadora do Curso de  
Pós-graduação em Administração de Bibliotecas  
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA DA UFMG

Belo Horizonte, 7 de abril de 1980

171

Prezado Senhor.

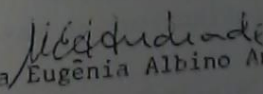
Estamos realizando um estudo sobre bibliotecas universitárias em Minas Gerais para obtenção do título de mestre em Administração de Bibliotecas da UFMG. Dessa forma, gostariamos de contar com sua colaboração no sentido de preencher o formulário em anexo.

Os dados serão apresentados em termos percentuais, portanto de forma anônima. O nome de seu estabelecimento somente aparecerá ao final do trabalho quando serão relacionadas as instituições pesquisadas.

Caso não seja possível responder uma ou mais questões, as demais informações serão de grande utilidade, dessa forma solicitamos a devolução do formulário mesmo quando houver alguma questão em branco.

Esperando contar com sua colaboração através da devolução do questionário devidamente preenchido até o dia 23 de abril, apresentamos antecipadamente nossos melhores agradecimentos pela cooperação prestada.

Atenciosamente,

  
Maria Eugênia Albino Andrade

Biblioteca da Escola de Engenharia da UFMG  
Rua da Bahia, 112  
Caixa Postal 1294  
30000 - Belo Horizonte/MG



OF.CIRC./CPG/008/80

Em 28 de maio de 1980.

Prezado(a) Senhor(a):

Em abril p. findo, a bibliotecária MARIA EUGÊNIA ALBINO ANDRADE remeteu a V.Sa. um questionário, destinado a colher informações sobre a administração da Biblioteca dessa Instituição.

Desnecessário seria encarecer a V.Sa. a importância da colaboração solicitada, que servirá de base à elaboração da Dissertação de Mestrado da referida bibliotecária e, ao mesmo tempo, propiciará o início dos estudos sistêmicos das bibliotecas universitárias mineiras.

Por isto, uma vez mais, dirijo-me a V.Sa. pedindo-lhe a fineza de devolver, ainda que preenchido incompletamente, o questionário referido. Caso V.Sa. não o tenha recebido, poderá comunicar-se com a remetente, no endereço abaixo.

Reiterando agradecimentos pela atenção dispensada, valho-me da oportunidade para apresentar a V.Sa.

Cordiais Saudações.

*Etelvina Lima*

Coordenadora do Curso de Pós-Graduação  
em Administração de Bibliotecas



Senhor Secretário,

Em abril e maio pp, encaminhamos a V.Sa. as cartas em anexo acompanhadas de um questionário destinado a colher informações sobre as bibliotecas universitárias em Minas Gerais.

Como até a presente data não recebemos resposta, gostaríamos de saber se estão precisando de mais tempo para respondê-lo. Se um prazo maior for necessário, solicitamos que nos informe a data provável de devolução.

Caso a correspondência anteriormente enviada tenha se extraviado, por favor comunique-nos e lhe remeteremos uma cópia do questionário.

Gostaríamos de informar sobre nossa disposição para visitar sua instituição e colaborar na coleta de dados, se for necessário. Nesse caso, poderemos combinar uma data para a ida.

Nesta oportunidade, acrescentamos que as informações prestadas por V.Sa. serão de grande utilidade em nosso estudo. Aproveitamos para assegurar que será mantido sigilo a respeito dos dados fornecidos.

Aguardando uma comunicação de V.Sa., agradecemos antecipadamente a atenção dispensada,

Atenciosamente,

Maria Eugênia Albino Andrade  
Bibliotecária

REN.: Maria Eugênia Albino Andrade  
Biblioteca da Escola de Engenharia da UFMG  
Rua da Bahia, 112 - C. Postal, 1104  
Belo Horizonte - MG

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR INCLuíDAS NESTA PESQUISA

Além Paraíba

1. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Prof. Nair Fortes Abu Merrhy

Alfenas

2. Faculdades Integradas da Região de Alfenas

Araxá

3. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araxá

Barbacena

4. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
5. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Barbacena
6. Faculdade de Filosofia, Ciências Letras Mater Divinae Gratiae
7. Faculdade de Medicina de Barbacena

Belo Horizonte

8. Centro de Educação Técnica UTRAMIG
9. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
10. Escola de Engenharia Kennedy
11. Escola Superior de Agrimensura de Minas Gerais
12. Faculdade de Ciências Administrativas da UNA
13. Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da FUMEC
14. Faculdade de Ciências Humanas da FUMEC
15. Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais
16. Faculdade de Direito Prof. Milton Campos
17. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Belo Horizonte
18. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Izabela Hendrix
19. Instituto Champagnat de Estudos Superiores
20. Instituto de Educação do Estado de Minas Gerais
21. Universidade Católica de Minas Gerais
22. Universidade Federal de Minas Gerais

Boa Esperança

23. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança

Carangola

24. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola

Caratinga

25. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caratinga

Cataguazes

26. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cataguazes

Contagem

27. Faculdade de Engenharia da FUMEC

Coronel Fabriciano

28. Campus II da Universidade Católica de Minas Gerais

Curvelo

29. Faculdade de Ciências Humanas - Extensão da UCMG

Diamantina

30. Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina

Divinópolis

31. Instituto Superior de Estudos Superiores - INESP

Formiga

32. Faculdade de Biblioteconomia de Formiga

Governador Valadares

33. Faculdade de Administração de Empresas de Governador Valadares

34. Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce

35. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Governador Valadares

36. Faculdade de Odontologia de Governador Valadares

37. Instituto de Tecnologia de Governador Valadares

Itabira

38. Extensão da Universidade Católica de Minas Gerais

Itajubá

39. Escola de Enfermagem Wenceslau Braz  
40. Escola Federal de Engenharia de Itajubá  
41. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Itajubá  
42. Faculdade de Medicina de Itajubá

Itaúna

43. Faculdade de Ciências Econômicas  
44. Faculdade de Direito  
45. Faculdade de Engenharia  
46. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras  
47. Faculdade de Odontologia

Ituiutaba

48. Faculdade de Engenharia de Ituiutaba  
49. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituiutaba

Juiz de Fora

50. Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora  
51. Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo  
52. Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas  
Machado Sobrinho  
53. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Vianna Júnior  
54. Universidade Federal de Juiz de Fora

Lavras

55. Escola Superior de Agricultura de Lavras  
56. Instituto Superior de Ciências, Artes e Humanidades de Lavras

Luz

57. Extensão da Universidade Católica de Minas Gerais

Machado

58. Faculdade de Administração e Finanças de Machado  
59. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Prof. José Augusto Vieira  
60. Faculdade Integrada de Ciências Biológicas

Mariana

61. Extensão da Universidade Católica de Minas Gerais

Montes Claros

62. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Montes Claros

Muriae

63. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Marcelina

Ouro Fino

64. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ouro Fino

Ouro Preto

65. Universidade Federal de Ouro Preto

Pará de Minas

66. Extensão da Universidade Católica de Minas Gerais

Passos

67. Faculdade de Engenharia Civil de Passos  
68. Faculdade de Filosofia de Passos

Patos de Minas

69. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas

Patrocínio

70. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patrocínio

Pedro Leopoldo

71. Extensão da Universidade Católica de Minas Gerais

Poços de Caldas

72. Faculdade de Ciências Administrativas de Poços de Caldas

Ponte Nova

73. Faculdade de Ciências Contábeis de Ponte Nova

Pouso Alegre

74. Faculdade de Ciências Médicas Dr. José Antonio Garcia Coutinho

Santa Rita do Sapucaí

75. Faculdade de Administração de Santa Rita do Sapucaí

76. Instituto Nacional de Telecomunicações

São João Del Rey

77. Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis

78. Faculdade de Engenharia Industrial

Sete Lagoas

79. Faculdade de Direito de Sete Lagoas

80. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sete Lagoas

Três Corações

81. Instituto Superior de Letras, Ciências e Artes

Ubá

82. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá

Uberaba

83. Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino (FISTA)

84. Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE)

85. Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro

86. Faculdade de Zootecnia de Uberaba

Uberlândia

87. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Uberlândia

88. Faculdade de Serviço Social de Uberlândia

89. Universidade Federal de Uberlândia

Varginha

90. Faculdade de Engenharia Mecânica de Varginha

Viçosa

91. Universidade Federal de Viçosa

Visconde do Rio Branco

92. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas